Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2024 | Nº 25.638 | Preço banca: R$ 3,50

Teto de juros do consignado do INSS cairá para 1,68% ao mês

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou na quarta-feira (28) o novo limite de juros de 1,68% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o limite atual, de 1,72% ao mês, nível que vigorava desde fevereiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,55% para 2,49% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no *Diário Oficial da União*, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de março, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 11,25% para 10,75% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse que a pasta acompanha o movimento a fim de propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS. Página X

Moraes conclui que não há provas que Bolsonaro pediria asilo à Hungria

Página 3

São Paulo se compromete com STF a usar mais câmeras corporais

Página 2

Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios

Página11

CNBB pede a parlamentares que mantenham veto à lei da saidinha

Página 4

Câmara aprova programa para setor de eventos com teto de R$ 15 bilhões

Página 3

Entenda o sistema do governo, alvo de invasões

Alvo de invasões recentes que podem ter resultado em desvio de recursos, o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) está sob investigação de uma força-tarefa. Além da Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Banco Central e o próprio Tesouro Nacional, administrador da plataforma, estão investigando o caso.

Ainda não há confirmação oficial se algum valor chegou a ser desviado, embora veículos de comunicação relatem estimativas que vão de R$ 3,5 milhões a R$ 14 milhões. Oficialmente, o Tesouro Nacional informa apenas que "as tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema", sem informar se as transações foram concretizadas.

O que se sabe, até agora, é que invasores usaram credenciais de gestores federais no Portal Gov.br para entrar no sistema. E que não houve ataque hacker externo, que tenha explorado vulnerabilidades de segurança na plataforma.

Criado em 1987, o Siafi permite o controle e o acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União, registrando os pagamentos feitos pela conta única do Tesouro Nacional. As despesas primárias (financiadas com tributos arrecadados da população) e financeiras (gastos com títulos públicos e empréstimos) são registradas. A plataforma também permite monitorar a evolução do patrimônio do governo.

Administrado pelo Tesouro Nacional, o Siafi é dividido em controle de haveres e obrigações, administração do sistema, execução orçamentária e financeira, organização de tabelas e recursos complementares com aplicação específica. Todas as saídas de dinheiro são registradas, com a informação da aplicação dos recursos e do serviço público a que o dinheiro está vinculado.

O Siafi não é usado apenas pelo Poder Executivo. Os Poderes Legislativo e Judiciário também registram os gastos na plataforma. O Tesouro Nacional usa os dados do sistema para divulgar, todos os meses, o resultado primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central). Esse critério é chamado acima da linha.

A contabilidade do Siafi registra os gastos efetivos e é diferente da do Banco Central (BC), que divulga mensalmente o resultado primário da União, dos estados, dos municípios e das estatais. O BC utiliza a metodologia abaixo da linha, por meio do qual o déficit ou superávit primário é calculado com base na variação do endividamento de cada esfera de governo. O BC adota esse critério porque o cálculo dos gastos efetivos dos governos locais levaria meses. (Agência Brasil)

AGU recorre ao STF para derrubar desoneração de setores e municípios

Foto/Rafa Neddermeyer/ABr

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu na quarta-feira (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. A estimativa de perda de arrecadação é de R$ 10 bilhões anuais.

No entendimento da AGU, a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

"O governo tem responsabilidade fiscal e precisa levar essa discussão, neste momento, ao Supremo Tribunal Federal. Sem a declaração de inconstitucionalidade destes dispositivos, nós colocaremos em risco as contas fiscais", declarou Messias. Página 3

Esporte

22º Itaú BBA IRONMAN Brasil é atração no mês de maio em Florianópolis

Após a abertura da temporada com a o Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, em abril, a capital catarinense se prepara para a mais tradicional e importante prova endurance do país. O Itaú BBA IRONMAN Brasil terá sua 22ª edição no dia 19 de maio, no Clube 12 de Agosto, em Jurerê Internacional. Triatletas profissionais e amadores de diversos países estarão reunidos em busca de pontos para o ranking (Elite) e as vagas da Faixa Etária para o IRONMAN World Championship 2024. Página 14

Foto/ Fábio Falconi

22º *Itaú BBA IRONMAN Brasil*

Otimista com melhora do carro, Di Grassi disputa ePrix de Mônaco

Foto/ ABT

Carro *da ABT Cupra já briga por pontos. Meta é evoluir mais para chegar ao pódio*

A oitava etapa do Campeonato Mundial de Fórmula E 2024, em Mônaco, é considerada por Lucas Di Grassi como sua segunda corrida "em casa". Residente no principado há mais de dez anos, o piloto da equipe ABT Cupra está pronto para acelerar nas ruas de Monte Carlo neste sábado (27) em busca de mais pontos para o time baseado na Alemanha.

O brasileiro, que já subiu ao pódio duas vezes no circuito monegasco, chega com fôlego renovado para a prova após conquistar seu primeiro ponto no ano na rodada dupla em Misano, na Itália. "Agora estamos em posição de lutar por pontos regularmente. Página 14

Kartismo: Miguel Silva quer outro pódio na Rotax no Kartódromo Granja Viana

Após estreia na etapa passada, o paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) participará neste sábado (27) da terceira rodada dupla da Copa São Paulo KGV de Kart, no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). Este evento tem uma importância maior, pois dá início à disputa por vaga no Mundial da Rotax Junior Max.

"Estou bem animado para esta etapa da Rotax. Acho que a gente até consegue brigar pela vitória, dá pra juntar bastante pontos", avisa o líder da Copa São Paulo Light e da V11 Aldeia Cup na categoria F4 Júnior. Página 14

Após problema em reabastecimento, Pietro Fittipaldi tem ritmo prejudicado em Long Beach

Foto/ IndyCar

Pietro *Fittipaldi*

Vivendo sua primeira temporada completa na Indy, Pietro Fittipaldi teve um Grande Prêmio de Long Beach dos mais desafiadores. O piloto da equipe RLL teve uma estratégia de economia de combustível, mas um problema no reabastecimento de seu carro o obrigou a andar em ritmo mais lento para não perder uma volta no box com uma parada extra.

Em um primeiro momento, o único brasileiro correndo em tempo integral na temporada 2024 da categoria chegou a figurar entre os dez melhores. Porém, um problema técnico no reabastecimento, que colocou apenas parte do combustível necessário no carro para seguir nesta estratégia, forçou um ritmo de prova mais lento e provocou uma parada extra, minando as chances de um bom resultado. Página 14

São Paulo se compromete com STF a usar mais câmeras corporais

O governo de São Paulo se comprometeu com o Supremo Tribunal Federal (STF) a utilizar câmeras corporais em operações policiais no estado e apresentou cronograma que estabelece a implementação do sistema até setembro próximo. O estado prevê novas licitações, uma delas para a aquisição de mais de três mil equipamentos.

O compromisso foi assumido com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, no âmbito de ação apresentada pela Defensoria Pública de São Paulo.

Em 2023, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) havia rejeitado o pedido da Defensoria sobre a utilização dos equipamentos por policiais, já que o custo aos cofres estaduais seria de R$ 330 milhões a R$ 1 bilhão ao ano, interferindo diretamente no orçamento e nas políticas públicas de segurança. A Defensoria recorreu ao Supremo.

Também por questões orçamentárias, Barroso negou ordenar a instalação de imediato dos equipamentos, mas ressaltou a necessidade de sua implementação. Após essa decisão, a Defensoria apresentou pedido de reconsideração ao ministro, alegando aumento da letalidade nas operações policiais em São Paulo.

Cronograma de instalação

"O ministro solicitou informações ao governo estadual, que enviou um cronograma de instalação, com publicação do edital de compra em maio. Por isso, Barroso voltou a negar o pedido, em razão do compromisso assumido, mas ressaltou que o Núcleo de Processos Estruturais e Complexos do Tribunal fará acompanhamento do cronograma", divulgou o STF, em nota. Segundo o ministro, os equipamentos beneficiam a população, a corporação policial e o próprio Poder Judiciário.

"O uso das câmeras corporais é uma medida relevante para a consecução da política pública de segurança. Os equipamentos protegem tanto cidadãos quanto os próprios policiais, já que coíbem abusos nas operações, protegem policiais de acusações infundadas e incentivam a adoção de comportamentos mais adequados por ambas as partes. Além disso, a medida amplia a transparência, a legitimidade e a responsabilidade (accountability) da atuação policial e serve como importante meio de prova em processos judiciais", escreveu o ministro em sua decisão.

Ampliação

Barroso levou em consideração manifestação do estado de São Paulo apontando que a utilização de câmeras operacionais portáteis (COPs) vem sendo implementada de forma gradual e contínua, e que a utilização de câmeras será ampliada e aprimorada.

"A PGE/SP [Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo] informou à Corte que o Governo de São Paulo mantém atualmente 10.125 câmeras corporais em operação em 267 dos 510 batalhões da Polícia Militar. Por questões orçamentárias e de logística, a compra de equipamentos é gradual – a Secretaria da Segurança Pública prevê novas licitações, uma delas para a aquisição de mais de três mil equipamentos", informou, em nota, o governo paulista.

Ainda segundo o governo, o monitoramento terá avanço tecnológico e mais funcionalidades, entre elas a leitura de placas para identificação de veículos roubados ou furtados e novos recursos de áudio para que as equipes policiais possam solicitar apoio durante operações. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Histórias : desde 1985 (volta das eleições diretas nas capitais) os vices e as vices dos candidatos à prefeitura não foram renomados políticos (até aquele momento). O que impede que um vereador ou vereadora venha a ser vice na chapa do Nunes (MDB) ?

PREFEITURA (São Paulo)
O cristão, católico fervoroso e praticante, Ricardo Nunes (MDB) a viagem em maio 2024 ao Vaticano [o menor país do mundo governado pela cúpula da igreja católica] pode render falas e imagens que rendam votos nas eleições 2024

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Parlamentares eleitos com históricos na Polícia Civil seguem apostando num acerto jurídico e político com o Secretário Derrite, o comando da Polícia Militar e o governador Tarcísio Freitas, sobre quem é quem e faz o que nas atribuições da Segurança Pública paulista

GOVERNO (São Paulo)
Delegados da cúpula da Polícia Civil, como o atual delegado geral Artur Dian, tão dando entrevistas sobre seguirem boas as relações com a cúpula da Polícia Militar, o deputado federal Derrite, Secretário (Segurança Pública) e o governador Tarcísio (Republicanos)

CONGRESSO (Brasil)
Ministro (Fazenda) do 3º governo (PT) do Lula, Fernando Haddad finalmente levou ao parlamento o projeto de regulamentação da reforma tributária. Agora, depende de como as regras de impostos favorecerão fortes lobbys, pode ficar tudo pro 2º semestre ou 2025

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ainda sobre coletivas de imprensa: presidente Lula (dono do PT) segue dizendo o que pensa. Sobre 'saidinha' dos condenados e presos e porque a "família é sagrada". A reação das vítimas tá sendo dizer que as famílias delas também não são tratadas como sagradas ...

PARTIDOS
Se a foto do jantar do Ricardo Nunes (MDB) - de apoio à sua candidatura pela reeleição - demonstra que todos vão cumprir o que tão prometendo, o prefeito de São Paulo tá reeleito. Afinal, só faltou representante do PP (ex-Arena). Estiveram presentes os dirigentes ...

POLÍTICOS
... do Republicanos, do governador Tarcísio Freitas, do MDB do ex-presidente Michel Temer, do PL do Costa Neto, do PSD do ex-prefeito Gilberto Kassab, do União do Milton Leite, do Podemos da Renata Abreu, de parte do PSDB, do Avante (ex-PT do B), do Solidariedade, ...

(Brasil)
... do Paulinho 'da Força Sindical' e do PRD (fusão do PTB com o Patriota). Em tempo: o ex-governador Rodrigo Garcia (ex-DEM e recém-saído do PSDB), vai ser o coordenador do programa de governo do Ricardo Nunes. O chapão terá o maior tempo de propaganda (tv)

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], por ter se tornado uma referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Liminar suspende licitação de trem para ligar São Paulo a Campinas

Uma liminar suspendeu a assinatura do contrato de concessão do trem intercidades. O leilão realizado no final de fevereiro incluiu, além da linha expressa que ligará a capital paulista a Campinas, a Linha 7-Rubi que faz o trajeto até Jundiaí e é operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Com única participante, a concorrência foi vencida pelo consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos, formado pelas companhias Comporte e a chinesa CRRC.

A juíza Simone Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública, acatou o pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo que entrou com um mandado de segurança contra a licitação.

Entre os argumentos apresentados pelo sindicato na ação está a ausência de informações em relação ao tratamento que será dispensado aos atuais trabalhadores da linha metropolitana. Também é questionado o fato da licitação ter combinado dois serviços diferentes – o trem expresso entre São Paulo e Campinas e a linha metropolitana já existente.

"Uma aglutinação infundada impede a participação de licitantes incapazes de fornecerem todos os serviços que compõem o objeto do edital, por exemplo, uma aquisição de autopeças atrelada a um serviço de instalação, tal agrupamento restringe a participação de empresas cujo objeto social seja apenas a venda de autopeças", exemplifica a ação.

O consórcio vencedor ofereceu lance com desconto mínimo, de 0,01%, ao que o estado deverá investir no novo sistema de transporte: uma contraprestação de R$ 8,06 bilhões durante os 30 anos de concessão. Além desse valor, o estado fará também um aporte inicial de R$ 8,9 bilhões, sem desconto.

O consórcio vencedor deverá efetuar investimentos de R$ 14,2 bilhões durante os 30 anos da concessão e será o responsável pelo projeto, financiamento execução e operação dos serviços do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC).

O veículo ligará Campinas a São Paulo em 64 minutos, com 15 minutos de intervalo entre os trens, e com uma parada em Jundiaí. A velocidade média será de 95 quilômetros por hora - (km/h), podendo chegar a 140 km/h em alguns trechos. Cada trem poderá levar até 860 passageiros. A previsão é que o novo sistema de transporte fique pronto em 2031.

O consórcio também deverá realizar melhorias na Linha 7-Rubi, que já liga São Paulo a Jundiaí, e implementar o Trem Intermetropolitano (TIM) entre Jundiaí e Campinas, linha que terá 44 km de extensão, com paradas em Louveira, Vinhedo e Valinhos. O percurso será feito em 33 minutos, com velocidade média de 80 km/h, superior aos 56 km/h médios do metrô. Os trens terão capacidade para até 2.048 passageiros cada. A previsão é que o sistema fique pronto em 2029.

Em relação às tarifas, o edital de concessão prevê valor médio de R$ 50 ou menos para o serviço expresso entre São Paulo e Campinas (TIC) e de R$ 14,05 para o serviço parador intermetropolitano (TIM). Já o bilhete da Linha 7-Rubi seguirá a tarifa pública, atualmente de R$ 5.

Em nota, a Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos diz que a decisão foi proferida " sem análise do contraditório" e que o governo de São Paulo vai recorrer.

A secretaria diz ainda que "responderá a todos os questionamentos e que cumpre todos os ritos legais do processo de acordo com a legislação vigente". (Agência Brasil)

Servidores ativos de SP têm 1 semana para concluir recadastramento digital obrigatório

Por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), o Governo de São Paulo realiza o recadastramento digital obrigatório, cujo prazo se encerra em 30 de abril. Quem não se recadastrar até esta data ficará sem receber salários.

Devem realizar o recadastramento servidores, empregados públicos e militares em atividade, no âmbito da Administração Direta, das Autarquias, inclusive as de Regime Especial, e das Fundações do Estado de SP. O procedimento digital deve ser feito pelo aplicativo SOU.SP.GOV.BR, pelo Portal do Recadastramento ou com auxílio de atendimento presencial nas unidades do Poupatempo – mediante agendamento prévio pelo aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR.

Determinado pelo decreto nº 68.306, de 16 de janeiro, o recadastramento digital é essencial para dar mais agilidade e transparência à administração pública, além de, consequentemente, resultar no aperfeiçoamento da execução das políticas públicas no estado de São Paulo.

O prazo inicial para conclusão do procedimento digital era 17 de março, mas diante das dificuldades de alguns servidores, a SGGD e o Governo de SP prorrogaram para 30 de abril e implantaram atendimento presencial nos postos do Poupatempo como parte da estrutura de apoio ao procedimento – neste caso, agendamento prévio deve ser realizado por meio do app Poupatempo SP.GOV.BR.

Alfabetização de crianças será avaliada em tempo real

Em uma nova etapa do Alfabetiza Juntos SP, programa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) para a alfabetização de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a pasta amplia, a partir deste mês de abril, o teste de fluência leitora também para o 3º, 4º e 5º anos. Até o início deste ano, o teste era realizado apenas para os estudantes do 2º ano.

Outra novidade é a implantação de uma ferramenta que permitirá aos professores acesso simultâneo ao resultado e um mapa do desenvolvimento de cada aluno e de sua sala de aula. O "Fluencímetro" é uma das atividades da Elefante Letrado, ferramenta de leitura disponível para os anos iniciais do Ensino Fundamental da rede paulista, que integra as ações da Educação de São Paulo e está disponível em 17 estados e nove países.

A ferramenta de leitura pode ser acessada por todos os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e pelas 560 mil crianças de 6 a 10 anos de idade matriculadas do 1º ao 5º ano em 1.389 unidades de anos iniciais da Seduc-SP. O teste de fluência, por sua vez, pode ser aplicado entre o 2º e 5º ano, que concentram meio milhão de matriculados.

"Com essa ação, a Educação de São Paulo está expandindo o olhar para o processo de alfabetização em todo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, mais um passo do Alfabetiza Juntos SP. Nós temos uma meta de alfabetizar 90% dos estudantes do 2º ano até 2026. Na avaliação de fluência leitora já em curso, os resultados apontam que estamos no caminho certo e já temos 64% de leitores iniciantes e fluentes. É preciso garantir a equidade e esse patamar também para estudantes matriculados nas outras turmas dos anos iniciais", afirma o secretário da Educação, Renato Feder.

Como o teste é feito

No teste, os estudantes devem ler um texto e o áudio é disponibilizado em uma área de trabalho exclusiva do professor regente de sala. A ferramenta oferece ao docente a comparação entre o texto original e o teste de cada aluno e os classifica, a partir da fluência e tempo de leitura, entre os níveis abaixo do básico, básico, adequado e avançado.

A novidade é que o resultado do teste aparece automaticamente na área de trabalho do professor, que consegue comparar os resultados de toda a turma e, ainda, a evolução de cada criança ao longo das edições do ano do teste.

Em 2024, a Seduc-SP organizará três edições do teste para os alunos dos anos iniciais. A primeira delas acontece entre os dias 22 de abril e 9 de maio.

No cronograma sugerido pela Secretaria da Educação, as escolas e professores podem aplicar os testes nas seguintes datas:

22 a 26 de abril, para estudantes do 4º e 5º anos;

29 a 6 de maio, para estudantes do 2º e 3º anos;

Entre 7 e 9 de maio, as unidades podem organizar a repescagem, para estudantes ausentes nas datas de aplicação.

Mais leitura = alfabetização

Para desenvolver a competência leitora, as crianças têm acesso a cerca de 500 títulos literários no sistema operacional, que podem ser acessados por meio de tablets e computadores das escolas ou até mesmo do celular dos pais e responsáveis.

O acervo do programa é um apoio e complemento ao processo de leitura que acontece dentro de todas as salas de aula, e pode ser apresentado de duas formas: para leitura e audição. Dentro da ferramenta, são disponibilizadas obras de diferentes gêneros textuais, como contos, poesias, crônicas e fábulas, classificados e mostrados na estante virtual de acordo com os níveis de proficiência do leitor — abaixo do básico, básico, adequado e avançado. Nas turmas de anos iniciais das escolas estaduais, os livros ficam em estantes dentro das salas de aula, para que o acesso aos materiais seja constante.

Até a primeira quinzena de abril, 124,5 mil estudantes já estavam utilizando o ambiente.

Nas unidades de ensino onde crianças já começaram a acessar o sistema de livros on-line, professores relatam encantamento e empolgação dos pequenos.

Na Escola Estadual Otoniel Assis de Holanda, localizada na zona sul de SP, Manuella Peixinho, de 6 anos de idade, matriculada no 1º ano, pode ser reconhecida como "influencer" de leitura. "Dentro da ferramenta tem livros muito interessantes. Tem livros de aventura, de conto de fadas, posso ler as palavras e ver as imagens. É muito legal mergulhar nas histórias, e um jeito divertido de aprender", diz.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo oferece curso de gasista encanador na região metropolitana

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), abriu 80 vagas em curso gratuito de qualificação na região metropolitana da capital para gasista encanador, profissional especializado em instalação e conservação de sistemas de tubulação. As inscrições vão até o dia 30 de abril, com previsão de início das aulas em 14 de maio.

O curso tem carga horária de 80 horas/aula, sendo 62 horas teóricas de forma remota e 18 horas com aulas práticas ministradas na Comgás. As aulas online acontecerão das 19h às 22h. A iniciativa tem duração de três meses, com formatura prevista para agosto deste ano.

Para participar, é necessário ter 18 anos ou mais, ensino médio completo e CNH ativa na categoria B. Dentro desses requisitos, as vagas são afirmativas para mulheres. Para se inscrever, basta acessar o site do Programa Qualifica SP da Secretaria de Desenvolvimento Econômico até o dia 30 de abril. O início das turmas está previsto para dia 14 de maio.

A Comgás é uma empresa brasileira, considerada pela Abegás como a maior distribuidora de gás natural do país.

AGU recorre ao STF para derrubar desoneração de setores e municípios

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu na quarta-feira (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. A estimativa de perda de arrecadação é de R$ 10 bilhões anuais.

No entendimento da AGU, a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

“O governo tem responsabilidade fiscal e precisa levar essa discussão, neste momento, ao Supremo Tribunal Federal. Sem a declaração de inconstitucionalidade destes dispositivos, nós colocaremos em risco as contas fiscais”, declarou Messias.

A ação também contesta a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Editada no final do ano passado pelo governo federal, a medida restabeleceu de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado pelo presidente Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Em entrevista, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que qualquer desoneração a um setor deve ser vinculada a alguma medida de compensação para manter a arrecadação. Tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal como a reforma da Previdência estabelecem essa obrigação.

“Vamos abrir uma discussão sobre o que é possível, não sobre aquilo que conflita com a reforma da Previdência, que tem uma cláusula fundamental que é a manutenção das receitas da Previdência para honrar os benefícios que o Estado tem que pagar”, disse o ministro. Segundo ele, a reforma da Previdência proíbe a “corrosão da base de arrecadação da cota [contribuição] patronal”.

Haddad deu a declaração antes de se reunir com o presidente Lula no Palácio do Planalto, para definir os últimos detalhes do primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária.

Em relação à redução da 20% para 8% da contribuição ao INSS, por parte das pequenas prefeituras, Haddad disse que o benefício aprovado pelo Congresso no fim do ano passado ocorreu “às margens” das negociações com a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) e a Frente Nacional dos Prefeitos.

Na ação ajuizada pela AGU, o governo também pede a constitucionalidade do trecho da MP 1.202, editada no fim de dezembro, que estabelece limites para a compensação tributária de créditos com origem em decisões judiciais transitadas em julgado.

Segundo Haddad, o governo quer que o Supremo ateste a legalidade dos limites para as compensações para contestar a concessão de liminares contra o teto para o ressarcimento de tributos. “A declaração de constitucionalidade da compensação é importante para apressar os julgamentos em primeira instância e dar mais segurança para o Estado brasileiro com o que, de fato, podemos contar em receitas”, explicou o ministro.

Para este ano, o governo pretende arrecadar R$ 24 bilhões com a limitação das compensações tributárias. O mecanismo é essencial para a equipe econômica cumprir a meta de reforçar o caixa em R$ 168 bilhões neste ano para que as contas públicas fechem o ano dentro da meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de R$ 28,5 bilhões para cima ou para baixo. (Agência Brasil)

Posição de Portugal sobre escravidão é fruto de cobranças, diz Anielle

Após o presidente de portugueses, Marcelo Rebelo, admitir crimes cometidos por Portugal durante a escravidão transatlântica e a era colonial, e também indicar reparação, a ministra brasileira da Igualdade Racial, Anielle Franco, afirmou que seria importante lembrar que essa posição do país é “fruto de séculos de cobrança da população negra”. A ministra avalia que, a partir de agora, a declaração precisa vir junto com medidas concretas para a reparação.

Em vídeo distribuído à imprensa, a ministra considerou “muito importante” e “contundente” a declaração da quarta-feira (24) feita pelo presidente de Portugal. “Pela primeira vez, a gente está aqui fazendo um debate dessa dimensão a nível internacional”.

A ministra chamou a atenção para o fato que a declaração de Marcelo Rebelo ocorrer uma semana depois do Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes da Organização das Nações Unidas, na Suíça. “Inclusive, várias organizações do movimento negro cobraram a postura mais firme de Portugal justamente sobre esse tema”, lembrou.

Anielle, no entanto, espera que as ações concretas de reparação ocorram, já que, em seu olhar, o próprio presidente parece estar se comprometendo a fazer.

“A nossa equipe já está em contato com o governo português para dialogar sobre como pensar essas ações e, a partir daqui quais passos serão tomados”, adiantou Anielle.

O próprio presidente Marcelo Rebelo considera que existam tarefas importantes pela frente. “Pedir desculpas é a parte mais fácil”, disse o presidente português. (Agência Brasil)

Google não permitirá anúncios de políticos nas eleições de outubro

O Google anunciou na quarta-feira (23) que não vai permitir anúncios políticos nas eleições municipais de outubro.

A medida foi tomada pela plataforma em função da resolução aprovada em fevereiro deste ano pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para restringir o uso de inteligência artificial (IA) e determinar a adoção de medidas de combate à circulação de fatos inverídicos ou descontextualizados.

Em nota, o Google informou que a restrição aos anúncios começará em maio, quando as resoluções do TSE entrarão em vigor.

A empresa também declarou que apoia a integridade das eleições. “Vamos atualizar nossa política de conteúdo político do Google Ads para não mais permitir a veiculação de anúncios políticos no país. Essa atualização acontecerá em maio, tendo em vista a entrada em vigor das resoluções eleitorais para 2024. Temos o compromisso global de apoiar a integridade das eleições e continuaremos a dialogar com autoridades em relação a este assunto”, informou a empresa.

Pelas regras do TSE, as redes sociais deverão tomar medidas para impedir ou diminuir a circulação de fatos inverídicos ou descontextualizados. As plataformas que não retirarem conteúdos antidemocráticos e com discurso de ódio, como falas racistas, homofóbicas ou nazistas, serão responsabilizadas.

A resolução também regulamenta o uso da inteligência artificial durante as eleições municipais de outubro.

A norma proíbe manipulações de conteúdo falso para criar ou substituir imagem ou voz de candidato com objetivo de prejudicar ou favorecer candidaturas. A restrição do uso de *chatbots* (*software* que simula uma conversa com pessoas de forma pré-programada) e avatares (corpos virtuais) para intermediar a comunicação das campanhas com pessoas reais também foi aprovada.

O objetivo do TSE é evitar a circulação de montagens de imagens e vozes produzidas por aplicativos de inteligência artificial para manipular declarações falsas de candidatos e autoridades envolvidas com a organização do pleito. (Agência Brasil)

Moraes conclui que não há provas que Bolsonaro pediria asilo à Hungria

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concluiu na quarta-feira (24) que não há provas de que o ex-presidente Jair Bolsonaro pediria asilo ao permanecer por dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, em fevereiro deste ano. A estadia de Bolsonaro na embaixada foi divulgada pelo jornal *The New York Times*.

Ao avaliar o caso, Moraes argumentou que o ex-presidente não violou a medida cautelar que o proíbe de se ausentar do país.

“Não há elementos concretos que indiquem efetivamente que o investigado pretendia a obtenção de asilo diplomático para evadir-se do país e, consequentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento”, afirmou o ministro.

Moraes, no entanto, manteve a apreensão do passaporte do ex-presidente. A retenção do documento e a proibição de sair do país foram determinadas pelo ministro após Bolsonaro ser alvo de uma busca e apreensão durante a Operação Tempus Veritatis, que investiga a tentativa de golpe de Estado no país após o resultado das eleições de 2022.

“A situação fática permanece inalterada, não havendo necessidade de alteração nas medidas cautelares já determinadas”, escreveu Moraes.

A estadia de Bolsonaro na embaixada foi divulgada pelo jornal *The New York Times*. O jornal analisou as imagens das câmeras de segurança do local e imagens de satélite, que mostram que ele chegou no dia 12 de fevereiro à tarde e saiu na tarde do dia 14 de fevereiro.

As imagens mostram que a embaixada estava praticamente vazia, exceto por alguns diplomatas húngaros que moram no local. Segundo o jornal, os funcionários estavam de férias e a estadia de Bolsonaro ocorreu durante o feriado de carnaval.

Segundo a reportagem, no dia 14 de fevereiro os diplomatas húngaros contataram os funcionários brasileiros, que deveriam retornar ao trabalho no dia seguinte, dando a orientação para que ficassem em casa pelo resto da semana.

Bolsonaro é aliado do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, que esteve na posse do ex-presidente em 2018. Em 2022, Bolsonaro visitou Budapeste, capital húngara, e foi recebido por Orbán. Ambos trocam constantes elogios públicos. (Agência Brasil)

Apenas 3% dos países terão taxa de fertilidade suficiente até 2100

Estudo publicado na revista britânica The Lancet mostra que, até o ano de 2100, apenas seis (3%) entre 204 países terão níveis sustentáveis de nascimentos para reposição sustentável da população. São eles: Samoa, Somália, Tonga, Nigéria, Chad e Tajikistão. O trabalho analisa os dados entre 1950 e 2021 e faz a projeção para 2050 e 2100. A pesquisa é fruto da parceria do grupo de estudo internacional chamado Global Burden of Diseases (Carga Global das Doenças).

A taxa de fertilidade considerada aceitável em nível de reposição populacional é de 2,1 filhos por mulher ao longo da vida. Em 2021, apenas 46% dos países tiveram taxa de fecundidade acima da taxa de reposição, principalmente na África Subsaariana. Em 1950, globalmente, a taxa de fecundidade era de 4,84, caindo para 2,23 em 2021. As projeções futuras apontam para 1,83 filhos em 2050 e 1,59 em 2100, o que fará com que as populações diminuam de tamanho.

“O que a gente vem observando são alterações culturais, como o aumento da escolaridade das mulheres, maior participação das mulheres no mercado de trabalho, políticas de educação sexual e planejamento familiar, maio acesso a métodos contraceptivos. O que a gente vem observando nas últimas décadas é um declínio gradual das taxas de fecundidade”, disse o pesquisador do departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz Pernambuco, Rafael Moreira.

Os países europeus e da América do Norte são os que estão em pior situação em termos de taxa de fecundidade com consequências econômicas e sociais de longo alcance. “O envelhecimento da população, o declínio da força de trabalho, países com muitos idosos e pouca população em idade produtiva e isso vai ter consequência para a previdência”, afirmou o pesquisador. Ele destaca que os países de renda alta vão ter que rever suas políticas de imigração pois vão precisar de mão de obra jovem para seus mercados de trabalho.

No Brasil, a taxa de fertilidade era de 5,93 filhos em 1950 e 1,93 em 2021. As expectativas futuras apontam queda, sugerindo 1,57 em 2050 e 1,31 em 2100, abaixo da projeção mundial.

“As futuras taxas de fertilidade de continuarão a diminuir em todo o mundo e permanecerão baixas mesmo sob a implementação bem-sucedida de políticas pró-nascimento. Estas mudanças terão consequências econômicas e sociais devido ao envelhecimento da população e ao declínio da força de trabalho”, aponta o artigo. (Agência Brasil)

Câmara aprova programa para setor de eventos com teto de R$ 15 bilhões

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (23) o projeto de lei que restringiu a R$ 15 bilhões a renúncia fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Serviços (Perse), de incentivo ao setor de eventos, até dezembro de 2026. A proposta reduziu ainda de 44 para 30 as atividades beneficiadas pelo programa. O texto segue para votação no Senado.

A aprovação ocorre após consenso firmado entre deputados federais e o governo federal.

Em entrevista à imprensa na segunda-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que houve acordo sobre os pontos principais do projeto de lei do Perse: a limitação da renúncia fiscal em R$ 15 bilhões até 2026 e um pente-fino na habilitação das empresas a receberem o benefício. O Perse foi criado para socorrer empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia de covid-19.

A versão original do projeto, de autoria dos deputados José Guimarães (PT-CE) e Odair Cunha (PT-MG), previa redução dos benefícios tributários, chegando à extinção a partir de 2027.

Os deputados federais aprovaram o substitutivo da deputada Renata Abreu (Pode-SP), que estabelece acompanhamento bimestral da Receita Federal da isenção fiscal dos cinco tributos listados no programa (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins). Os relatórios devem apresentar os valores pagos pelas empresas beneficiadas.

Para a deputada, o acordo com o governo foi “necessário para não termos prejuízo ou insegurança jurídica”.

O líder do governo, José Guimarães, garantiu que o governo manterá os R$ 15 bilhões e informou que a redução no número de atividades beneficiadas foi solicitada pelos líderes da Câmara, e não pelo governo. (Agência Brasil)

CCJ do Senado aprova projeto que amplia cotas raciais para concursos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira (24), por 16 votos a 10, o projeto de lei (PL) que prorroga por dez anos a política de cotas raciais para concursos públicos e processos seletivos para a administração pública federal, direta e indireta, incluindo fundações públicas e autarquias.

Além disso, o texto aumenta dos atuais 20% para 30% o total das vagas reservadas para cotas raciais, incluindo ainda os grupos dos indígenas e quilombolas. Atualmente, as cotas raciais para concursos alcançam apenas a população negra, que inclui pretos e pardos. A lei de cotas para concursos, que é de 2014, vence dia 9 de junho deste ano.

O projeto deve passar por uma votação suplementar na CCJ do Senado, ainda sem data marcada. Como tem caráter terminativo, se novamente aprovado, o texto segue direto para Câmara dos Deputados, sem precisar passar pelo plenário do Senado. A exceção é se nove senadores apresentarem recursos contra a matéria, o que pode levar o tema ao plenário.

O relator do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), defendeu a necessidade de prorrogar a política de cotas raciais em concursos públicos argumentando que o racismo segue vivo na sociedade brasileira e mundial. Ele destacou ainda que, apesar de ter aumentado, a representação de negros na administração pública ainda é baixa.

“Um negro no serviço público, um negro no Ministério das Relações Exteriores é mais do que simplesmente um funcionário, é uma voz viva de que é possível se superar o racismo, a discriminação e promover um desenho do Brasil no serviço público que retrate o desenho do Brasil na realidade”, argumentou.

Embora pretos e pardos somem 56% da população, eles compõem 40% da administração pública federal. Nas carreiras de nível superior, só há 27,5% de negros. Entre juízes, apenas 14,5%, segundo dados do Observatório do Pessoal do Governo Federal sistematizados pelo Coletivo Maria Firmina de Servidores(as) Públicos Negros(as).

O projeto foi criticado por senadores da oposição. O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), argumentou que as cotas deveriam ser apenas sociais, para pessoas de baixa renda.

“Nós estamos abrindo mão do mérito. Nós estamos abrindo mão da proficiência. Nós estamos abrindo mão da produtividade. Nós precisamos melhorar o nosso sistema educacional”, comentou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) também criticou o projeto, argumentando que as cotas raciais deveriam se limitar às universidades e que devem ser provisórias.

“Melhorar a sociedade passa por meritocracia. Se várias pessoas tentaram e se prepararam para um concurso público, e se elas estavam em igualdade de condições, a cor não justifica o privilégio a mais. Porque as cotas têm que ser antes do concurso”, disse.

O relator Humberto Costa tentou rebater as críticas ao projeto. Ele lembrou que a questão racial vai além do social. “Quando um jogador de futebol bem-sucedido, rico, um ídolo, é chamado de macaco num jogo de futebol, num país que se pretende desenvolvido cultural e socialmente, esse discurso de que o problema é meramente social, ele cai por terra”, destacou.

Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) reforçou que a qualidade do serviço público está resguardada com o projeto porque a cota só vale para quem for aprovado no concurso.

“Ele pode não estar em primeiro do *ranking*, em segundo, em terceiro. Mas ele passou pelo crivo do concurso público. E não terá o risco, para não ter mal compreendido, de que se está impondo a um cidadão atendimento de segunda categoria”, destacou.

Por outro lado, o senador Marcos Rogério (PL-RO) argumentou que o projeto divide a sociedade. “As cotas raciais, para mim, elas criam o pior cenário possível. Porque ela admite a discriminação racial para atingir um objetivo político, o que leva a uma situação em que as pessoas não são julgadas pelo que são ou pelo que fazem, mas pela cor de sua pele ou por sua origem étnica”, argumentou.

Na semana passada, o relator Humberto Costa acatou uma série de emendas da oposição para aumentar o apoio ao projeto, reduzindo, por exemplo, de 25 para dez ano o prazo de validade da política.

Costa ainda acatou o pedido para excluir o artigo que previa metas de representatividade étnico-racial nos quadros do serviço público, a exemplo da ocupação dos cargos de chefia, que deveria respeitar a proporção populacional dos grupos raciais calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Outras emendas acatadas pelo relator criaram novas regras para verificação da raça do participante do concurso, como a exigência de normas padronizadas nacionalmente, e também mais diretrizes para o combate às fraudes. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

IRIDIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 20.792.955/0001-36 - NIRE 35.300.468.236

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local: 28.03.2024, às 10 horas, na sede social, Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 10º andar, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Marcelo de Andrade, Secretário: Fernando Barretto Bergamin. **Deliberações Aprovadas: 1. (a)** Alterar o endereço da sede social da Companhia para Av. Santo Amaro, 48, 03º andar, Cj. 32, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP: 04506-905. Alteração do Artigo 2ª do Estatuto Social: *"**Artigo 2° -** A Companhia tem sua sede social e foro legal Av. Santo Amaro, 48, 03º andar, Cj. 32, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP: 04506-905. **§ único -** A Companhia poderá abrir outras filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas."* **2. (b)** A reeleição dos Srs. Marcelo de Andrade, Fernando Barretto Bergamin. Composição da Diretoria: **Diretor - Término do Mandato:** Marcelo de Andrade, brasileiro, casado, administrador, RG 17.641.048/SSP-SP, CPF/MF 076.244.538-60, com endereço comercial em São Paulo/SP: 30.03.2027; Fernando Barretto Bergamin, brasileiro, casado, administrador, RG 19.124.124-6, CPF/MF 175.627.108-99, com endereço comercial em São Paulo/SP: 30.03.2027. Todos os Diretores acima qualificados, reeleitos e com declarações de desimpedimento arquivadas na sede, neste ato, tomam posse em seus cargos pelo prazo de 3 anos, até 30.03.2027. Todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, são ratificados pelos Sócios presentes, e nos termos do art. 150 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."). **3.** Pela Companhia não se enquadrar nos requisitos estabelecidos art. 138 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), os acionistas e diretores aprovam **(c)** a desconstituição do Conselho de Administração da Companhia, de forma que a administração da Companhia passara a ser realizada integralmente pela Diretoria. **(d)** a consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28.03.2024. **Mesa:** Marcelo de Andrade - Presidente, Fernando Barretto Bergamin - Secretario. JUCESP nº 153.341/24-5 em 16.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Consolidação do Estatuto Social - **Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º**: A Companhia opera sob a denominação de **Iridio Empreendimentos e Participações S.A.** e rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º**: A Companhia tem sua sede social e foro legal Av. Santo Amaro, 48, 03º andar, Cj. 32, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP: 04506-905. **§ único -** A Companhia poderá abrir outras filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas. **Artigo 3º**: A Companhia tem por objeto: a) O desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; b) A gestão e administração de propriedade imobiliária; c) O aluguel e a compra e venda de imóveis próprios; e d) A participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista. **Artigo 4º**: O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º**: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 20.001.200,00, dividido em 20.001.200 ações, das quais 10.000.600 são ações ordinárias e 10.000.600 são ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º**: As ações são indivisíveis em relação à Companhia e a cada uma das ações ordinárias corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, não computados os votos em branco. **Artigo 7º**: A Assembleia Geral estabelecerá as condições e critérios para a alteração do capital social e para a emissão e subscrição de novas ações ordinárias ou preferenciais, bem como a respectiva forma de integralização. **Artigo 8º**: As ações preferenciais não terão direito de voto e as suas vantagens consistem na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no recebimento de dividendo fixo não-prioritário equivalente a 91% dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, conforme deliberação da Assembleia Geral, tomada com base no lucro líquido ajustado verificado em cada exercício social, previsto na alínea (b) do artigo 25 infra. **Artigo 9º**: É garantido aos acionistas e na forma da lei o direito de preferência na subscrição de novas ações, pelo prazo decadencial de 30 dias fixado pela Assembleia Geral que aprovar o aumento de capital. **Artigo 10º**: É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III – Administração: Artigo 11º**: A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social. **§ 1º**: Os membros da administração da Companhia serão investidos, mediante termo de posse lavrados nos respectivos Livros de Registro de Atas dos órgãos para os quais forem eleitos, dentro dos 30 dias subsequentes à sua eleição. **§ 2º**: Os membros da administração da Companhia permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **§ 3º:** A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo a Diretoria a alocação e distribuição dos valores pagos à conta de remuneração, quando a Assembleia Geral fixá-la de forma global. **Artigo 12º:** Em caso de vacância na composição da Diretoria, será convocada Assembleia Geral para eleição de novo membro. **Artigo 13º:** A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, anualmente, por convocação de seus Diretores ou Acionistas. As reuniões da Diretoria deverão ser convocadas com, no mínimo 1 dia útil de antecedência, mediante notificação por escrito, por meio de carta, telegrama, fac-símile, correspondência eletrônica (e-mail) ou outro meio de comunicação com aviso de recebimento, contendo o local, data, hora da reunião e ordem do dia. As convocações deverão, sempre que possível, encaminhar as propostas ou documentos a serem discutidos ou apreciados. **Artigo 14º**: As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros e as deliberações serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos presentes. **§ 1º**: Será considerada regular, independentemente de qualquer formalidade de convocação, a reunião da Diretoria na qual comparecerem todos os seus Diretores. **§ 2º**: Considera-se presente à reunião o membro da Diretoria que estiver, na ocasião: (a) participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (b) que tiver enviado seu voto por escrito, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata da reunião em nome do Diretor ou Acionistas que não esteja presente fisicamente. **§ 3º**: As reuniões da Diretoria ocorridas na forma do § 2º acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Conselheiro ou, se não for este o caso, no local onde estiver o Presidente. **§ 4º**: Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e assinadas pelos membros da Diretoria que estiverem presentes, observado o disposto no item (b) do § 2º acima. **Artigo 15º:** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete a Diretoria: a) Estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes e políticas empresariais; b) Eleger, destituir e definir a remuneração e as atribuições dos membros da Diretoria, observados os limites estabelecidos em Assembleia Geral; c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia; d) Nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, nos termos do disposto neste Estatuto Social; e) Manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e f) Exercer as demais atribuições conferidas em Assembleia Geral ou por este Estatuto Social. **Seção I – Diretoria: Artigo 16º:** A Diretoria será composta por 2 Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pelos acionistas em sede de Assembleia Geral a qualquer tempo. **§ 1º**: O mandato dos Diretores será unificado e seu prazo será de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 2º**: Em caso da vacância, ausência temporária ou impedimento de quaisquer dos Diretores, os acionistas em sede de Assembleia Geral deverão eleger um substituto, o qual ocupará a vaga do Diretor durante o período de ausência do mesmo. **Artigo 17º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer dos Diretores, mediante notificação por escrito, por meio de carta, telegrama, fac-símile, correspondência eletrônica (e-mail) ou outro meio de comunicação com aviso de recebimento, contendo o local, data, hora da reunião e ordem do dia. As convocações deverão, sempre que possível, encaminhar as propostas ou documentos a serem discutidos ou apreciados. Considerar-se-á dispensada a convocação de reunião a que comparecer a totalidade dos Diretores. **Artigo 18º:** As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de todos os seus membros e as deliberações serão tomadas mediante o voto unanime e favorável de ambos os diretores. **§ 1º**: Será considerada regular, independente de qualquer formalidade de convocação, a reunião da Diretoria na qual comparecerem todos os seus membros. **§ 2º:** Considera-se presente à reunião o membro da Diretoria que estiver, na ocasião: (a) participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Diretor e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (b) que tiver enviado seu voto por escrito, ficando o outro Diretor investido dos poderes para assinar a respectiva ata da reunião da Diretoria em nome do Diretor que não esteja presente fisicamente. **§ 3º**: As reuniões da Diretoria ocorridas na forma do § 2º acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Diretor ou, se não for este o caso, no local onde estiver quaisquer dos diretores, conforme definido por estes. **§ 4º**: Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e assinadas pelos membros da Diretoria que estiverem presentes, observado o disposto no item (b) do § 2º acima. **Artigo 19º**: Os Diretores terão poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo isolada ou conjuntamente, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais conforme previsto neste Estatuto Social ou legislação aplicável. **§ 1º**: As procurações "ad negotia" outorgadas pela Companhia serão obrigatoriamente assinadas por os ambos os Diretores, terão prazo de validade determinado, e vedarão o substabelecimento, sob pena de nulidade. **§ 2º**: As procurações outorgadas a advogados, para representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais, poderão ser assinadas individualmente por quaisquer dos Diretores, ter prazo de validade indeterminado e autorizar os substabelecimentos. **Artigo 20º**: São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, por procuradores ou por qualquer administrador ou empregado da Companhia que sejam estranhos ao objeto social, e aos seus negócios, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, exceto se tais atos foram previamente aprovados pela Assembleia Geral. **Capítulo IV – Assembleia Geral: Artigo 21º**: A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro meses que se seguirem ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132, da lei nº 6.404/76, e extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir. **§ 1º**: Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do Artigo 123 da Lei nº 6404/77, a Assembleia Geral será convocada pelos Diretores ou Acionistas e, independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º**: A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número de acionistas. Os acionistas sem direito a voto podem comparecer à Assembleia Geral e discutir a matéria submetida à deliberação. **§ 3º**: A Assembleia Geral será dirigida por Presidente e Secretário indicados pelos acionistas presentes. **Artigo 22º**: Ressalvadas as exceções previstas na legislação aplicável e neste Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos acionistas titulares de ações com direito a voto, não se computando os votos em branco, competindo-lhes, privativamente, sem prejuízo das demais matérias previstas na Lei 6404/76: (a) A alteração do Estatuto Social; (b) A eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria; (c) A verificação anual das contas dos administradores e a deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) A deliberação sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, com ou por qualquer outra forma de sociedade, sua dissolução e liquidação, a eleição e a destituição dos liquidantes e julgamento das contas; e (e) A definição da remuneração global anual e individual dos administradores da Companhia. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 23º:** O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por 3 membros efetivos e igual número de suplentes e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado por acionistas, na forma e condições previstas em lei. **§ único** – Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, competência, deveres, prazo de mandato e remuneração estabelecidos por lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros: Artigo 24º:** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **§ único** - A companhia contratará auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, para auditar anualmente suas demonstrações financeiras. **Artigo 25º**: Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras exigidas por lei. O lucro líquido então verificado terá a seguinte destinação: (a) 5% para a Reserva Legal; e (b) 95% do lucro líquido ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei 6.404/76 para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 26º**: A Companhia poderá levantar balanços semestrais e poderá declarar, por deliberação da Diretoria , dividendos à conta de lucros apurados neste balanço. À Companhia é facultado levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata a Lei 6.404/76. **Capítulo VII – Acordos de Acionistas: Artigo 27º:** Os acordos de acionistas versando sobre as matérias que alude o Artigo 118 da Lei 6.404/76, bem como outras matérias acordadas entre os signatários, serão observadas pela companhia uma vez arquivados em sua sede. **Capítulo VIII – Liquidação: Artigo 28º:** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante que conduzirá a Companhia durante o período de liquidação. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 29º:** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, observados os dispositivos legais em vigor. **Artigo 30º:** Quaisquer controvérsias, sem exceção, oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente, será submetida exclusivamente a arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("CA-CCBC"), de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá de 15.07.1998, com disposto na Lei nº 9.307, de 23.09.1966, e com o estipulado a seguir neste Estatuto Social. **§ 1º**: O tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, cabendo a cada uma das partes designar um titular e seu suplente, e o terceiro que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral será nomeado pelos árbitros nomeados pelas referidas partes. Caso os árbitros não cheguem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, este será designado segundo as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no prazo máximo de 15 dias corridos da data em que se verificar aludido impasse. **§ 2º**: O tribunal arbitral terá assento na Cidade de São Paulo. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa, segundo a legislação brasileira. **§ 3º**: A parte que desejar iniciar a arbitragem, deverá notificar a outra de sua intenção, com cópia para a CA-CCBC, informando o escopo da controvérsia. **§ 4º**: O compromisso arbitral deverá ser minutado pela CA-CCBC e firmado pelas partes, instituindo-se assim a arbitragem, impreterivelmente em dez dias úteis contados a partir da data da comunicação da controvérsia à CA-CCBC nos termos deste Artigo 31. **§ 5º**: As partes terão o prazo comum de 15 dias corridos contados a partir da data do compromisso arbitral para apresentar petição ao tribunal arbitral contendo suas razões detalhadas e a documentação eventualmente julgada necessária. **§ 6º**: O tribunal arbitral decidirá o assunto impreterivelmente em até 30 dias contados a partir do termo do prazo estipulado no § 5º anterior, sendo tal decisão final, vinculante e irrecorrível, ficando expressamente derrogados pelas partes, para os efeitos do presente Estatuto Social todos os dispositivos do Regulamento da CA-CCBC que conflitem com o disposto nesta Cláusula. **§ 7º**: Na impossibilidade de atuação da CA-CCBC, será escolhido um tribunal arbitral em funcionamento regular no Brasil. **§ 8º**: Os custos e despesas relativos à contratação do Juízo Arbitral serão distribuídos entre as partes de acordo com o estabelecido nos parágrafos abaixo. **§ 9º**: Na hipótese de realização de acordo entre as partes os custos relativos à contratação do Juízo Arbitral serão divididos igualmente entre as Partes. **§ 10º**: Nas hipóteses em que a matéria discutida seja efetivamente objeto de julgamento pelo tribunal arbitral, as custas a estes relativas serão de responsabilidade da parte vencida. **§ 11º:** Não serão considerados como custos relativos ao tribunal arbitral, para os efeitos da distribuição determinada nesta cláusula, os valores relativos a honorário advocatícios e periciais. **§ 12º**: As partes reconhecem que qualquer uma delas poderá precisar de ordens judiciais preliminares para evitar danos, ou riscos de dados, aos seus direitos. Assim, o requerimento de medida liminar, ou de qualquer outra ordem judicial preliminar, para os tribunais, antes ou depois do início do processo arbitral estabelecido neste Estatuto Social, não deverá ser considerado incompatível, ou forma de desistência voluntária de qualquer dos direitos apontados neste Artigo. Para tal efeito fim, as Partes elegem foro da sede da Sociedade como fora para julgar qualquer matéria relacionada a este Estatuto Social

CNBB pede a parlamentares que mantenham veto à lei da saidinha

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota na qual pede ao Congresso Nacional que mantenha o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que acaba com as saídas temporárias de presos em feriados e datas comemorativas.

O veto presidencial vale apenas para detentos que já estão em regime semiaberto, mantendo proibida a saidinha para condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico de drogas.

A legislação atual permite aos presos no semiaberto, que já cumpriram um sexto do total da pena e que têm bom comportamento, que deixem o presídio por 5 dias para visitar a família em feriados, estudar fora ou participar de atividades de ressocialização.

"A CNBB manifesta ao Congresso Nacional, em consonância com sua tradição explicitada na doutrina social da Igreja e com os objetivos do sistema penal brasileiro, que o veto parcial submetido aos parlamentares para avaliação seja mantido", diz a nota divulgada na terça-feira (23) pela entidade.

A CNBB lembra que "a Doutrina Social da Igreja reconhece a legitimidade do Estado para infligir as penas proporcionais à gravidade dos delitos. Ao lado dessa dimensão, o sistema estatal deve favorecer a reinserção das pessoas condenadas e promover uma justiça reconciliadora".

"A legislação brasileira tem as mesmas premissas de reinserção gradual de nossas irmãs e irmãos na sociedade. As saídas temporárias no decorrer do cumprimento da pena respondem a essas premissas", diz a nota.

A mensagem da CNBB finaliza com uma citação do Papa Francisco: "Nunca sufoquem a pequena chama de esperança. Reavivar esta pequena chama é dever de todos. Cabe a toda a sociedade alimentá-lo, fazer de forma que a penalidade não comprometa o direito à esperança, que sejam garantidas perspectivas de reconciliação e de reintegração. Enquanto os erros do passado são remediados, não se pode cancelar a esperança no futuro". (Agência Brasil)

Economia Verde do Paraná alcança R$ 140 bilhões e já representa 32,9% do PIB

O Governo do Paraná lançou na quarta-feira (24) dois importantes estudos desenvolvidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) com foco na construção de indicadores econômicos: o PIB da Economia Verde Paranaense e a atualização da Matriz Insumo-Produto do Paraná (MIP).

O primeiro traz dados que enfatizam a representatividade econômica desse estrato produtivo para além da sua importância em termos de sustentabilidade. Segundo o relatório, cerca de um terço do PIB estadual total (32,9%) está relacionado à Economia Verde, somando R$ 140,1 bilhões. Os dados são de 2020. Entre as áreas que mais contribuíram para compor esse valor estão a Agropecuária (40%, ou R$ 56 bilhões), seguida do setor de Serviços (37%, ou R$ 51 bilhões) e da Indústria (23%, ou R$ 32 bilhões).

A condição favorável do setor primário (agricultura) se deve à inexistência de atividades reconhecidamente danosas na estrutura produtiva, como a extração de madeira em florestas nativas, caça de animais, retirada de vegetação natural para a produção de carvão e coleta de palmito não plantado, entre outras. Em relação aos Serviços, o estudo aponta aderência à Economia Verde nas subatividades de transporte, armazenagem e correio, além da administração pública. O desafio é maior na Indústria por causa dos pesos do refino de petróleo e da fabricação de automóveis.

Outro aspecto positivo da matriz paranaense é que os chamados Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUPs), que abrangem a geração de energia elétrica e o saneamento, entre outros, estão integralmente incorporados à Economia Verde, refletindo a utilização de fontes renováveis e os benefícios gerados em âmbito social, incluindo as questões de saúde da população.

A Economia Verde é entendida como um modelo econômico que tem o objetivo de melhorar o bem-estar da população, ao mesmo tempo em que procura reduzir os riscos ambientais e promover o uso racional dos recursos naturais. Além disso, as ações propostas envolvem a mitigação dos danos ambientais e a aplicação de medidas para a amenização dos impactos das mudanças climáticas.

A discussão sobre esse setor é tendência mundial e abrange sustentabilidade, transição energética, clima, segurança alimentar e descarbonização das cadeias, áreas em que o Paraná ocupa excelente posição em relação a outros estados e países e caminha para avançar ainda mais.

"O Paraná foi reconhecido, por três vezes consecutivas, como o Estado mais sustentável do Brasil e está bem-posicionado naqueles grandes atributos verdes. Temos que gerar agora um ambiente favorável para que as empresas possam se capitalizar dessa realidade", disse o secretário de Planejamento, Guto Silva.

Segundo ele, com esse recorte do PIB da Economia Verde, vai ser possível alavancar novos negócios e trazer as empresas e entidades para esse debate. "Isso é importante para que a gente possa ter um olhar a longo prazo, em que o Paraná possa gerar emprego, aumentar sua renda e, sobretudo, aproveitar essa tendência verde para o qual o mundo tem dado cada vez mais atenção", complementou.

Os dados estão baseados em informações detalhadas do cálculo do PIB do Estado, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ipardes, e a seleção de atividades definida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), amparada em diversas pesquisas de entidades internacionais.

"Com esse novo índice, é possível observar a parcela da produção estadual de bens e serviços que está comprometida com a sustentabilidade, não somente ambiental como social, podendo subsidiar a elaboração de políticas públicas que buscam conciliar o desenvolvimento com a redução dos riscos ambientais e o uso racional dos recursos naturais", afirmou o diretor-presidente do Ipardes, Jorge Callado.

Já a Matriz de Insumo-Produto do Paraná construída pelo Ipardes com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda mede os impactos de intervenções públicas ou privadas na economia local (produção, emprego e renda) das atividades econômicas, de projetos governamentais e do setor privado de determinada região. O ano base do relatório é 2018.

A mensuração dos efeitos socioeconômicos das obras de infraestrutura ou da instalação de grandes empreendimentos produtivos é um dos exemplos do uso da MIP, que também pode subsidiar o desenho de políticas de desenvolvimento. A análise setorial por meio da MIP permite identificar quais os setores preponderantes sob diversas óticas, tais como geração de renda e emprego, inter-relação setorial, multiplicadores de valor adicionado e de impostos, entre outras.

A MIP paranaense foi construída com base na Tabela de Recursos e Usos (TRU) do Estado, que, por sua vez, traz informações obtidas por meio de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) fornecidas pela Secretaria da Fazenda. (Agência Brasil)

CASA DE SÁUDE E MATERNIDADE SANTA FILOMENA S/A

CNPJ 56.384.225/0001-43

RELATÓRIO DA DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 2022 E 2021 (Expresso em Reais)

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE	**4.913.776,53**	**2.249.500,89**
DISPONIBILIDADE	2.432.319,89	1.748.132,46
Caixa	25.653,01	10.515,41
Bancos	100.377,45	274.905,01
Aplicações Financeiras	1.407.805,60	292.967,97
Estoques	898.483,83	1.169.744,07
REALIZAVEL Á CURTO PRAZO	2.481.456,64	501.368,43
Contas à Receber	2.374.209,87	400.696,46
Despesas Perído Seguinte	13.768,95	9.166,97
Adiantamentos a Prestadores Médicos	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	26.132,78	0,00
Impostos a Recuperar	0,00	48.554,24
Adiantamento Á Funcionários	67.345,04	42.950,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**7.676.273,45**	**11.094.988,82**
REALIZÁVEL Á LONGO PRAZO	**172.000,00**	**172.000,00**
Adiantamentos a Fornecedores	172.000,00	172.000,00
PERMANENETE	**7.504.273,45**	**10.922.988,82**
INVESTIMENTOS	3.103,92	2.799.028,99
INCENTIVOS FISCAIS	1.620,70	1.620,70
INVESTIMENTOS	1.483,22	1.483,22
PARTICIPAÇÕES OUTRAS EMPRESAS	0,00	2.795.925,07
IMOBILIZADO	7.501.167,08	8.122.273,14
EDIFÍCIOS	1.700.625,50	1.982.373,17
MÓVEIS E UTENSILIOS	2.474.305,82	2.396.322,98
INSTALAÇÕES	453.373,04	453.373,04
VEÍCULOS	170.034,13	170.034,13
MAQ. E EQUIPAMENTOS	8.372.831,19	8.028.100,86
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	24.390,00	24.390,00
BENFEITORIAS EM IMOVEIS DE TERCEIROS	9.521.805,16	9.521.805,16
AJUSTE PATRIMONIAL	2.602.138,57	2.602.138,57
OUTRA IMOBILIZAÇÕES	79.757,33	79.757,33
(-) DEPRECIAÇÕES	-17.898.093,66	-17.136.022,10
INTANGIVEL	2,45	1.686,69
SOFTWARE	0,00	1.684,24
MARCAS E PATENTES	2,45	2,45
TOTAL DO ATIVO	**12.590.049,98**	**13.344.489,71**

PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	**6.236.728,53**	**7.363.658,16**
OBRIGAÇÕES Á PAGAR	**6.236.728,53**	**7.363.658,16**
Fornecedores	1.766.226,83	1.565.970,58
Cheques a Compensar	23.310,47	34.063,02
Adiantamento de Clientes	2.288.691,98	3.080.560,08
Obrigações Sociais	471.835,43	343.299,09
Obrigações Tributárias	114.307,54	153.200,55
Obrigações Trabalhistas	452.217,47	379.171,24
Provisões	992.221,00	855.538,98
Outras Contas a Pagar	77.917,81	77.457,88
Credores Diversos	50.000,00	874.396,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**884.727,11**	**1.018.612,90**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**884.727,11**	**1.018.612,90**
IMPOSTOS PARCELADOS	**884.727,11**	**1.018.612,90**
IMPOSTOS PARCELADOS	0,00	33.212,60
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	100.673,19
IMPOSTOS DIFERIDOS	884.727,11	884.727,11
PATRIMÔNIO LIQUIDO	**5.468.594,24**	**4.962.218,65**
CAPITAL SOCIAL	**3.279.792,67**	**3.279.792,67**
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	**2.188.801,57**	**1.682.425,98**
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	478.341,22	-28.034,37
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.710.460,35	1.710.460,35
TOTAL DO PASSIVO	**12.590.049,88**	**13.344.489,71**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2023 E 2022

D.R.E. (Expresso em Reais)	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL	**35.564.874,40**	**30.614.290,47**
DEDUÇÕES	**-2.009.659,69**	**-1.730.275,48**
(-) ISS	-711.297,59	-199.063,82
(-) PIS	-231.195,70	-918.929,72
(-) COFINS	-1.067.166,40	-612.281,94
CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	**-21.134.680,66**	**-19.303.546,59**
(-) Custo dos Serviços Vendidos	-21.134.680,66	-19.303.546,59
RECEITAS OPERACIONAL LÍQUIDA	**12.420.534,05**	**9.580.468,40**
RECEITAS OPERACIONAIS	**11.639,87**	**70.208,07**
(+) Recuperação de Despesas	11.639,87	70.208,07
DESPESAS OPERACIONAIS	**-14.200.431,15**	**-13.157.809,58**
(-) Despesas Administrativas	-14.032.890,90	-12.998.766,58
(-) Despesas Tributárias	-167.540,25	-159.043,00
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	**-1.768.257,23**	**-3.507.133,11**
RESULTADO FINANCEIRO	**-409.737,24**	**41.129,01**
(-) Despesas Financeiras	-521.218,04	-87.523,17
(+) Receitas Financeiras	111.480,80	128.652,18
RESULTADO OPERACIONAL	**-2.177.994,47**	**-3.466.004,10**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**2.776.474,16**	**47.517,00**
(+) Receitas Não Operacionais	2.783.762,36	134.728,12
(-) Despesas não Operacionais	-7.288,20	-87.211,12
LUCRO ANTES I.RENDA	**598.479,69**	**-3.418.487,10**
(-) Provisão p/Imposto de Renda	-61.370,59	0,00
(-) Provisão p/Colntribuição Social	-30.733,41	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**506.375,69**	**-3.418.487,10**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO EM 2023 (Expresso em Reais)

D.M.P.L	CAPITAL SOCIAL	LUCROS(PREJ) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**3.279.792,67**	**1.682.425,98**	**4.962.218,65**
LUCRO DO PERIODO		506.375,69	506.375,69
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**3.279.792,67**	**2.188.801,67**	**5.468.594,34**

DIRETORIA EXECUTIVA

LISTER PARREIRA DUARTE
LAFAYETTE PARREIRA DUARTE

Contabilidade: Escritório Contábil São Francisco Ltda. CRC.2.SP.004.770/O-2
EDSON AMAURI CORTEZE CRC1MG093692.

"NOTAS:As demonstrações contábeis completas com as notas explicativas e o relatório dos auditores estão à disposição dos acionistas na sede da empresa."

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e que serão submetidas à assembléia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras

A T I V O	2023	2022
Circulante		
Caixa e Bancos	1.834	9.689
Tributos a Compensar	7.586	9.095
Total do ativo circulante	**9.420**	**18.784**
Não circulante		
Adiantamento p/ Ações Judiciais	594	594
Partes relacionadas	2.462.917	2.441.992
Imobilizado	1.071.268	1.071.268
(-) Depreciações	(1.071.268)	(1.071.268)
Intangíveis	9.691	9.691
Total do ativo não circulante	**2.473.202**	**2.452.277**
Total do ativo	**2.482.622**	**2.471.061**

P A S S I V O	2023	2022
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	1.151	1.124
Contribuição social a pagar	866	676
Total do passivo circulante	**2.017**	**1.800**
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado	1.502.267	1.502.267
Lucros Acumulados	978.338	966.994
Total do patrimônio líquido	**2.480.605**	**2.469.261**
Total do passivo	**2.482.622**	**2.471.061**

"As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras"

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	capital social	lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.502.267**	**958.061**	**2.460.328**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	8.933	8.933
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.502.267**	**966.994**	**2.469.261**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	0	11.344	11.344
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.502.267**	**978.338**	**2.480.605**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	2023	2022
Receita Operacional Líquida	**0**	**0**
Receitas (Despesas)		
Administrativas	(11.068)	(13.606)
Resultado financeiro líquido	24.723	24.342
Total das despesas líquidas	**13.655**	**10.736**
Lucro (prejuízo) operacional	**13.655**	**10.736**
Imposto de renda e contribuição social	(2.311)	(1.803)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**11.344**	**8.933**

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11.344	8.933
	11.344	**8.933**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Empréstimos com partes relacionadas	(20.925)	3.849
Tributos a Compensar	1.509	(4.230)
	(19.416)	**(381)**
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Obrigações e contas a pagar	27	(311)
Imposto de renda e contribuição social	190	676
	217	**365**
Caixa líquido prov. das atividades operacionais	**(7.855)**	**8.917**
Saldo de caixa e equiv. no início do exercício	9.689	772
Saldo de caixa e equiv. no final do exercício	1.834	9.689
Aumento (redução) no caixa e equiv. de caixa	**(7.855)**	**8.917**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Nota 1. Contexto Operacional: A sociedade tem por fins e objetivos: navegação interior, fluvial e lacustre, no transporte de carga em geral, containers, granéis sólidos, produtos petroquímicos, óleos vegetais à granel, transbordo de mercadorias e agenciamento.

Nota 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449 (convertida na Lei 11.941/2009) de 03 de dezembro de 2008.

Nota 3. Principais Práticas Contábeis: a) De acordo com Lei n° 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, que até 31 de dezembro de 1995 foram reconhecidos com base na variação da Unidade Fiscal de Referência. **b)** O imobilizado da empresa composto da Barcaça Guaratuba e outros bens, estão totalmente depreciados.

Nota 4. A Companhia enfrenta duas ações de execução financeira em conjunto com outra empresa de navegação:

Processo	Valor	Ação ajuizada em
2003.51.01.019416-1	R$ 3.468.517,67	21.08.2005
2008.51.01.021380-3	R$ 8.269.589,37	14.11.2008

A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos.

Nota 5. Capital Social: O capital social é representado por R$ 1.502.267, sendo 21.000 ações ordinárias nominativas e 42.000 ações preferenciais nominativas.

Ronaldo Andres Jeffrey Smith - Diretor
Ary Serpa Júnior - Diretor
Maria Aparecida C. Lopes - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9

Senado aprova regulamentação de pesquisa científica com seres humanos

O plenário do Senado Federal aprovou por votação simbólica, em regime de urgência, na terça-feira (23), o projeto de lei que cria regras para pesquisas com seres humanos e trata do controle das boas práticas clínicas por meio de comitês de ética em pesquisa (CEPs). Agora, o texto seguirá para sanção da Presidência da República.

O objetivo dos autores do PL 6.007/2023, os ex-senadores Ana Amélia (RS), Waldemir Moka (MS) e Walter Pinheiro (BA), foi acelerar a liberação de pesquisas clínicas no Brasil. O relator da matéria, senador Dr. Hiran (PP-RR), aposta que a regulamentação do tema poderá trazer mais incentivos para o setor e permitirá a realização de pesquisas que podem beneficiar, por exemplo, pessoas que sofrem de doenças de difícil tratamento, como o câncer e doenças raras.

"O investimento total em pesquisa e desenvolvimento do setor biofarmacêutico deve crescer, de quase US$ 130 bilhões, em 2010, para US$ 254 bilhões até 2026. No entanto, o Brasil figura apenas na 20ª colocação na lista mundial de países que realizam pesquisas clínicas, com somente 2% dos estudos, posição incompatível com o status do país em termos de população e economia".

O sistema será regulamentado pelo Poder Executivo Federal, com a colaboração dos comitês de ética em pesquisa (CEP) para fazer o controle das boas práticas clínicas.

O projeto estabelece exigências éticas e científicas nas pesquisas, instâncias de revisão ética (representadas pelos CEP), proteção e direitos dos voluntários, responsabilidade dos pesquisadores, patrocinadores e entidades envolvidas.

As pesquisas deverão atender a exigências éticas e científicas. Ainda deverão ser considerados os riscos e benefícios favoráveis ao participante; com respeito a seus direitos, segurança e bem-estar dele; além de respeito à privacidade e ao sigilo da identidade do voluntário.

O texto proíbe a remuneração dos participantes ou a concessão de qualquer tipo de vantagem pela participação nas pesquisas. Em caso de danos, o voluntário deve receber assistência integral, imediata e gratuita de patrocinador do estudo. O projeto também garante o anonimato e a privacidade do participante, bem como o sigilo das informações da pessoa.

O projeto de lei ainda cria regras para fabricação, uso, importação e exportação de bens ou produtos para esse tipo de pesquisa. Também estão previstas regras para o armazenamento e a utilização de dados e de material biológico humano. O descumprimento das normas representa infração sanitária sujeita às penalidades previstas em lei, além de sanções civis e penais. (Agência Brasil)

Equatorial Renováveis S.A.

CNPJ 13.459.301/0001-20

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.615	49.716	9.760	50.367
Contas a receber	7	29.916	34.216	30.717	34.297
Tributos a recuperar		440	168	440	390
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		209	–	441	208
Compromissos futuros	8	60.344	83.454	60.344	83.454
Adiantamento a fornecedores		297	–	298	–
Despesas pagas antecipadamente		859	–	859	–
Outras contas a receber		347	1.154	348	1.154
Total do ativo circulante		**100.027**	**168.708**	**103.207**	**169.870**
Não circulante					
Compromissos futuros	8	55.602	62.237	55.602	62.237
Outras contas a receber		–	1.115	–	1.115
Despesas pagas antecipadamente		571	–	571	–
Total do realizável a longo prazo		**56.173**	**63.352**	**56.173**	**63.352**
Investimento	9	3.710	1.756	705	705
Intangível		7.659	9	7.659	9
Imobilizado		56	60	56	60
Total do ativo não circulante		**67.598**	**65.177**	**64.593**	**64.126**
Total do ativo		**167.625**	**233.885**	**167.800**	**233.996**

Balanços patrimoniais

Passivo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	10	23.219	30.513	23.226	30.513
Compromissos futuros	8	37.048	53.727	37.048	53.727
Tributos a recolher		3.983	5.850	4.010	5.859
PIS e COFINS diferidos	12	2.155	2.749	2.155	2.749
Imposto de renda e contribuição social a recolher		452	–	587	100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	–	9.172	–	9.172
Outras contas a pagar		419	238	425	240
Total do passivo circulante		**67.276**	**102.249**	**67.451**	**102.360**
Não circulante					
PIS e COFINS diferidos	12	251	11.424	251	11.424
Compromissos futuros	8	52.888	30.230	52.888	30.230
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	8.025	9.876	8.025	9.876
Total do passivo não circulante		**61.164**	**51.530**	**61.164**	**51.530**
Total do passivo		**128.440**	**153.779**	**128.615**	**153.890**
Patrimônio líquido					
Capital social	11.a	29.468	14.265	29.468	14.265
Reservas de lucro	11.c e 11.d	9.717	65.841	9.717	65.841
Total do patrimônio líquido		**39.185**	**80.106**	**39.185**	**80.106**
Total do passivo e patrimônio líquido		**167.625**	**233.885**	**167.800**	**233.996**

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	12	202.273	210.736	205.198	211.614
Custos de operação	13	(195.692)	(241.457)	(195.692)	(241.457)
Lucro (prejuízo) bruto		**6.581**	**(30.721)**	**9.506**	**(29.843)**
Despesas gerais e administrativas	14	(17.109)	(8.665)	(17.216)	(8.821)
Outras despesas operacionais, líquidas		(199)	–	(201)	–
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.954	522	–	–
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		**(8.773)**	**(38.864)**	**(7.911)**	**(38.664)**
Receitas financeiras	15	3.361	4.872	3.494	4.903
Despesas financeiras	15	(142)	(65)	(164)	(67)
		3.219	**4.807**	**3.330**	**4.836**
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		**(5.554)**	**(34.057)**	**(4.581)**	**(33.828)**
Imposto de renda e Contribuição social diferido	16.b	11.023	15.028	11.023	15.028
Imposto de renda e Contribuição social corrente	16.a	(6.390)	(5.408)	(7.363)	(5.637)
Prejuízo do exercício		**(921)**	**(24.437)**	**(921)**	**(24.437)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	**(921)**	**(24.437)**	**(921)**	**(24.437)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**(921)**	**(24.437)**	**(921)**	**(24.437)**
Resultado abrangente total	(921)	(24.437)	(921)	(24.437)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado antes dos tributos		(5.554)	(34.057)	(4.581)	(33.828)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		4	31	4	31
Baixa de imobilizado		–	39	–	39
Pis e Cofins diferidos	16	(11.767)	3.957	(11.767)	3.957
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.954)	(522)	–	–
Valor justo dos contratos de comercialização de energia - Compromissos futuros	8	35.724	49.222	35.724	49.222
Prejuízo ajustado		**16.453**	**18.670**	**19.380**	**19.421**
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a receber	7	4.300	(7.498)	3.580	(7.122)
Outras contas a receber		1.922	(1.435)	1.921	(1.434)
Tributos a recuperar		(272)	(163)	(50)	84
Adiantamento a fornecedores		(297)	–	(298)	–
Despesas pagas antecipadamente		(1.430)	–	(1.430)	–
Aumento (redução) nos passivos:					
Fornecedores	10	(7.294)	8.945	(7.287)	8.573
Obrigações sociais		–	(129)	–	(129)
Tributos a recolher		(1.867)	804	(1.849)	654
Outras contas a pagar		181	(216)	185	(214)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**11.696**	**18.978**	**14.152**	**19.833**
Pagamento de IR e CS		(6.147)	(6.188)	(7.109)	(6.525)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**5.549**	**12.790**	**7.043**	**13.308**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de intangível		(7.650)	–	(7.650)	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(7.650)**	**–**	**(7.650)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos	11	(40.000)	–	(40.000)	–
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(40.000)**	**–**	**(40.000)**	**–**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		**(42.101)**	**12.790**	**(40.607)**	**13.308**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	49.716	36.926	50.367	37.059
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	7.615	49.716	9.760	50.367
Variação no caixa e equivalentes		**(42.101)**	**12.790**	**(40.607)**	**13.308**

Demonstração da mutações de patrimônio líquido

Controladora e consolidado

	Capital Social	Reserva de lucro: Reserva Legal	Reserva de lucro: Reserva para investimentos e expansão	Reserva de lucro: Reserva de Retenção	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.265**	**2.853**	**79.640**	**7.785**	**–**	**104.543**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(24.437)	(24.437)
Absorção de prejuízo com reserva	–	–	(24.437)	–	24.437	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**14.265**	**2.853**	**55.203**	**7.785**	**–**	**80.106**
Integralização de reserva de lucros	15.203	–	(15.203)	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(921)	(921)
Absorção de prejuízo com reserva	–	–	–	(921)	921	–
Distribuição de dividendos	–	–	(40.000)	–	–	(40.000)
Saldos de 31 de dezembro de 2023	**29.468**	**2.853**	**–**	**6.864**	**–**	**39.185**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional: a. Constituição e capacidade produtiva: A Equatorial Renováveis S.A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2011, com sede na Av. das Nações unidas, 14.171, 15º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem como controladora direta a Equatorial Serviços S.A., que detém 100% de suas ações. Em 29 de setembro de 2023, através de aprovação em assembleia geral extraordinária (AGE), houve alteração da razão social da Companhia, a qual passou a se chamar Equatorial Renováveis S.A. (anteriormente denominada Solenergias Comercializadora de Energia S.A). A Companhia tem como objeto principal a comercialização de energia elétrica e detém controle sobre a Equatorial Comercializadora de Energia Ltda., fundada em 01 de agosto de 2012. A Empresa possui o mesmo objeto principal da Companhia, além de representação comercial e consultoria na área de energia. Em 28 de setembro de 2023, através de aprovação em assembleia geral extraordinária (AGE), houve alteração da razão social da empresa investida, a qual passou a se chamar Equatorial Comercializadora de Energia Ltda. (anteriormente denominada Helios Energia Comercializadora Ltda.). Adicionalmente, a Companhia possui participação na BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. ("BBCE"), constituída em 13 de junho de 2011 com sede na cidade de São Paulo, estão de São Paulo. A Companhia reconhece essa participação como coligada. A BBCE é uma sociedade de capital fechado e tem como atividade a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários onde já se encontra operacional. As atividades da Companhia e sua controlada são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada. Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada: • ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica • CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia e sua controlada consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de abril de 2024. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requeridos pelas normas. **Mensuração dos contratos de comercialização de energia:** Os contratos celebrados pela Companhia visam à comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis à todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. Os contratos de comercialização de energia que são reconhecidos a valores justos por meio do resultado são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas por meio do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. - BBCE, do sistema DCIDE e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. Os contratos classificados como não tranding são reconhecidos no resultado no momento da entrega efetiva da energia, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com clientes. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas: • Contas a receber - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 7) - principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas. • Compromissos futuros (nota explicativa 8) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, referentes aos saldos das operações de trading; • Imobilizado e intangível - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis. • Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa 17) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. • Instrumentos financeiros (nota explicativa 19) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. **3 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis da controlada consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. • Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada. • Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Equatorial Renováveis S.A. e da seguinte controlada:

Controlada Razão Social	Participação societária em % 2023 Direta	2023 Indireta	2022 Direta	2022 Indireta
Equatorial Comercializadora de Energia Ltda.	99,99	-	99,99	-

4 Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia e sua controlada, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e da sua controlada. A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro com problemas de recuperação quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias; • Houver quebra de cláusulas contratuais; • Há a reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A Companhia e sua controlada não têm histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e sua controlada aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia e sua controlada avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável. **5 Novas normas e interpretações:** A partir de 01 de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e sua controlada:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 26 Passivo não circulante com *covenants* e classificação de passivos como circulante ou não circulante	IAS 1	04/08/2023	01/01/2024	Classificação de passivos como circulante ou não circulante - sem impactos relevantes à Companhia e sua controlada.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 Alteração de passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	IFRS 16	04/08/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia e sua controlada.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 03/40 Alteração de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	IAS 7/ IFRS 7	02/01/2024	01/01/2024	Não aplicável à Companhia e sua controlada.
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) - demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 - tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) - instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 10	01/12/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia e sua controlada.

6 Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e sua controlada na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios. **a. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Bancos conta movimento	1.459	10	2.011	10
Aplicações financeiras (a)	6.156	49.706	7.749	50.357
Total de caixa e equivalentes de caixa	**7.615**	**49.716**	**9.760**	**50.367**

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento Exclusivos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 104,6% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2023 (100,12% em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. **7 Contas a receber:** As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias da companhia e sua controlada e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber de clientes (a)	29.916	34.216	30.717	34.297
Total de contas a receber	**29.916**	**34.216**	**30.717**	**34.297**

(a) Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes. A Companhia e sua controlada não têm histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado em que atua, sendo assim, a Administração da Companhia entende não haver perdas esperadas em seus recebíveis. **a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa:** O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não constituiram novos saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores. **8 Compromissos futuros:** As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de trading de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). O portfólio de contratos de compra e venda de energia da Companhia são classificados em trading e não trading (*"Own use"*). Os contratos de trading atendem a definição de instrumentos financeiros derivativos devido, principalmente, ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e de venda, o qual há flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado. Já os contratos não trading, tem como finalidade a compra e entrega de energia para manutenção dos clientes e tem a obrigação de realizar as operações firmadas com o consumidor final, sendo o reconhecimento baseado no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Desta forma, os contratos de trading são contabilizados conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os contratos de venda e compra de energia futura, totalizaram os montantes, respectivamente, de R$ 115.946 e R$ 89.936 (R$ 145.691 e R$ 83.957 em 31 de dezembro de 2022), em recebíveis e obrigações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou resultado negativo de R$ 35.724 (R$ 48.704 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, os contratos do portfólio não trading da Companhia, se mensurados a valor justo, totalizariam um montante de R$ 156.915. Os referidos contratos serão reconhecidos quando houver a efetiva entrega da energia, por se tratarem de contratos executórios, e não entrarem no escopo de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. As obrigações de compra referente a esses contratos estão escritas na nota explicativa 21.

	Ativo 2023	Ativo 2022	Passivo 2023	Passivo 2022
Instrumentos financeiros derivativos	115.946	145.691	89.936	83.957
Total	**115.946**	**145.691**	**89.936**	**83.957**
Circulante	60.344	83.454	37.048	53.727
Não circulante	55.602	62.237	52.888	30.230

9 Investimentos: a. Investimentos em controlada e outros investimentos:

Tipo de investimento	Composição	Participações 2023	Participações 2022	2023 Patrimônio líquido	2023 Resultado do exercício	2023 Investimento
Controlada	Equatorial Comercializadora Ltda.	99,99%	99,99%	1.051	1.954	3.005
Coligada	BBCE (a)	3,80%	3,80%	-	-	705
Total				**1.051**	**1.954**	**3.710**

Tipo de investimento	Composição	Participações 2023	Participações 2022	2022 Patrimônio líquido	2022 Resultado do exercício	2022 Investimento
Controlada	Equatorial Comercializadora Ltda.	99,99%	99,99%	1.051	522	1.051
Coligada	BBCE (a)	3,80%	3,80%	-	-	705
Total				**1.051**	**522**	**1.756**

(a) BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia é uma empresa que desenvolveu um balcão eletrônico para compra e venda de energia onde cada acessante, previamente cadastrado, abre limites de negociação com os demais participantes do balcão para apregoar oferta de compra e venda de energia. É como uma bolsa, com a diferença que o risco e a liquidação ocorre de forma bilateral. A BBCE também permite que duas partes possam simplesmente registrar uma transação efetuada fora do ambiente da BBCE, emitindo automaticamente um contrato padrão. A receita da BBCE se dá basicamente por corretagem e emolumentos assim como qualquer bolsa. **b. Movimentação dos investimentos:**

Investida	2022	Resultado equivalência patrimonial	2023
Equatorial Comercializadora Ltda.	1.051	1.954	3.005
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	705	-	705
Total líquido investido	**1.756**	**1.954**	**3.710**

Investida	2021	Resultado equivalência patrimonial	2022
Equatorial Comercializadora Ltda.	529	522	1.051
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	705	-	705
Total líquido investido	**1.234**	**522**	**1.756**

c. Informações financeiras da investida:

Investida	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
2023						
Equatorial Comercializadora Ltda.	100	3.180	175	3.005	2.926	1.954
Total	**100**	**3.180**	**175**	**3.005**	**2.926**	**1.954**

Investida	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo)
2022						
Equatorial Comercializadora Ltda.	100	1.164	113	1.051	878	522
Total	**100**	**1.164**	**113**	**1.051**	**878**	**522**

10 Fornecedores: Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões efetuadas. As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Compra de energia	19.299	18.403	19.299	18.403
Materiais e serviços	1.470	7.743	1.477	7.743
Fornecedores partes relacionadas - Nota 18	2.450	4.367	2.450	4.367
Total	**23.219**	**30.513**	**23.226**	**30.513**

11 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 29.468 (R$ 14.265 de 31 de dezembro de 2022) e está representado por 557.755 (557.755 em 31 de dezembro de 2022) quotas sem valor nominal. Em 24 de maio de 2023, através de aprovação em assembleia geral extraordinária (AGE), houve aumento de capital social no montante de R$ 15.203, por meio de integralização da reserva para investimentos. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 houve distribuição de dividendos no montante de R$ 40.000, em razão da destinação da reserva de investimento e expansão, como a companhia apurou prejuízo em 2023, não houve distribuição de mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2022 não houve distribuição de dividendos). **c. Reserva legal:** Será constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve constituição de reserva legal em função do prejuízo do exercício. **d. Reserva de retenção de lucros e reserva para investimento e expansão:** É destinada à manutenção de aplicações em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve destinação de reserva de retenção de lucros em função do prejuízo dos exercícios. Durante o exercício de 2023, a Companhia deliberou através de assembleia, o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$ 15.203, derivado da reserva para investimento e expansão, sem a emissão de novas ações. Além disso, foi deliberada a distribuição de R$ 40.000 a título de dividendos. **12 Receita operacional líquida:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e sua controlada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração que qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A Companhia atua no mercado de compra e venda de energia e aufere resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado. Já as operações não trading, não atendem a definição de instrumentos financeiros por valor justo e são reconhecidos no resultado apenas quando há a efetiva entrega da energia. **Pis e Cofins:** O Pis e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo onde todas as receitas, com exceção das financeiras são tributadas mediante aplicação do percentual de 1,65% para o Pis e 7,6% para a Cofins, tomando-se créditos com base nos montantes percentuais, quando estes permitidos pela legislação tributária.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita bruta de comercialização de energia (a)	268.450	301.395	271.697	302.368
Variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia elétrica - Compromissos futuros (b)	(35.724)	(48.704)	(35.724)	(48.704)
Total	**232.726**	**252.691**	**235.973**	**253.664**
PIS	(4.130)	(4.824)	(4.188)	(4.841)
PIS diferido (c)	2.099	(706)	2.099	(706)
COFINS	(19.052)	(22.268)	(19.316)	(22.346)
COFINS diferido (c)	9.668	(3.251)	9.668	(3.251)
ICMS	(19.038)	(10.906)	(19.038)	(10.906)
Deduções da receita	**(30.453)**	**(41.955)**	**(30.775)**	**(42.050)**
Receita operacional líquida	**202.273**	**210.736**	**205.198**	**211.614**

(a) Receita faturada dos contratos de comercialização de energia. (b) Receita de comercialização de energia elétrica - Compromissos futuros: A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia. O saldo refere-se à mutação patrimonial entre os contratos ativos e passivos de comercialização de energia. (c) Valores de PIS e COFINS diferidos sobre a variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia - Compromissos futuros. Abaixo está demonstrada a movimentação dos saldos patrimoniais de PIS e COFINS diferidos:

PIS e COFINS diferidos - Passivo	Controladora e consolidado 2023	Controladora e consolidado 2022
Saldo em 01 de janeiro	(14.173)	(10.216)
Realização	11.767	–
Constituição	–	(3.957)
Saldo em 31 de dezembro	(2.406)	(14.173)
Circulante	(2.155)	(2.749)
Não circulante	(251)	(11.424)

13 Custos de operação:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Compra de energia	(214.781)	(266.069)	(214.781)	(266.069)
(–) Crédito de Pis e Cofins	19.856	24.612	19.856	24.612
Serviços prestados	(767)	-	(767)	-
Total	**(195.692)**	**(241.457)**	**(195.692)**	**(241.457)**

14 Despesas gerais e administrativas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Gastos com pessoal	13.718	5.060	13.718	5.060
Serviços de terceiros	1.993	2.311	2.093	2.443
Legais, judiciais e publicações	301	250	301	250
Viagens e diárias	497	161	497	161
Outras despesas	600	883	607	907
Total	**17.109**	**8.665**	**17.216**	**8.821**

15 Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com fianças e comissões bancárias e IOF. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Rendimento de aplicação financeira	3.361	4.769	3.494	4.800
Outras receitas	-	103	-	103
Receitas financeiras	**3.361**	**4.872**	**3.494**	**4.903**
Outras despesas financeiras	(142)	(65)	(164)	(67)
Despesas financeiras	**(142)**	**(65)**	**(164)**	**(67)**

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: a. Imposto de renda e contribuição social corrente: Lucro real: A Companhia e sua controlada optaram pelo regime de tributação Lucro Real. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas em 10% sobre o lucro tributável, após compensações, excedente a R$ 240 (base anual) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O quadro abaixo demonstra a reconciliação da alíquota efetiva para a Companhia e sua controlada:

Controladora	2023 IRPJ e CSLL	2022 IRPJ e CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ/CSLL	**(5.554)**	**(34.057)**
Adições e exclusões permanentes		
Resultado com equivalência patrimonial	(1.954)	(522)
Adições e exclusões temporárias		
Instrumentos financeiros	23.958	52.662
Outras adições e exclusões	2.421	(2.111)
Lucro real/ Prejuízo fiscal	**18.871**	**15.971**
Alíquota IR 15% CS 9%	**24%**	**24%**
Base adicional IRPJ	18.631	15.731
Alíquota IR adicional - 10%	10%	–
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(6.390)**	**(5.408)**

Consolidado	2023 IRPJ e CSLL	2022 IRPJ e CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ/CSLL	**(4.581)**	**(33.828)**
Adições e exclusões permanentes		
Resultado com equivalência patrimonial	–	–
Adições e exclusões temporárias		
Instrumentos financeiros	23.958	52.662
Outras adições e exclusões	2.341	(2.167)
Lucro real/ Prejuízo fiscal	**21.718**	**16.667**
Alíquota IR 15% CS 9%	**24%**	**24%**
Base adicional IRPJ	21.478	16.427
Alíquota IR adicional - 10%	10%	–
Alíquota nominal	**34%**	**34%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(7.363)**	**(5.637)**

b. Imposto de renda e contribuição social diferido: Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia e sua controlada apresentaram diferenças temporárias e, assim, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada possuem saldo passivo de R$ 8.025 de imposto de renda e contribuição social diferidos. Abaixo está demonstrada a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro	**19.048**	**34.076**
Variação do valor justo - comercialização de energia elétrica	(11.023)	(15.028)
Saldo em 31 de dezembro	**8.025**	**19.048**

17 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível. **18 Partes relacionadas:** Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo: **a. Valores a pagar:**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Compartilhamento de custos e despesas				
Echoenergia Participações S.A. (a)	2.450	4.367	2.450	4.367
Total	**2.450**	**4.367**	**2.450**	**4.367**

b. Resultado

Resultado	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Compartilhamento de custos (a)	(14.185)	(4.119)
Compartilhamento de despesas (a)	(617)	(248)
Total transações no resultado	**(14.802)**	**(4.367)**

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Echoenergia Participações S.A., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2023. Os principais gastos compartilhados são: • Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação; • Despesas legais e advocatícias e seguros. **a. Remuneração dos administradores:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia e sua controlada nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia e sua controlada são remunerados pela controladora Equatorial Renováveis S.A., a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia e para sua controlada por meio de contrato firmado com a Companhia. Adicionalmente, os diretores da Companhia e sua controlada não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia. **b. Compromissos futuros com partes relacionadas:** A Companhia mantém contratos de longo prazo, de compra e venda de energia com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data-base de reajuste	Compromissos futuro
Equatorial Renováveis S.A.	Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	31/12/2024	IPCA	Outubro	(4.507)
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Equatorial Renováveis S.A.	31/12/2025	IPCA	Outubro	3.711

19 Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo:** ***Aplicações financeiras:*** O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados. ***Compromissos futuros:*** Os contratos de compromissos futuros referentes às operações de comercialização de energia, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiros, são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, conforme mencionado na nota 9. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: • **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e sua controlada não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria. • **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e sua controlada possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e sua controlada possuem um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de sua controlada bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas periodicamente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada não efetuaram operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Classificação dos instrumentos financeiros:**

Controladora	Nota	2023 Custo amortizado	2023 Valor justo por meio do resultado	2022 Custo amortizado	2022 Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos e aplicações financeiras	6	1.459	6.156	10	49.706
Contas a receber	7	29.916	-	34.216	-
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	115.946	-	145.691
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	23.219	-	30.513	-
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	89.936	-	83.957

Consolidado	Notas	2023 Custo amortizado	2023 Valor justo por meio do resultado	2022 Custo amortizado	2022 Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos e aplicações financeiras	6	2.011	7.749	10	50.357
Contas a receber	7	30.717	-	34.297	-
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	115.946	-	145.691
Passivos financeiros					
Fornecedores	10	23.226	-	30.513	-
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	89.936	-	83.957

Valor justo dos instrumentos financeiros:

Controladora	Notas	Nível (a)	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	7.615	7.615	49.716	49.716
Contas a receber	7	Nível 2	29.916	29.916	34.216	34.216
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	9	Nível 2	115.946	115.946	145.691	145.691
Fornecedores	10	Nível 2	23.219	23.219	30.513	30.513
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	9	Nível 2	89.936	89.936	83.957	83.957
Total			**266.632**	**266.632**	**344.093**	**344.093**

Consolidado	Nota	Nível (a)	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	9.760	9.760	50.367	50.367
Contas a receber	7	Nível 2	30.717	30.717	34.297	34.297
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	9	Nível 2	115.946	115.946	145.691	145.691
Fornecedores	10	Nível 2	23.226	23.226	30.513	30.513
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	9	Nível 2	89.936	89.936	83.957	83.957
Total			**269.585**	**269.585**	**344.825**	**344.825**

(a) A Companhia e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação. Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. (b) O resultado de contratos de compromissos futuros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos são efetuados considerando a data-base vigente, mediante a curva *forward*, utilizada para valorização da marcação a mercado de seu portfólio e descontada pela taxa de reajuste dos contratos firmados. **a. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e sua controlada operam no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos de compra e vende de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia e sua controlada, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido negativo de R$ 35.726 (R$ 48.704 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado, foi reconhecida no resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas com instrumentos financeiros	(29.745)	64.505	(29.745)	64.505
Custo com instrumentos financeiros	(5.979)	(113.209)	(5.979)	(113.209)
Total	**(35.724)**	**(48.704)**	**(35.724)**	**(48.704)**

20 Gerenciamento de riscos: A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. ***Risco operacional:*** A oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto e, consequentemente, impactando os volumes e preços da energia e nos resultados da Companhia e suas controladas. A Administração mitiga esse risco através da gestão de portfólio, com manutenção e gestão contínua da reserva estratégica de energia, assim como estabelece uma política de crédito. Além disso, a Companhia e sua controlada gerenciam o risco operacional da seguinte maneira: • Profissionais altamente treinados e capacitados. • Contratos robustos de operação e manutenção. • Processos sólidos e bem definidos. • Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação. • Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. • Centro de controle operacional de alta tecnologia. • Monitoramento de matriz de risco. • Gestão do relacionamento com a comunidade. ***Risco de crédito:*** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber de sua controlada são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.615	49.716	9.760	50.367
Contas a receber	7	29.916	34.216	30.717	34.297
Total		**37.531**	**83.932**	**40.477**	**84.664**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inacei-

continua →★

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Equatorial Renováveis S.A.

táveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2023		Fluxos de caixa contratuais	
Consolidado	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses
Fornecedores	23.226	(23.226)	(23.226)
Total	23.226	(23.226)	(23.226)

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de sua controlada não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. *Risco de preço:* A Companhia e sua controlada operam no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia e sua controlada ao risco do preço futuro de energia. As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia e sua controlada. *Risco de taxas de juros:* A Companhia e sua controlada entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. *Análise de sensibilidade:* Em atendimento ao item 40 do CPC 40 - Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão expostos os instrumentos financeiros da Companhia e as suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

	Variação	Cenário provável					Sensibilidade
Variação das taxas de juros e índices	2023	2024	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
IPCA (a)	4,40%	3,60%	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (b)	11,87%	11,87%	11,87%	14,84%	17,81%	8,90%	5,94%

Risco de redução (ativo) e passivo	Índice	Saldos em 2023	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	CDI	7.749	8.669	8.899	9.129	8.439	8.209
Compromissos futuros	IPCA	(26.010)	(26.946)	(27.180)	(27.414)	(26.712)	(26.478)
Compromissos futuros	Curva forward (c)	(26.010)	(26.010)	(32.513)	(39.015)	(19.508)	(13.005)
Impacto no resultado			(1.856)	(6.967)	(13.933)	6.967	13.933

(a) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo. (b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo. (c) Para análise de sensibilidade do preço da Companhia e sua controlada são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de 25% e 50% nas curvas forward de preço de energia. **21 Compromissos contratuais: a. Contratos de compra de energia:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas) são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

			31 de dezembro de 2023	
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Após 2027
Obrigações de compra	106.623	45.742	46.709	14.172
			31 de dezembro de 2022	
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Após 2027
Obrigações de compra	831.320	172.605	227.518	431.197

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades resultantes de contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e sua controlada e resumem as operações a preço fixo. **b. Contratos de compra de energia com partes relacionadas:** A Companhia firmou contratos de compra de energia de longo prazo com partes relacionadas. O objetivo dos contratos é suprir a energia necessária para atendimento dos contratos de venda não trading, os quais há a obrigação de entrega da energia, como mencionado na nota explicativa 9. Os contratos tem duração de 22 anos, e 100% da energia gerada pelas empresas geradoras será comprada pela Companhia, o preço contratual médio é de R$ 239 MW, reajustado anualmente pelo IPCA. A entrega da energia contratada está prevista para iniciar em 2024. **22 Cobertura de seguros:** Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia e sua controlada adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **23 Outros assuntos: Reforma tributária:** O Senado Federal aprovou, em 8 de novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 em dois turnos, contemplando alterações importantes em relação ao conteúdo recebido da Câmara dos Deputados. A PEC visa simplificar o atual sistema brasileiro tributário e transformar cinco tributos em três, sendo dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, reorganizando sobretudo os tributos que incidem sobre bens e consumo. As alterações não apresentam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia e sua controlada, as quais seguirão monitorando as discussões e possíveis necessidade de adequações contábeis. **Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento:** Em 20 de dezembro de 2023, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória ("MP") nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014. A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia e sua controlada avaliaram os efeitos reflexos desta decisão e não identificaram aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria

Liu Gonçalves de Aquino - Diretor Presidente | Raimundo Barretto Bastos - Diretor

Contador

Bruno Ortega Janjacomo - CRC SP-331491/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Equatorial Renováveis S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Equatorial Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e elos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 11 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC CE-001042/F
Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador - CRC-PE021265/O

EY Building a better working world

Cibramaco Participações S.A e Controladas

CNPJ/MF nº 08.422.813/0001-81

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos Em milhares de reais)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota explicativa	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	1.119	72	498	51
Estoque	7	1.076	1.076	-	-
Tributos a recuperar	8	20	430	20	430
Outras contas a receber		7	-	-	-
Total do ativo circulante		**2.222**	**1.578**	**518**	**481**
Não circulante					
Investimentos	9	11.552	574	297	235
Imobilizado		-	94	-	94
Total do ativo não circulante		**11.552**	**668**	**297**	**329**
Total do ativo		**13.774**	**2.246**	**815**	**810**

Passivo	Nota explicativa	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Circulante					
Fornecedores	10	1	300	-	-
Tributos a pagar		28	1	7	1
Outros passivos		26	26	26	26
Total do passivo circulante		**55**	**327**	**33**	**27**
Não Circulante					
Passivo Descoberto		-	-	713	599
Outros passivos	11	842	728	-	-
Contas pagar partes relacionadas	11	1.007	1.007	-	-
Total do passivo não circulante		**1.849**	**1.735**	**713**	**599**
Patrimônio líquido					
Capital Social	12.1	212	306	212	306
Reservas de lucros	12.1	(243)	(222)	(243)	(222)
AFAC		(2.000)	100	100	100
Participação de não controladores		13.901	0	-	-
		11.870	**184**	**69**	**184**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.774**	**2.246**	**815**	**810**

Demonstração do resultado do exercicio

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita líquida de vendas	48	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	-	-	-	-
Lucro operacional bruto	**48**	**-**	**-**	**-**
Despesas gerais administrativas	(312)	(168)	(10)	(89)
Resultado de equivalência patrimonial	0	-	(52)	(79)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2	-	-	-
Lucro antes dos resultados financeiros e tributos	**(310)**	**(168)**	**(62)**	**(169)**
Receitas financeiras	48	42	48	42
Despesas financeiras	(2)	(2)	(1)	(1)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**46**	**40**	**47**	**41**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(215)**	**(128)**	**(15)**	**(128)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10)	-	(6)	-
Lucro Líquido do exercício	**(225)**	**(128)**	**(21)**	**(128)**

Demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(215)	(128)	(15)	(128)
Ajustes para:				
Equivalência Patrimonial	-	-	52	79
Ajuste de caixa	(0)	0	-	0
Resultado líquido da alienação de imobilizado	-	-	94	-
(=) Resultado do exercício ajustado	**(215)**	**(128)**	**131**	**(49)**
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Tributos a Recuperar	410	(51)	410	(51)
Outras contas a receber	(7)	-	-	-
Fornecedores	(299)	300	-	-
Obrigações Fiscais	32	11	6	11
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(79)**	**132**	**546**	**(89)**
Impostos pagos sobre o lucro	(15)	(10)	(6)	(10)
Fluxo de caixa liquido proveniente das atividades operacionais	**(94)**	**122**	**541**	**(99)**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de Investimentos	(1.308)	(480)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	(94)	-	(94)
Investimento em coligadas	-	-	-	(206)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
AFAC	-	100	-	100
Aumento de capital social	2.335	300	(94)	300
Empréstimos dos sócios	114	74	-	-
Consumo líquido em caixa e equivalente de caixa	**1.047**	**22**	**447**	**1**
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	72	51	51	50
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	1.119	72	498	51
Consumo líquido em caixa e equivalente de caixa	**1.047**	**22**	**447**	**1**

Demonstração da mutação do patrimonio líquido

	Capital social	Reservas legal	AFAC	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**6**	**0**	**-**	**(94)**	**0**	**(88)**	**0**	**(88)**
Aumento Capital	300	-	-	-	-	300	-	300
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	100	-	-	100	-	100
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(128)	-	(128)	(0)	(128)
Em 31 de dezembro de 2022	**306**	**0**	**100**	**(222)**	**0**	**184**	**-**	**184**
Aumento Capital	(94)	-	-	-	-	(94)	-	(94)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)	-	(2.100)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(21)	-	(21)	13.901	13.880
Em 31 de dezembro de 2023	**212**	**0**	**(2.000)**	**(243)**	**0**	**(2.031)**	**13.901**	**11.870**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: O Grupo Cibramaco é constituído por 3 sociedades localizadas no estado de São Paulo, e tem por objetivo administração dos bens da empresa e compra e venda de imóveis, conforme detalhamento abaixo: A Cibramaco Participações S.A. ("Controladora") pessoa jurídica de direito privado, constituída em 30 de outubro de 2006, com sede em Santa Gertrudes (SP), tem como principal objetivo a administração dos bens das empresas do Grupo Cibramaco (Controladas), abaixo descritas: Embraimoveis Administração de Bens Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Avenida Conde Guilherme Prates, Nº 382 – Sala 2 – Bairro Santa Catarina – Santa Gertrudes/SP, tem por objetivo compra e venda de imóveis próprios e administração de bens próprios. Blue-Ville Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Conde Guilherme Prates, Nº 382 – Santa Gertrudes/SP, tem por objetivo compra e venda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação e a construção de imóveis destinados à venda. Para fins de consolidação das Demonstrações financeiras, denomina-se "Consolidado", o conjunto de informações econômicas, financeiras e patrimoniais da Cibramaco Participações S.A. e suas controladas. Abaixo apresentamos organograma da Cibramaco Participações S.A. e suas controladas:

CIBRAMACO
MEPR 66,68%
MPR 16,66%
ACRF 16,66%

EMBRAIMOVEIS
MEPR 65,27%
MPR 16,32%
ACRF 16,32%
Cibramaco 2,09%

BLUE VILLE
Cibramaco 99,99%
MEPR 0,01%

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. **2.3. Consolidação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a Cibramaco Participações S/A. (Controladora) e suas controladas, das quais ela detenha o controle, de forma direta ou indireta. Para efeito da consolidação foram considerados os seguintes ajustes: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos das empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das controladas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como, de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. **2.4. Demonstrações Financeiras Individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à empresa nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da controladora nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Na utilização do Método de Equivalência Patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos entre as empresas ligadas. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na (Nota 4).

3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, entre outros. A Empresa reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. <u>**Ativos Financeiros:**</u> Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) investimentos mantidos até vencimento; (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **a) Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Empresa tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **b) Empréstimos e recebíveis:** Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos o determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados com "Empréstimos e recebíveis". Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável, se aplicável. <u>**Passivos Financeiros - a)**</u> **Empréstimos, financiamentos e outros passivos:** Os passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente mensurados pelo valo justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. O método de juros efetivos é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **3.3. Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A empresa não tem a prática de embutir juros em seus recebíveis, motivo pelo qual não considera como relevante a aplicação do Ajuste a Valor Presente em seus saldos contábeis. O giro médio de seus títulos a receber é de 90 dias. **3.4. Estoques:** Em conformidade com a NBC TG 16 – Estoques, foram considerados no custo de aquisição o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição. Os custos de transformação de estoques incluíram os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção. Também incluíram a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que foram incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. **3.5. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (Nota 14). A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais" na determinação do resultado. **3.6. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre: **(i)** o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e **(ii)** o seu valor em uso. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis. **3.7. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. Segue abaixo o percentual de participação societária nas empresas controladas:

Controladas	Percentual de Participação
Embraimoveis Administração de Bens Ltda	2,0900%
Blue-Ville - Empreendimentos Imobiliários Ltda Me	99,9990%

3.8. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como <u>passivo não circulante</u>. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **3.9. Empréstimos e Financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período da dívida. O reconhecimento e mensuração dos empréstimos e financiamentos são realizados conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgação; e NBC TG 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. **3.10. Provisões para contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: • Empresa possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; • É provável que uma saída de recurso financeiro seja requerida para saldar a obrigação; e • O valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa (Nota 20). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos, que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes do Custo Atribuído ao Imobilizado na Adoção Inicial (deemed cost) e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **3.12. Reconhecimento da receita - a) Receita de Venda:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **b) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4. Estimativas: Com base em premissas a empresa e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **b) Provisões para contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a empresa não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, é necessária revisão das mensurações.

5. Gestão de risco financeiro - 5.1. Fatores de risco financeiro - a) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "AAA". Com relação aos clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **b) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. **5.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa: São considerados nesta conta: dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Caixa	2	2	2	2
Bancos	34	50	34	49
Aplicações Financeiras	1.084	21	463	-
Total	1.119	72	498	51

Os valores das aplicações financeiras têm cláusula de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado.

7. Estoques: A seguir detalhamento relativo aos saldos de estoque. Para maiores detalhes, vide Nota 3.4:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Propriedade para revenda	1.076	1.076	-	-
Total	1.076	1.076	-	-

8. Tributos a recuperar: Compreende saldo negativo de tributos sobre o lucro:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Saldo negativo de IRPJ	11	423	10	422
Saldo negativo de CSLL	10	8	10	8
Total	20	430	20	430

9. Participação em controladas: Os saldos de participação em Controladas estão apresentados no quadro abaixo:

Controladas	Percentual Participação	Participação
Embraimoveis Administração de Bens Ltda.	2,0900%	296.589,76
Blue-Ville Empr. Imobiliários Ltda.	99,9990%	-712.694,12
		-416.104,36

10. Imobilizado: Em janeiro de 2023, a administração da companhia optou pela redução do capital social e cancelamento de ações por considerarem os sócios tratar-se de capital excessivo em relação ao objeto social da sociedade, de acordo com o art.173 da Lei 6.404/76. Essa redução é mediante a transferências aos acionistas do imóvel objeto da matrícula 20.837 do 1º Cartório de Registros de Rio Claro, estado de São Paulo, no montante de R$ 93.674. Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo a demonstrar nesta rubrica (R$ 93.674 em 31 de dezembro de 2022).

11. Fornecedores: São compostos conforme segue:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fornecedores Nacionais				
Nacionais	1	300	-	-
Total	1	300	-	-

12. Partes Relacionadas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Outros valores a pagar				
Empréstimos	1.007	1.007	-	-
Outros passivos a pagar	868	754	26	26
Total	1.875	1.761	26	26

13. Patrimônio líquido - 12.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta um capital social no montante de R$ 212.323,00 totalmente integralizado, representado por 212.323 ações no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta um capital social no montante de R$ 305.998,00 totalmente integralizado, representado por 305.998 ações no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **12.2 Reserva de lucro:** Reserva de lucro é composta pela reserva legal e reserva de lucros a destinar ou prejuízos do período. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de lucros (prejuízos) acumulados é de (R$ 222.312,38) e a reserva legal constituída somava R$ 119,96.

14. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladoras.

Maria Esther Paraluppi Rodrigues - Diretora-Presidente | **Djalma Aparecido de Lima** - Responsável Técnico - CRC 1SP184042-O4

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1017414-22.2022.8.26.0002** A MM.ª Juíza de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr.ª Virgínia Maria Sampaio Truffi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NADIA CRISTINA HANAI, Brasileira, Operadora de Telemarketing, RG 29.725.039-5, CPF 22251478841, pai Isao Hanai, mãe Nair Terumi Hanai, Nascido/Nascida 10/07/1980, natural de São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Reconhecimento e Extinção de União Estável por Eduardo Xavier de Oliveira Beraldo, requerendo a sua procedência nos seguintes termos: a declaração da dissolução da união estável entre o autor e a ré, a partir de março de 2020, além da guarda e da fixação do regime de visitação do filho menor F. H. B., nos termos expostos na petição inicial. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2024. **25,26**

BRANCO PERES AGRO S.A.

CNPJ 43.619.832/0001-01

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGO, que realizar-se-á no dia 27/05/24, às 10:00 h, na sede social, R. da Consolação, 3.741, 9º a., cj. 91, s. 02, Jd. América, SP/SP, a fim de deliberar: **a)** Exame e discussão do Relatório dos Administradores e Demonstr. Financ. do Exercício encerrado em 31/12/23; **b)** Destinação do Result. do Exercício; **c)** Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os doctos. a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/23. SP, 23/04/24. **Rafael Branco Peres; Karina Branco Peres; Rodrigo Branco Peres; Eduardo Garieri** - Conselho de Administração.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local: 18.03.2024, às 16h, na sede social, Av. Gonçalo Madeira, 400 FR, 1º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social total. **Mesa:** Carlos Leal Villa - Presidente; Celso Pedroso - Secretário. **Deliberações Aprovadas: 1.** A alteração do objeto social, para inclusão das atividades de (i) tratamento e disposição de resíduos perigosos (CNAE 38.22-0-00); e (ii) tratamento e disposição de resíduos não-perigosos (CNAE 38.21-1-00), de forma que o artigo 2º do estatuto social passa a vigorar com a seguinte redação, sendo certo que tais atividades poderão ser exercidas pela matriz e/ou pelas filiais: *"**Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto (a) a participação em outras sociedades, de capital aberto ou fechado, como acionista ou sócia, no país ou no exterior; (b) aquisição e comercialização de Créditos de Carbono - RCE's (Redução de Emissões Certificadas), produzidos nos diversos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo ("MDL") desenvolvidos pelas suas subsidiárias; (c) o tratamento e disposição de resíduos perigosos; e (d) o tratamento e disposição de resíduos não-perigosos."* **2.** A consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 18.03.2024. JUCESP nº 140.671/24-9 em 05.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MOBILIS TECNOLOGIA S/A
CNPJ Nº 23.862.660/0001-87
NIRE Nº 41300292965
ATA DA VIGÉSIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 03 de Abril de 2024 . **HORA**: 10:00 (dez horas).**LOCAL**: Rua Inajá, 390, Centro, Pinhais. Estado do Paraná. **CONVOCAÇÃO**: Cartas-convites aos acionistas, expedidas com a antecedência legal. **PRESENÇAS**: Acionistas representando a totalidade (100%) do capital social, conforme registrado no Livro de Presença de Acionistas. **PUBLICAÇÕES**: Dispensadas as publicações das convocações, diante do comparecimento de 100% (cento por cento) dos acionistas. **MESA**: Presidente: Walter Alberto Mitt Schause: Jonas de Oliveira Dionisio. **ORDEM DO DIA:** (a) Reeleição da Diretoria. **DELIBERAÇÕES UNÂNIMES**: (a) Foram reeleitos para a diretoria, para o mandato de 3 (três) anos, que se inicia em 30/04/2024 e termina no dia 29/04/2027, as seguintes pessoas: (i) Diretor Presidente: **EDUARDO AUGUSTO PURIN SCHAUSE**, brasileiro, casadp, administrador, residente e domiciliado a Rua Presidente Epitácio Pessoa, 732, em Curitiba, PR, portador da cédula de identidade civil, nº 4.281.129-7/PR, e inscrito no CPF nº 026.394.829.39; e (ii) Diretor sem designação especial: **WALTER ALBERTO MITT SCHAUSE**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua das Bétula, 291, Residencial Alphaville, em Pinhais, PR, portador da cédula de identidade civil, nº 3.892.163-0/PR, e inscrito no CPF nº 610.417.859-68. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar e encerradas as matérias constantes na ordem do dia. O Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida em alta voz e achada exata e conforme, depois de reaberta a sessão, foi aprovada e assinada por mim, Jonas de Oliveira Dionisio, Secretário da Assembleia, pelo Sr. Presidente e pelos acionistas presentes *[Certifico que a presente é cópia fiel da ata lançada no Livro de Atas da Companhia]*
° MESA:

Walter Alberto Mitti Schause - CPF: 610.417.859-68 - Presidente da Asembléia
Jonas de Oliveira Dionisio - CPF: 009.488.829-99 - Secretário da Assembléia

Arquivado na JUCEPAR sob nº 20242383254 em 22/04/2024 Leandro Marcos Raysel Biscaia Secretário-Geral. www.empresafacil.pr.gov.br

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, E PARA OFERTA PRIVADA, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob Registro Automático de Distribuição, e para Oferta Privada, da Bamboo Securitizadora S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** inscrita no CNP/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 6.4, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, **em primeira convocação, em 06 de maio de 2024, às 10:30, e em segunda convocação no dia 13 de maio de 2024, às 10:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; (c) quando for representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará a Assembleia os eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de abril de 2024.
BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 61.855.045/0001-32 – NIRE 35.300.051.343

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.12.2023

Data, Hora, Local: Em 22.12.2023, às 10h, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Elegeram, Diretor da Sociedade, o senhor ***Ricardo Barbieri de Andrade***, brasileiro, casado, bancário, RG 24.777.267-7/SSP-SP, CPF 260.698.628/80, com endereço profissional Avenida Paulista, 1.450, 7º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917, o qual: I) firmou declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade; II) terá: a) seu nome levado à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomará posse de seu cargo; b) mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026. Em consequência a Diretoria da Sociedade, com mandato até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026, fica assim composta: ***Diretores: Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.133.723-4/SSP-SP, CPF 147.503.068/19, com endereço profissional Avenida Paulista, 1.450, 7º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917; ***Rui Miguel Aleixo Marques***, português, solteiro, advogado, RNE V565802R-CGPI/DIREX/DPF, CPF 233.172.288/90, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.950, 11º andar, São Paulo, SP, CEP 04538-132; e ***Ricardo Barbieri de Andrade***, brasileiro, casado, bancário, RG 24.777.267-7/SSP-SP, CPF 260.698.628/80, com endereço profissional Avenida Paulista, 1.450, 7º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz; Acionista: Banco Bradesco BBI S.A., representado por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 138.929/24-5, em 3.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA

NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. (Companhia) relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

O contexto em 2023 caracterizou-se pela incerteza e mudanças no país, com fortes reflexos em todos os mercados. Contudo, mesmo diante desses desafios, a Companhia conseguiu se adaptar com agilidade e eficácia às novas condições. Continuamos com os investimentos programados para o desenvolvimento crescente no mercado privado cujos resultados devem aparecer mais fortemente em 2024. Mesmo neste cenário, a receita bruta total atingiu R$ 158.6 milhões, representando o expressivo crescimento de 30% em relação a 2022. Como resultado de uma eficaz gestão de custos e do sucesso de nossas estratégias de otimização operacional, obtivemos aumento nas margens de lucro.

Neste ano de 2023 a Companhia também investiu na abertura de uma empresa em Portugal - Núcleo Engenharia Consultiva - NECL Lda. visando a exploração de novas tecnologias e mercados na Europa e na África, através de alianças estratégicas com empresas europeias.

A Companhia manteve todos os pressupostos de excelência na prestação dos seus serviços, com a manutenção do Sistema de Gestão Integrado e das Certificações ISO 9.001, 14.001 e 45.001 além da ISO 37.001 - Antissuborno. Além disso, a Companhia obteve em 2023 as Certificações ISO 27.001 e 27.701 relativas à segurança e privacidade das informações. Também continuamos desenvolvendo inúmeras ações para alcançar as metas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Pacto Global da ONU, como a neutralidade das emissões de carbono até 2030.

Os esforços e os fortes investimentos realizados apontam que as perspectivas para 2024 são muito positivas em todas as áreas de atuação da Companhia, que já vem se materializando com novos contratos nesses primeiros meses do ano.

Agradecemos a dedicação de toda a nossa equipe ao longo do ano, bem como a todos os nossos clientes e parceiros de negócios.

São Paulo, 23 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.041.337	429.890
Contas a receber de clientes	5	42.895.322	38.821.148
Demais contas a receber		482.384	566.947
		44.419.043	**39.817.985**
Não circulante			
Aplicações financeiras	4	2.374.525	2.110.706
Contas a receber de clientes	5	15.317.337	14.265.201
Depósitos judiciais		109.817	122.856
Demais contas a receber		56.977	66.397
Investimento		48.420	-
Partes relacionadas	6	15.766.550	8.917.341
		33.673.626	**25.482.501**
Imobilizado	8	2.349.731	2.205.372
Intangível	9	1.276.918	1.053.417
Arrendamento mercantil	7	4.749.971	1.709.159
		8.376.620	**4.967.948**
Total do ativo		**86.469.289**	**70.268.434**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		1.546.945	1.361.249
Financiamentos e empréstimos	10	14.135.911	12.429.571
Obrigações sociais	12	9.289.316	14.119.178
Obrigações tributárias	11	2.693.344	2.256.821
Parcelamentos de tributos	11	3.135.811	619.993
Arrendamento mercantil	7	1.411.482	957.420
Partes relacionadas		100.628	88.303
		32.313.437	**31.832.535**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	11.772.721	9.360.800
Parcelamentos de tributos	11	9.084.191	1.343.319
Arrendamento mercantil	7	3.525.226	976.433
Provisões para contingências trabalhistas	13	110.000	110.000
Provisões tributárias diferidas líquidas	14	2.999.566	5.144.789
		27.491.704	**16.935.341**
Patrimônio líquido			
Capital social		17.900.000	17.900.000
Reserva de capital		1.165.000	-
Reservas de lucros		7.599.148	3.600.558
Total do patrimônio líquido	15	**26.664.148**	**21.500.558**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**86.469.289**	**70.268.434**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**13.700.000**	**4.200.000**	**1.184.136**	**8.252.021**	**-**	**27.336.157**
Aumento de capital social		4.200.000	(4.200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	235.301	235.301
Distribuição de lucros		-	-	-	(6.070.900)	-	(6.070.900)
Constituição da reserva legal		-	-	11.765	-	(11.765)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	223.536	(223.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**17.900.000**	**-**	**1.195.901**	**2.404.657**	**-**	**21.500.558**
Adiantamento para futuro aumento de capital social	15.a	-	1.165.000	-	-	-	1.165.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.998.590	3.998.590
Constituição da reserva legal		-	-	199.929	-	(199.929)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	3.798.661	(3.798.661)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**17.900.000**	**1.165.000**	**1.395.830**	**6.203.318**	**-**	**26.664.148**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional bruta		**158.659.310**	**121.433.032**
Deduções da receita bruta		(21.489.114)	(18.155.039)
Receita operacional líquida	16	**137.170.196**	**103.277.993**
Custo de prestação de serviços	17	(106.531.554)	(82.874.731)
Lucro bruto		**30.638.642**	**20.403.262**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(18.138.714)	(16.849.439)
Lucro antes do resultado financeiro		**12.499.928**	**3.553.823**
Resultado financeiro líquido	19	(6.976.123)	(3.382.019)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.523.805**	**171.804**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(513.196)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		(975.030)	116.570
(=) Lucro antes da participação nos lucros e resultados		**4.035.579**	**288.374**
Participação dos empregados nos lucros		(36.989)	(53.073)
Lucro líquido do exercício		**3.998.590**	**235.301**
Total de ações		17.900.000	17.900.000
Lucro por ação		0,22	0,01

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	3.998.590	235.301
Resultado abrangente do exercício	**3.998.590**	**235.301**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	**3.998.590**	**235.301**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.013.378	719.375
Depreciação e amortização arrendamento	1.373.306	1.041.287
Provisão para juros incorridos sobre arrendamentos	355.140	-
Provisão para juros incorridos sobre empréstimos	4.506.877	2.868.334
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(2.145.223)	-
Decréscimo/(acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(5.126.310)	(10.002.946)
Demais contas a receber	(156.797)	(2.121.067)
Arrendamento mercantil	(4.414.118)	(1.929.735)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	185.696	643.274
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.583.886)	(2.697.294)
Obrigações tributárias	10.693.213	4.512.931
Obrigações sociais	(4.829.862)	4.881.450
Arrendamento mercantil	2.647.715	786.666
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	**3.517.719**	**(1.062.424)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Investimentos em controladas/coligadas	(48.420)	-
Adições ao imobilizado/intangível	(1.381.239)	(1.392.613)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(1.429.659)**	**(1.392.613)**
Das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	29.115.986	32.490.219
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	(24.920.715)	(21.471.309)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	1.165.000	-
Operações com partes relacionadas	(6.836.884)	(2.198.594)
Pagamentos de dividendos	-	(6.070.900)
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades de financiamentos	**(1.476.613)**	**2.749.416**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**611.447**	**294.379**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	429.890	135.511
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.041.337	429.890
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**611.447**	**294.379**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com Sede em São Paulo - SP, é uma empresa brasileira de engenharia consultiva, criada em 1990 e que tem como atividades preponderantes a elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos e programas. O portfólio da empresa abrange inúmeros empreendimentos, prioritariamente nos setores de indústria, óleo e gás, energia, infraestrutura, urbanismo e edificações. Durante o ano de 2023 a Companhia consolidou seu modelo operacional de trabalho híbrido, mantendo, ao mesmo tempo, a prioridade no resguardo da saúde dos seus colaboradores e o eficiente atendimento aos seus clientes. Os investimentos em infraestrutura, especialmente na abertura de novas dependências, inclusive com a abertura de uma nova empresa em Portugal, darão suporte ao novo patamar de faturamento esperado para 2024. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 23 de abril de 2024. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram suprimidas os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. **d) Demonstrações de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Transações em moedas estrangeiras:** A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber. • **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias e sociais e fornecedores. **3.2.3. Capital social:** As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é registrada no resultado com base no método linear, levando em conta a vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Aparelhos diversos	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*): 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ao avaliar a perda de valor recuperável de maneira individual e coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.6. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de execução (medição) do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e medições a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. **3.8. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados por meio do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente a tarifas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.10. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **3.11. Arrendamentos:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. Os contratos de arrendamento se encontram apresentados na Nota Explicativa nº 7. **3.12. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa	50.100	42.600
Bancos	990.896	371.959
Aplicações financeiras	341	15.331
	1.041.337	**429.890**
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	2.374.525	2.110.706
	2.374.525	**2.110.706**

As aplicações financeiras de longo prazo se referem a: títulos de capitalização, podendo ser convertido em caixa a qualquer momento, ficando sujeito a restituição do valor inferior ao pagamento do título caso seja resgatado antes do término do prazo de vigência; e cessões fiduciárias vinculadas aos contratos de empréstimo das Instituições Financeiras, que podem ser liberadas proporcionalmente à redução dos saldos devedores dos referidos contratos de empréstimo.

5. Contas a receber de cliente

Descrição	2023	2022
Ativo circulante		
Medições a faturar/Faturas a receber	42.895.322	38.821.148
	42.895.322	**38.821.148**
Ativo não circulante		
Medições a faturar **(a)**	5.548.016	5.970.349
Retenções contratos de Clientes **(b)**	9.769.321	8.294.852
	15.317.337	**14.265.201**

(a) Os valores de medições a faturar, registrados no ativo não circulante, são valores com prazo estimado de entrega e recebimento superior a 12 meses; e **(b)** Os valores das "Retenções Contratos de Clientes" são registrados pelo valor retido na liquidação das faturas recebidas. Estas retenções são definidas nas cláusulas contratuais de cada cliente como obrigação da Companhia pagar as verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias devidas aos colaboradores.

6. Partes relacionadas

Descrição	2023	2022
Ativo não circulante		
Núcleo Holding Ltda. (i)	15.766.550	8.917.341
	15.766.550	**8.917.341**

(i) Referem-se a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado.

7. Arrendamento mercantil - IFRS 16

Descrição	2023	2022
Ativo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	4.578.534	3.368.758
(-) Depreciação de contrato de locação	(781.024)	(2.521.562)
	3.797.510	**847.196**
Contrato de locação - Imobilizado	1.495.594	979.745
(-) Depreciação de contrato de locação	(543.133)	(117.782)
	952.461	**861.963**
Total contratos de locação	**4.749.971**	**1.709.159**

Descrição	Contrato de locação de bens imobilizado	Contrato de locação de imóveis	Total
Custo ou custo atribuído			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**-**	**2.558.688**	**2.558.688**
Adições - Atualização contratual	979.745	810.070	1.789.815
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**979.745**	**3.368.758**	**4.348.503**
Adições - Atualização contratual	515.850	4.413.868	4.929.718
Baixas	-	(3.204.092)	(3.204.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.495.595**	**4.578.534**	**6.074.129**
Depreciação			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**-**	**(1.737.977)**	**(1.737.977)**
Depreciação no período	(117.782)	(783.585)	(901.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(117.782)**	**(2.521.562)**	**(2.639.344)**
Depreciação no período	(425.352)	(947.955)	(1.373.307)
Baixas	-	2.688.493	2.688.493
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(543.134)**	**(781.024)**	**(1.324.158)**
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2022	-	820.711	820.711
Em 31 de dezembro de 2022	861.963	847.196	1.709.159
Em 31 de dezembro de 2023	952.461	3.797.510	4.749.971

Descrição	2023	2022
Passivo circulante		
Contrato de locação - Imóveis	906.798	676.164
Contrato de locação - Imobilizado	504.684	281.256
	1.411.482	**957.420**

Descrição	2023	2022
Passivo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	8.192.633	3.778.765
(-) Juros a apropriar s/contrato de locação	(925.606)	(410.007)
(-) Pagamentos realizados	(3.903.189)	(2.682.202)
(+) Apropriação de juros	494.117	356.089
(-) Transferência para curto prazo	(906.798)	(676.163)
	2.951.157	**366.482**
Contrato de locação - Imobilizado	2.018.468	1.336.051
(-) Juros a apropriar s/contrato de locação	(522.873)	(356.306)
(-) Pagamentos realizados	(706.187)	(160.771)
(+) Apropriação de juros	289.345	72.233
(-) Transferência para curto prazo	(504.684)	(281.256)
	574.069	**609.951**
Total contratos de locação	**3.525.226**	**976.433**

Ano	Valor
2025	1.341.482
2026	936.122
2027	884.416
2028	363.206
	3.525.226

8. Imobilizado

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Veículos	Aparelhos diversos	Computadores e periféricos	Instalações imóveis terceiros	Direito de uso	Imóveis	Outros ativos	Total
Custo ou custo atribuído											
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**538.704**	**371.698**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**2.956.051**	**384.460**	**56.358**	**587.526**	**37.216**	**5.995.902**
Adições	135.825	79.659	-	-	-	370.685	81.698	-	-	38.961	706.828
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**674.529**	**451.357**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**3.326.736**	**466.158**	**56.358**	**587.526**	**76.177**	**6.702.730**
Adições	116.487	76.856	-	98.109	-	332.786	123.008	-	-	14.890	762.136
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.987)	-	-	-	(1.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**791.016**	**528.213**	**90.754**	**1.067.363**	**3.881**	**3.659.522**	**587.179**	**56.358**	**587.526**	**91.067**	**7.462.879**
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**(404.105)**	**(259.818)**	**(90.754)**	**(639.462)**	**(3.881)**	**(2.263.056)**	**(201.965)**	**-**	**(166.450)**	**-**	**(4.029.491)**
Depreciação no período	(28.990)	(24.843)	-	(81.791)	-	(276.244)	(32.500)	-	(23.499)	-	(467.867)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(433.095)**	**(284.661)**	**(90.754)**	**(721.253)**	**(3.881)**	**(2.539.300)**	**(234.465)**	**-**	**(189.949)**	**-**	**(4.497.358)**
Depreciação no período	(47.876)	(32.056)	-	(88.332)	-	(357.404)	(66.689)	-	(23.499)	-	(615.856)
Baixas	-	-	-	-	-	-	66	-	-	-	66
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(480.971)**	**(316.717)**	**(90.754)**	**(809.585)**	**(3.881)**	**(2.896.704)**	**(301.088)**	**-**	**(213.448)**	**-**	**(5.113.148)**
Valor contábil											
Em 1º de janeiro de 2022	134.599	111.880	-	329.792	-	692.995	182.495	56.358	421.076	37.216	1.966.411
Em 31 de dezembro de 2022	241.434	166.696	-	248.001	-	787.436	231.693	56.358	397.577	76.177	2.205.372
Em 31 de dezembro de 2023	310.045	211.496	-	257.778	-	762.818	286.091	56.358	374.078	91.067	2.349.731

A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível

Descrição	*Software*	Marcas e patentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.058.114**	**553**	**1.058.667**
Adições	685.787	-	685.787
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.743.901**	**553**	**1.744.454**
Adições	621.089	-	621.089
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.364.990**	**553**	**2.365.543**
Amortização			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**(439.527)**	**-**	**(439.527)**
Amortização no período	(251.510)	-	(251.510)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(691.037)**	**-**	**(691.037)**
Amortização no período	(397.588)	-	(397.588)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(1.088.625)**	**-**	**(1.088.625)**
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2022	618.587	553	619.140
Em 31 de dezembro de 2022	1.052.864	553	1.053.417
Em 31 de dezembro de 2023	1.276.365	553	1.276.918

A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício. O montante de R$ 1.276.365 refere-se substancialmente a implantação de *software*, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R$ (397.588).

10. Financiamentos e Empréstimos

Natureza	Taxa de juros	2023	2022
Capital de giro - Banco do Brasil	4,21% a.m.	2.270.000	480.000
Financiamento consórcio - Banco Bradesco		39.922	-
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	13,22% a.a. a 24,69% a.a.	2.697.385	2.480.055
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	6,34% a.a. + CDI a 8,05% + CDI	6.891.271	5.696.416
Célula de crédito bancário - Banco Santander	21,56% a.a. a 23,14% a.a.	6.278.581	4.754.421
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	25,34% a.a.	858.946	1.364.821
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	10,56% a.a.	-	12.930
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	21,70% a.a.	319.275	1.220.569
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	40,47% a.a.	-	673.188
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	7,2% a.a. a 9,64% a.a. + CDI	3.645.970	5.107.971
Célula de crédito bancário - Banco ABC	5,85% a.a. + CDI	2.907.282	-
		25.908.632	**21.790.371**
Circulante		14.135.911	12.429.571
Não circulante		11.772.721	9.360.800

O passivo não circulante no valor de R$ 11.772.721 tem vencimentos em 2025, 2026 e 2027 no valor de R$ 6.923.768, R$ 4.170.708 e R$ 678.245, respectivamente:

	Saldo inicial	Captação empréstimos	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Financiamento consórcio - Banco Bradesco	-	42.585	279	(2.663)	(279)	39.922
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	6.176.416	9.974.265	1.000.772	(6.994.104)	(996.078)	9.161.271
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	12.930	-	21	(11.898)	(1.053)	-
Célula de crédito bancário - Banco Santander	4.754.421	10.150.000	1.367.035	(8.613.202)	(1.379.673)	6.278.581
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	1.364.821	-	237.203	(507.002)	(236.076)	858.946
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	2.480.055	1.167.590	460.426	(881.735)	(528.951)	2.697.385
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	1.220.569	-	147.996	(875.272)	(174.018)	319.275
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	673.188	1.750.000	26.812	(2.450.000)	-	-
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	5.107.971	2.031.546	608.263	(3.473.728)	(628.082)	3.645.970
Célula de crédito bancário - Banco ABC	-	4.000.000	658.069	(1.111.111)	(639.676)	2.907.282
	21.790.371					**25.908.632**

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - imóveis, aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - título de capitalização e aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Sifra FIDC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco C6 Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval, C6 Bank - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco ABC - cessão fiduciária de direitos creditórios.

11. Obrigações tributárias

Descrição	2023	2022
PIS	343.576	565.064
COFINS	1.588.891	2.605.998
IRRF	1.850.190	3.674.110
ISS	2.693.343	2.256.821
IOF	119.267	51.585
Parcelamentos	12.220.002	1.963.312
Compensação de impostos	(3.975.399)	(6.923.292)
Outros	73.476	26.535
	14.913.346	**4.220.133**
Passivo circulante (Obrigações Tributárias)	2.693.344	2.256.821
Passivo circulante (Parcelamento de Tributos)	3.135.811	619.993
Passivo não circulante (Parcelamento de Tributos)	9.084.191	1.343.319

12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2023	2022
FGTS a recolher	546.888	525.467
INSS a recolher	1.119.393	2.582.158
Salários e ordenados	3.520.325	3.489.452
Provisão de férias e encargos sociais	3.901.869	7.381.522
Outros	200.841	140.579
	9.289.316	**14.119.178**

13. Provisões para contingências trabalhistas

Descrição	2023	2022
Contingências	110.000	110.000
	110.000	**110.000**

A Companhia não possui processos em andamento com perspectiva de perdas possíveis.

14. Obrigações tributárias diferidas

Descrição	2023	2022
Imposto de Renda	2.411.576	1.946.074
Contribuição Social	1.446.945	1.167.644
PIS	734.783	594.043
COFINS	3.413.557	2.755.134
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais	(2.551.749)	(1.318.106)
Saldo de impostos a compensar	(2.455.546)	-
	2.999.566	**5.144.789**

Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. **(a) Saldos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	2023	2022
Prejuízo fiscal IRPJ	1.869.933	2.039.218
Base negativa da CSLL	681.816	742.758
	2.551.749	**2.781.976**
IRPJ - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	2.411.576	1.946.074
CSLL - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	1.446.945	1.167.644
	3.858.521	**3.113.718**

(b) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2023	2022
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.486.816	118.732
Adições no período	7.552.275	6.296.389
Exclusões no período	(10.781.963)	(7.658.837)
Lucro/Prejuízo antes da compensação	**2.257.128**	**(1.243.716)**
Compensação limitada a 30% por ano do lucro real	(677.138)	-
Lucro/Prejuízo fiscal	**1.579.990**	**(1.243.716)**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Prejuízos fiscais e base negativa acumulada	(7.575.734)	(8.252.872)
Diferenças permanentes líquidas	(24.000)	(24.000)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	**(513.196)**	**-**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais	**(2.551.749)**	**(2.781.976)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	(513.196)	-
Diferido	(975.030)	116.570
	(1.488.226)	**116.570**

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 17.900.000 (2022 - R$ 17.900.000) e representado por 17.900.000 (2022 - 17.900.000) ações com valor nominal de R$ 1,00. A Companhia celebrou em 31 de dezembro de 2023 contrato de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor de R$ 1.165.000 e futuramente será efetuado o seu respectivo aumento de capital, com base na proporção de 1 (uma) ação para cada 1,00 (um real) adiantado. **b) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. **c) Reserva de retenção de lucros:** O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

16. Receita operacional líquida

Descrição	2023	2022
Receita operacional bruta	158.659.310	121.433.032
(-) ISS sobre receita operacional	(7.477.107)	(5.725.073)
(-) COFINS sobre receita operacional	(11.306.067)	(8.517.533)
(-) PIS sobre receita operacional	(2.454.607)	(1.849.200)
(-) Medições não efetivadas	(251.333)	(2.063.233)
	137.170.196	**103.277.993**

17. Custo de prestação de serviços

Descrição	2023	2022
Pessoal	(63.131.660)	(43.332.273)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(23.597.408)	(25.611.445)
Benefícios aos empregados	(6.933.670)	(5.561.136)
Terceiros	(9.311.606)	(5.022.178)
Locações e condomínio	(1.532.285)	(1.049.087)
Viagens	(1.592.813)	(1.536.402)
Cartórios, cópias e correios	(413.620)	(718.150)
Outras	(288.492)	(44.060)
	(106.531.554)	**(82.874.731)**

18. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2023	2022
Pessoal	(4.529.013)	(4.012.317)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(2.193.147)	(2.990.673)
Benefícios aos empregados	(1.127.572)	(933.023)
Terceiros	(2.695.441)	(2.846.076)
Locações e condomínio	(647.957)	(569.766)
Viagens	(118.924)	(203.355)
Cartórios, cópias e correios	(57.712)	(96.803)
Seguro	(223.333)	(253.088)
Processos judiciais	-	(342.350)
Provisões legais	(171.000)	-
Tributárias	(3.648.007)	(2.677.013)
Depreciação	(2.386.684)	(1.620.743)
Outras	(339.924)	(304.232)
	(18.138.714)	**(16.849.439)**

19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas

Descrição	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros	(9.003.792)	(6.082.195)
Tarifas bancárias	(136.013)	(106.526)
Outros	(550.736)	(314.732)
	(9.690.541)	**(6.503.453)**
Receitas financeiras		
Juros	1.222.702	990.201
Rendimentos financeiros	235.396	83.220
Rendimentos financeiros - Contratos públicos	1.088.645	1.882.456
Outros	167.675	165.557
	2.714.418	**3.121.434**
Resultado financeiro	**(6.976.123)**	**(3.382.019)**

20. Gestão de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é beneficiada pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem históricos de inadimplência. **b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro):** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

21. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Austral Seguradora S.A. com vigência de 09 de agosto de 2023 a 09 de agosto de 2024. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado previamente pela sociedade seguradora no limite de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de Reais). **As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia.**

22. Avais, fianças e garantias: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha ativos oferecidos em garantias a terceiros que se refere a um imóvel sob nº de registro/matrícula 82087 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Santos.

23. Eventos subsequentes: Não ocorreram, até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da empresa.

A Diretoria

João Carlos Gomes - Contador CRC 1SP183927/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Núcleo Engenharia Consultiva S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7

KSB BRASIL LTDA.
CNPJ/MF 60.680.873/0001-14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO PELO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EXPRESSO EM REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$)

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante	**404.351**	**396.518**	**421.876**	**416.066**
Caixa e equivalentes de caixa	100.181	50.160	105.970	56.166
Contas a receber	114.377	164.756	120.381	172.424
Contas a receber - Partes relacionadas	25.690	21.979	23.648	19.527
Empréstimo de mútuo - Partes relacionadas	3.322	1.877	3.322	1.877
Estoques	146.254	146.096	152.061	153.085
Impostos a recuperar	12.843	7.567	14.764	8.805
Outros ativos	1.684	4.083	1.730	4.182
Ativo não Circulante	**165.224**	**169.691**	**158.412**	**163.891**
Realizável a longo prazo	**50.698**	**56.702**	**50.779**	**56.730**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.504	39.890	48.526	39.912
Depósitos judiciais	1.048	1.284	1.109	1.290
Impostos a recuperar	1.146	15.528	1.144	15.528
Investimentos em controladas	9.554	8.279	–	–
Imobilizado	102.812	103.028	105.262	105.219
Intangível	920	861	1.131	1.121
Ativo de direito de uso	1.240	821	1.240	821
Total ativo	**569.575**	**566.209**	**580.288**	**579.957**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante	**208.835**	**256.271**	**219.325**	**269.837**
Passivos de arrendamento	825	655	825	655
Fornecedores	33.173	34.892	35.158	36.611
Fornecedores - Partes relacionadas	4.206	7.170	8.935	12.882
Operações de risco sacado	48.110	95.022	48.110	95.022
Impostos e encargos sociais a pagar	21.320	17.392	21.508	17.963
Passivo de contrato de clientes	31.956	24.395	33.996	28.278
Provisão para férias e gratificações	22.738	21.162	23.288	21.695
Provisão para garantias e multas contratuais	32.787	38.363	33.137	39.502
Provisão para comissões	6.754	6.404	6.754	6.404
Provisão para royalties	3.944	2.923	3.944	2.923
Outras contas a pagar	3.022	7.893	3.670	7.902
Passivo não circulante	**40.704**	**31.339**	**40.927**	**31.469**
Passivos de arrendamento	448	170	448	170
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	40.256	31.169	40.479	31.299
Total passivo	**249.539**	**287.610**	**260.252**	**301.306**
Patrimônio líquido	**320.036**	**278.599**	**320.036**	**278.599**
Capital social	72.396	72.396	72.396	72.396
Lucros acumulados	247.901	206.312	247.901	206.312
Ajuste da avaliação patrimonial	(261)	(109)	(261)	(109)
Participação dos não controladores	–	–	–	52
Total do patrimônio líquido	**320.036**	**278.599**	**320.036**	**278.651**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**569.575**	**566.209**	**580.288**	**579.957**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**89.325**	**66.966**	**89.332**	**66.978**
Outros resultados abrangentes	(152)	(345)	(152)	(345)
Resultado abrangente total do exercício	**89.173**	**66.621**	**89.180**	**66.633**
Atribuível a: Acionistas da empresa			89.173	66.621
Não controladores			7	12
			89.180	**66.633**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	766.163	695.495	799.126	718.678
Custo dos produtos vendidos	(515.695)	(469.618)	(540.221)	(484.304)
Lucro bruto	**250.468**	**225.877**	**258.905**	**234.374**
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	(74.353)	(90.164)	(78.312)	(92.570)
Gerais e administrativas	(45.057)	(37.746)	(50.028)	(42.416)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.269	1.247	1.758	1.247
Resultado da equivalência patrimonial	(363)	995	–	–
	(118.504)	**(125.668)**	**(126.582)**	**(133.739)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**131.964**	**100.209**	**132.323**	**100.635**
Resultado financeiro	1.997	(52)	1.810	124
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**133.961**	**100.157**	**134.133**	**100.759**
Imposto de renda e contribuição social: Corrente	(53.250)	(43.641)	(53.415)	(44.253)
Diferido	8.614	10.450	8.614	10.472
	(44.636)	**(33.191)**	**(44.801)**	**(33.781)**
Lucro líquido do exercício	**89.325**	**66.966**	**89.332**	**66.978**
Lucro básico e diluído por quota	**1,23**	**0,92**	**1,23**	**0,93**
Atribuível a acionistas da empresa			**89.325**	**66.966**
Não controladores			7	12
			89.332	**66.978**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora e Consolidado: Capital	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	Participação dos não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**72.396**	**184.477**	**236**	**257.109**	**40**	**257.149**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(45.131)	–	(45.131)	–	(45.131)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	(345)	(345)	–	(345)
Lucro líquido do exercicio	–	66.966	–	66.966	12	66.978
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**72.396**	**206.312**	**(109)**	**278.599**	**52**	**278.651**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(47.736)	–	(47.736)	–	(47.736)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	–	–	(152)	(152)	–	(152)
Aquisição de participação controladores no exterior	–	–	–	–	(59)	(59)
Lucro líquido do exercicio	–	89.325	–	89.325	7	89.332
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72.396**	**247.901**	**(261)**	**320.036**	**–**	**320.036**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa de atividades operacionais:	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuizo) antes do imposto de renda e contribuição social	133.961	100.157	134.133	100.759
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	9.555	8.349	10.354	8.767
Depreciação direito de uso	1.036	590	1.036	590
Ganho na alienação de imobilizado	(402)	(282)	(402)	(282)
Ganho com processos judiciais - ICMS BC PIS e COFINS	–	(273)	–	(273)
Resultado da equivalência patrimonial	363	(995)	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	4.439	882	4.616	876
Reversão para perdas em estoque	10.269	1.943	10.984	1.943
Provisão para contingências	10.594	11.427	10.687	11.427
Variação cambial sobre empréstimo concedido a parte relacionada	207	(37)	207	(37)
Juros incorrido sobre empréstimo concedido a parte relacionada	(173)	(27)	(173)	(27)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	45.940	(81.250)	47.427	(86.328)
Contas a receber - Partes relacionadas	(3.711)	5.662	(4.121)	8.114
Estoques	(10.427)	(47.799)	(9.960)	(50.780)
Impostos a recuperar	9.106	2.807	8.425	2.147
Outros ativos	2.399	(2.595)	2.452	(2.349)
Depósitos judiciais	236	200	181	216
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.719)	10.795	(1.453)	10.276
Fornecedores - Partes relacionadas	(2.964)	4.697	(3.947)	9.721
Operações de risco sacado	(46.912)	61.672	(46.912)	61.672
Impostos e encargos sociais a pagar	(8.465)	(10.744)	(9.013)	(10.943)
Adiantamentos de clientes	7.561	10.588	5.718	11.991
Provisão para férias e gratificações	1.576	2.752	1.593	2.931
Provisões diversas	(4.205)	14.225	(4.994)	15.130
Pagamentos de contingências	(1.507)	(663)	(1.507)	(572)
Outras contas a pagar	(4.871)	(2.088)	(4.232)	(2.476)
Caixa gerado pelas operações	**151.886**	**89.993**	**151.099**	**92.493**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(40.857)	(22.645)	(40.857)	(22.645)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**111.029**	**67.348**	**110.242**	**69.848**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(9.277)	(23.821)	(10.213)	(25.140)
Adições ao intangível	(398)	(120)	(471)	(292)
Adição de investimento de coligada no exterior	(1.790)	(3.631)	(59)	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	689	565	689	578
Dividendos recebidos de controlada	–	231	–	–
Empréstimo concedido a parte relacionadas	(1.479)	(1.813)	(1.479)	(1.813)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(12.255)**	**(28.589)**	**(11.533)**	**(26.667)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	(47.736)	(45.131)	(47.736)	(45.131)
Pagamento de empréstimo e financiamentos	–	(59)	–	(59)
Pagamento de arrendamentos	(1.017)	(593)	(1.017)	(593)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(48.753)**	**15.889**	**(48.753)**	**45.783**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**50.021**	**(7.024)**	**49.956**	**(2.602)**
Efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes caixa	–	–	(152)	(345)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.160	57.184	56.166	59.113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**100.181**	**50.160**	**105.970**	**56.166**

DIRETORIA

Jens Deltrap - Diretor Presidente **Paulo Barros D’Abreu** - Diretor Financeiro
Luiza Aparecida Clepaldi Monteiro - CRC 1SP132202/O-2

As demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia.

SP aumenta arrecadação do IPVA com campanha ‘Lembrete do Bem’

A modernização fazendária proposta pela atual gestão da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) dá mais um passo com a campanha “Lembrete do Bem”, direcionada aos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A iniciativa, a cargo da Supervisão do IPVA, ligada à Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação da Dívida (Dicar), consiste no envio de e-mails a contribuintes com avisos e orientações úteis, como o vencimento do imposto.

Cerca de 524.6 mil e-mails foram enviados, entre 6 e 22 de fevereiro, para proprietários de 463,5 mil veículos que não haviam realizado nenhum pagamento do imposto em 2024. Nesta etapa, foram excluídos da base de dados quem havia efetuado o pagamento da cota única com desconto ou da primeira parcela, vencida em janeiro. O escopo da comunicação limitou-se aos contribuintes com saldo devedor de IPVA 2024 superior ou igual a R$ 2 mil. A equipe utilizou a base de dados da Nota Fiscal Paulista, Cadastro de Contribuintes de ICMS do Estado de São Paulo (Cadesp) e Sistema de Veículos (Sivei) para selecionar o e-mail dos contribuintes contatados.

A campanha continuou ativa nos meses seguintes: em março os contribuintes foram avisados sobre o vencimento da terceira parcela, enquanto em abril contempla os avisos da quarta. Em maio, eles serão comunicados sobre o encerramento do calendário do IPVA 2024, com o vencimento da quinta parcela. A equipe também planeja incluir novos avisos nos meses de licenciamento dos veículos.

Para Sheyne Leal, diretora da Dicar, a campanha “Lembrete do Bem” é recompensadora porque constata, com dados e números, o resultado efetivo do trabalho efetuado. “A equipe se empenhou muito na construção e melhoria do algoritmo para captura, tratamento e validação de e-mails. Com isso, e com nosso esforço de comunicação com os cidadãos, percebemos um resultado que é positivo tanto para o Estado quanto para a sociedade. Para o Estado, temos na melhora da taxa de adimplência um efeito positivo para a arrecadação. E, para a sociedade, oferecemos apoio e orientação, ajudando o cidadão a evitar esquecimentos e suas potenciais consequências negativas”, completa Sheyne.

Conforme análise da Supervisão do IPVA, foi constatado um aumento considerável na quantidade de pagamentos efetuados antes do vencimento do IPVA referente à cota única sem desconto.

A Supervisão do IPVA estima que em fevereiro houve um aumento de arrecadação superior a R$ 120 milhões com a campanha de Lembrete do Bem, quando comparado os pagamentos efetuados pelos contribuintes que receberam a comunicação daqueles que não receberam.

Além de informar a data de vencimento do imposto, a mensagem enviada aos cidadãos contempla também informações sobre como efetuar o pagamento e penalidades de multa e juros para quem descumprir o prazo.

Pampa é o bioma brasileiro menos protegido por unidades de conservação

Além de ser o menor bioma brasileiro o Pampa, presente apenas em parte do Rio Grande do Sul, também é o bioma menos protegido pelas unidades de conservação presentes em todo o país. O dado foi apresentado no seminário técnico-científico promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para debater a elaboração de um plano de prevenção e controle do desmatamento do bioma.

O secretário-executivo do ministério, João Paulo Capobianco, disse que atualmente a região tem apenas 49 unidades de conservação, que alcançam somente 3,03% de sua extensão de cerca de 17,6 milhões de hectares.

Durante o encontro, Capobianco lembrou que o Brasil é signatário das metas de Aichi, estabelecidas na 10ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP10), em 2010, no Japão, que previa a proteção de 17% da área continental e 10% do território marinho por meio da criação de zonas de proteção integral.

O prazo para o cumprimento das metas era 2020, mas não foi cumprido em relação ao bioma Pampa. O compromisso internacional foi renovado pelo governo brasileiro durante a 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP15), em Montreal, no Canadá, quando o Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal ampliou as metas para 30% de proteção integral tanto dos biomas terrestres quanto da zona marítima, até 2030.

Capobianco lembrou que faltando pouco para o cumprimento do novo prazo, apenas 122 mil hectares do Pampa correspondem às áreas de proteção integral e 416 mil hectares estão em áreas de conservação, mas são de uso sustentável.

Para o secretário-executivo do ministério, além de alcançar as metas, o país precisa enfrentar o desafio da degradação e definir quais são as ações tanto no campo técnico-científico quanto nas políticas públicas, que podem promover a conservação e a restauração de áreas de altíssima importância biológica. (Agência Brasil)

CALIANDRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ: 11.392.899/0001-51 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	95	101
Impostos a compensar		101	13
Total do Ativo Circulante		**196**	**114**
Não Circulante			
Impostos a compensar		389	571
Mútuo a receber	5	-	9.810
Investimentos	6	247.710	241.266
Total do ativo não circulante		**248.099**	**251.647**
Total do Ativo		**248.295**	**251.761**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher		-	15
Obrigações com acionistas		1.836	1.562
Total do passivo circulante		**1.836**	**1.577**
Patrimônio Líquido			
Capital social	7 a.	366.178	359.317
Prejuízos acumulados	7 b.	(123.164)	(115.994)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7 a.	3.445	6.861
Total do patrimônio líquido		**246.459**	**250.184**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**248.295**	**251.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas		(95)	(17)
Equivalência patrimonial	6	(6.982)	(9.389)
Outras receitas (despesas) operacionais		(133)	94
		(7.210)	(9.312)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(7.210)**	**(9.312)**
Receitas financeiras	8	46	82
Despesas financeiras	8	(6)	(1)
Resultado financeiro		40	81
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(7.170)**	**(9.231)**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	9	-	(14)
		-	(14)
Prejuízo Líquido do Exercício		**(7.170)**	**(9.245)**
Prejuízo básico por mil ações - R$	11	(0,01958)	(0,0257)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo Líquido do Exercício	**(7.170)**	**(9.245)**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(7.170)**	**(9.245)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**348.828**	**(106.749)**	**10.489**	**252.568**
Aumento de capital	7	10.489	-	(10.489)	-
Prejuízo do exercício	7	-	(9.245)	-	(9.245)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	6.861	6.861
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**359.317**	**(115.994)**	**6.861**	**250.184**
Aumento de capital	7	6.861	-	(6.861)	-
Prejuízo do exercício	7	-	(7.170)	-	(7.170)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	3.445	3.445
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**366.178**	**(123.164)**	**3.445**	**246.459**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(7.170)**	**(9.231)**
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	6.982	9.389
Amortização de ágio em investimentos	133	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Impostos e contribuições a compensar	94	728
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Impostos a recolher	(1)	-
Obrigações com acionistas	274	1.537
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(14)	(9)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**298**	**2.414**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Mútuos a receber	-	2.468
Acréscimo de investimentos	(3.749)	(11.924)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(3.749)**	**(9.456)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.445	6.861
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	**3.445**	**6.861**
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(6)**	**(181)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	101	282
No final do exercício	95	101
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(6)**	**(181)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de novembro de 2008, tendo sua sede, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e como objeto social a participação acionária em outras sociedades com atividades preponderantes no desenvolvimento, na venda e na locação de shoppings centers. A Syn Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados riscos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão. A Companhia está atuando em diversos planos de ação relacionados à melhoria de desempenho operacional do empreendimento, o que está diretamente refletido no aumento da taxa de ocupação do shopping, bem como no crescimento de receitas de locação. Atualmente, o resultado tem impacto relevante da linearização dos descontos concedidos ao longo da pandemia da COVID-19, impacto este que será atenuado e deixará de ser aplicado com os vencimentos dos contratos com desconto linearizado. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R$1.640, tal situação decorre substancialmente devido os saldos passivos com acionistas que foram regularizados no período subsequente. Os acionistas estão efetuando aportes de recursos para o cumprimento das obrigações e pretende mantê-los, se e quando requeridos. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. **Demonstrações financeiras consolidadas:** A Sociedade não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluindo sua controlada integral Shopping Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A., uma vez que sua controladora, SYN Prop e Tech S.A., prepara demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **b) Instrumentos financeiros:** Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a qual, é influênciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis; veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 11. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **2.3.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – VJR". **2.3.3. Investimentos.** Os investimentos em sociedades controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são registrados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **2.3.4. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.5. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia optou pelo regime do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R$240), e a contribuição social pela alíquota de 9%. Conforme facultado pela legislação tributária, Companhias cujo faturamento anual do exercício anterior, tenha sido inferior a R$78.000, podem optar pelo regime de lucro presumido, a Companhia exerceu esta opção de tributação. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para as receitas brutas de locação é calculada à razão de 32% e para as receitas com vendas de imóveis as bases são 8% e 12% respectivamente (100% para ambos os tributos quando a receita for proveniente dos ganhos financeiros), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. **2.3.6. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.7. Instrumentos financeiros e derivativos. a) Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, entre outros. A Companhia e suas controladas reconhecem os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Ativos financeiros.** Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **c) Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem empréstimos, financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.3.8. Lucro básico e diluído por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponíveis no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria).

3. Pronunciamentos Contábeis: 3.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

3.2. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:
Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e abaixo relacionadas

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Companhia não identificou nenhum impacto material nas demonstrações financeiras, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam entre 95% e 100%) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado – VJR.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	4	13
Aplicações Financeiras	91	88
Total caixa e equivalentes de caixa	95	101

5. Mútuos a Receber: Neste conta esta registrado o mútuo a receber referente a um aporte na controlada Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A. e totaliza R$0 em 31 de dezembro de 2023 (R$9.810 em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício de 2023, o saldo de Mutuos a Receber no montante de R$ 9.810, foi integralizado aos investimentos, conforme AGE de 23 de maio de 2023.

6. Investimentos em Controladas: (a) As principais informações das investidas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão assim representadas

Investimentos	Segmento	Ativo 31/12/2023	Ativo 31/12/2022	Passivo circulante e não circulante 31/12/2023	Passivo circulante e não circulante 31/12/2022	Patrimônio Líquido 31/12/2023	Patrimônio Líquido 31/12/2022	Resultado 31/12/2023	Resultado 31/12/2022
Ébano Empreend. Imob. Ltda.	Shopping Center	1.562	3.528	1.084	3.142	478	310	92	76
Cerrado Empreendimentos Imob. S.A.	Shopping Center	243.790	247.852	2.697	14.388	241.093	233.464	(8.322)	(11.135)

(b) As movimentações e composições dos investimentos diretos da Companhia podem ser assim apresentadas

Companhias	% Participação	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Adições (baixas) Investimentos (d)	Saldos em 31/12/2023
Ébano Empreendimentos Imob. Ltda.	99,99%	389	92	-	481
Cerrado Empreendimentos Imob. S.A.	85,00%	198.443	(7.074)	13.559	204.928
Ágio na aquisição de participações (c)	100,00%	42.434	-	(133)	42.301
Total dos investimentos		241.266	(6.982)	13.426	247.710

(c) Ágio relativo a mais valia de ativos gerado por conta da aquisição do Shopping Cerrado.
(d) Integralização de Mútuos a Receber no valor de R$ 9.810 de exercícios anteriores.

7. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social é de R$366.178 representado por 366.178.780 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$359.317 em 31 de dezembro de 2022, representado por 359.317.645 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal). O aumento de capital ocorrido em 2023, no montante de R$ 6.861, foi feito por meio de conversão de adiantamento para futuro aumento de capital. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R$ 3.445. **b) Prejuízos Acumulados:** Nesta conta são registrados os prejuízos acumulados desde o início das atividades, totalizando R$123.161 em 31 de dezembro de 2023 (R$115.994 em 31 de dezembro de 2022). **c) Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. • O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, será destinado para reserva de lucros, mediante orçamento de capital. Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

8. Resultado Financeiro: O resultado financeiro para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim constituídos:

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras		
Demais despesas bancárias	(6)	(1)
Total despesas financeiras	(6)	(1)
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	10	21
Variação monetária e juros ativos	36	61
Total receitas financeiras	46	82
Resultado Financeiro líquido	40	81

9. Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a companhia optou pelo lucro real.

Descrição	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda	(7.170)	(9.231)
Adições – Equivalência patrimonial	6.982	9.389
Exclusões – outras receitas operacionais	133	(94)
Lucro antes da compensação do prejuízo	-	64
Imposto utilizado a alíquota de imposto (34%)	-	(22)
Diferenças permanentes	-	8
Imposto de renda e contribuição social - no resultado	-	(14)
Alíquota efetiva	-	21,88%

10. Prejuízo por Ação: O resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do prejuízo, portanto o prejuízo diluido é equivalente ao prejuízo básico.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(7.170)	(9.245)
Quantidade média de ações em circulação	366.178.780	359.317.645
Prejuízo básico por ação - em R$	(0,01958)	(0,0257)

11. Instrumentos Financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia e suas controladas tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderencia dos limites denifidos. **a) Riscos de crédito:** As operações da Companhia e suas controladas compreendem a administração de locações de imóveis de renda de shopping centers, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. **b) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. **c) Riscos de mercado:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa 4.
d) Risco de taxa de juros

Índice	Risco	Base 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível - stress 25%	Cenário remoto - stress 50%
			11,75%	8,81%	5,88%
CDI	Decréscimo do Índice	95	11	8	6

Índice	Risco	Base 31/12/2022	Cenário provável	Cenário possível - stress 25%	Cenário remoto - stress 50%
			13,75%	10,31%	6,88%
CDI	Decréscimo do Índice	101	14	10	7

Em 31 de dezembro de 2023, definiu-se a taxa provavel para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 13,75% ao ano, com base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central (11,75% em 31 de dezembro de 2022). **e) Valorização dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. • de seu respectivo valor de mercado, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
f) Categoria dos instrumentos financeiros

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Tipo de Mensuração
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	95	101	Custo amortizado

g) Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía operações de derivativos.

12. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida o total do passivo menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa):

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida bruta		
Total do Passivo	1.836	1.577
Total da dívida bruta	1.836	1.577
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(95)	(101)
Dívida líquida	1.741	1.476
Patrimônio líquido	246.459	250.184
Dívida líquida/PL	0,71%	0,59%

13. Provisão para Riscos: A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado ou divulgado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

14. Eventos Subsequentes: a) Em 7 de fevereiro de 2024, a controladora SYN Prop e Tech S.A. assinou "Instrumento Particular de Compromisso de Permuta e Outras Avenças" e "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", segundo os quais, de um lado, (i) a SYN receberá ações representativas de 37,50% do capital social da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. (CNPJ/MF nº 09.597.890/0001-35) ("Marfim"), a qual é detentora de 100% do Tietê Plaza Shopping e aproximadamente R$ 19 milhões de dívida bruta atrelada a esta participação – pelo que a Companhia passará a ser titular de 62,50% do capital social da Marfim, e, consequentemente, de 62,50% do Tietê Plaza Shopping; (ii) a SYN receberá ações representativas de 37,50% do capital social da Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A. (CNPJ/MF n° 11.392.899/0001-51) ("Caliandra"), a qual, por sua vez, é indiretamente proprietária de 85% do Shopping Cerrado – pelo que a Companhia passará a ser titular de 100% do capital social da Caliandra, e, consequentemente, de 85% do Shopping Cerrado. E, de outro lado, (iii) a SYN transferirá cotas representativas de 20% do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário JK D (CNPJ/MF nº 23.533.796/0001-43) – o qual, direta ou indiretamente, é proprietário ou usufrutuário da Torre D do Condomínio WTorre JK, e de 20% do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário JK E (CNPJ/MF nº 23.532.837/0001-87) – o qual, direta ou indiretamente, é proprietário ou usufrutuário da Torre E do Condomínio WTorre JK e aproximadamente R$ 79 milhões de dívida bruta atrelada a estas participações – pelo que a Companhia passará a deter 10% das cotas de cada um dos referidos fundos; (iv) por fim, a SYN pagará, ao todo, em moeda corrente nacional o valor aproximado de R$ 57 milhões, sujeito a ajuste em decorrência de variação do saldo do endividamento líquido de tais fundos. A consumação dessa transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, como por exemplo uma reorganização societária prévia e a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **b) Transação shoppings:** A controladora SYN Prop e Tech S.A., assinou com o fundo imobiliário XP Malls (XPML11, na bolsa) um Memorando de Entendimentos, que é o primeiro passo no processo de venda de parte do nosso portfólio de shoppings, conforme abaixo: • 51% do Grand Plaza Shopping, localizado em Santo André/SP. • 32% do Shopping Cidade São Paulo, localizado em São Paulo/SP. • 70% do Shopping Metropolitano Barra, localizado no Rio de Janeiro/RJ. • 52,5% do Tietê Plaza Shopping, localizado em São Paulo/SP. • 85% do Shopping Cerrado, localizado em Goiânia/GO. • 23% do Shopping D, localizado em São Paulo/SP.

Empreendimento	Participação SYN atual	Participação SYN remanescente	Var. (p.p.)
Grand Plaza	61,41%	10,41%	-51,0
Shopping Cidade São Paulo	92,00%	60,00%	-32,0
Shopping Metropolitano Barra	80,00%	10,00%	-70,0
Tietê Plaza Shopping	62,50%	10,00%	-52,5
Shopping Cerrado	85,00%	0,00%	-85,0
Shopping D	31,59%	8,59%	-23,0

O valor total da transação é de R$1.850.000.000,00 a serem pagos da seguinte forma: • Sinal de R$300.000.000,00 já recebido em função da assinatura do MOU vinculante. • 1ª Parcela de R$630.000.000,00 na assinatura dos compromissos de compra e venda. • 2ª Parcela de R$370.000.000,00 em dez/24, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda. • 3ª Parcela de R$550.000.000,00 em dez/25, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda.

15. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 5 de abril de 2024.

Hector Bruno Franco de Carvalho Leitão - Diretor Financeiro

Contador: **Arthur Ricardo Araujo Jordão de Magalhães -** CRC SP - 291608/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas e Administradores da
Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1 SP 289690/O-0

Deloitte.

Sancionada lei que torna patrimônio cultural os blocos de carnaval

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quarta-feira (24), o projeto de lei (PL) que reconhece como manifestação da cultura nacional blocos e bandas de carnaval. O texto do PL nº 3.724/2021 foi aprovado em março pela Comissão de Educação e Cultura do Senado, em decisão terminativa, ou seja, sem votação no plenário da Casa.

Para a relatora do projeto, senadora Augusta Brito (PT-CE), os blocos e bandas de carnaval são manifestações que "refletem a grandeza de nossa diversidade cultural". Em seu relatório ela citou o Mela-Mela, em cidades do Nordeste, como Beberibe e Camocim, no Ceará; os Caretas, em Guiratinga, no Mato Grosso; e os tradicionais Bate-bolas nos subúrbios cariocas

De acordo com o texto aprovado, o reconhecimento como manifestação da cultura nacional inclui desfiles, músicas, práticas e tradições dos blocos e bandas. O poder público também terá o dever de garantir a livre atividade de desses grupos e a realização de seus desfiles carnavalescos.

As escolas de samba já foram reconhecidas como manifestação da cultura nacional, pela Lei 14.567, de 2023.

Lula também sancionou o projeto que cria medidas especiais de proteção ao trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória. O PL nº 5.009/2019, aprovado no início deste mês pelo Senado, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para prever medidas de saúde e segurança aos trabalhadores nesses ambientes, devido à constante exposição a agentes nocivos causadores de doenças, principalmente respiratórias.

De acordo com a análise da senadora Teresa Leitão (PT-PE), relatora do PL, por ser realizado em ambientes fechados, com pouca ou quase nenhuma exposição solar ou ventilação, a atividade poderá submeter o trabalhador a fatores físicos, como umidade, químicos, como poeira, e biológicos, como bactérias e fungos.

O texto prevê, entretanto, que a caracterização do trabalho realizado nesses ambientes como medida especial de proteção não implicará, de forma automática, sua inclusão no quadro de atividades consideradas insalubres pelo Ministério do Trabalho. Caberá à pasta analisar a oportunidade e a conveniência dessa inclusão a partir da análise das atividades desempenhadas e do ambiente de trabalho dos profissionais da área.

Por sua vez, a caracterização e a classificação de eventual insalubridade somente serão efetivadas a partir de perícia do médico ou engenheiro do trabalho. Por fim, o adicional de remuneração ao trabalhador, decorrentes das condições de insalubridade, será devido apenas a partir da inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho.

O presidente sancionou o PL nº 3.144/2021 que define a região turística Vale do Panema, em São Paulo, como Área Especial de Interesse Turístico. A região, próxima à divisa de São Paulo com o Paraná, compreende o reservatório da Usina Hidrelétrica de Jurumirim e seu entorno, que abrange os municípios paulistas de Piraju, Cerqueira César, Arandu, Tejupá, Avaré, Paranapanema, Itaí, Taquarituba, Itatinga e Angatuba.

O relator do projeto, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), avaliou que a região cumpre os requisitos para ser considerada uma área especial em razão do turismo náutico e pesqueiro, uma das principais atividades econômicas da região. Ele citou atrativos como a Praia dos Holandeses, a Praia Branca e a Enseada Azul.

As Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico. O texto foi aprovado no início deste mês no Senado. (Agência Brasil)

Edital de Publicação de Sentença.Proc.**1012254-13.2022.8.26.0100**. O Dr.Leonardo Aigner Ribeiro,Juiz de Direito da 4ªVara da Família e Sucessões Central/SP.Faz saber que foi proferida sentença:Julgo PROCEDENTE o pedido,reconhecendo a incapacidade relativa da requerida e NOMEIO LUCAS PATTO DE MELO E SOUSA como CURADOR DEFINITIVO de MARIA BERNADETE STEIN DE MELO E SOUSA, com base no trabalho do perito judicial, cujo laudo concluiu o seguinte: por ser portadora de quadro de deficit intelectual e demencial, em decorrência de complicações degenerativas por alterações vasculo-metabólicas cerebrais, tornando-a incapaz para manter-se, necessitando de auxílio de terceiros para realizar atividades habituais como alimentação e higiene. Psiquicamente encontra-se desorientada com comprometimento do raciocínio lógico, estando impossibilitada para gerir seus bens e diretrizes de vida. Sob o enfoque médico está incapaz para realizar atos de vida civil. Em obediência ao § 3º do art. 755, CPC, serve o dispositivo da presente sentença como edital, que será afixado e publicado na forma da lei. |25|

Cibramaco Participações S.A.

CNPJ/MF: 08.422.813/0001-81 - NIRE: 35.300.336.127
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 06 de maio de 2024, às 10 horas, na sede social da empresa **Cibramaco Participações S.A.**, na Avenida Conde Guilherme Prates, n° 382, sala 01, Bairro Santa Catarina na cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores; b) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; c) Publicação das Demonstrações Financeiras; e d) Destinação do resultado do exercício. (25-26-27)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº**1022245-41.2021.8.26.0005** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 32ªVara Cível,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).FABIO DE SOUZA PIMENTA,na forma da Lei,etc.Faz saber a Entrego Tecnologia Ltda.CNPJ 42.603.080/0001-10, que Elaine Butkeraitis ajuizou ação monitória, para cobrança de R$ 26.155,00 (nov/21), referente às NFs 42, 43, 44, 45. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, com isenção de custas, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. |25,26|

Banco Bradescard S.A.

CNPJ nº 04.184.779/0001-01 – NIRE 35.300.182.359

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 15h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor Carlos Leibowicz para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Marlos Francisco de Souza Araujo**, ao cargo de Diretor, em carta de 4.12.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, Carlos Leibowicz, Clayton Neves Xavier, Marcos Valério Tescarolo e Nairo José Martinelli Vidal Junior. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradescard S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 138.231/24-2, em 3.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE LEON IURI FELIX RIGORFI, REQUERIDO POR EUNICE APARECIDA FELIX RIGORFI - PROCESSO Nº**1002282-16.2023.8.26.0704**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Coelho Okida,na forma da Lei,etc.FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 11/04/2024, foi decretada a INTERDIÇÃO de LEON IURI FELIX RIGORFI, CPF 33882174838, diagnosticado com transtorno do espectro autista com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Eunice Aparecida Felix Rigorfi. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85 da Lei 13.146/2015. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de abril de 2024. |25,05,15|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1051045-51.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Dato El Syed Ibrahim Bin Omar Alsagoffi, Denival Lopes da Silva, Danieli Basílio Deufino da Silva, Moises Magalhães Barroso, Nelcir Vaz da Silva e João Evangelista de Sousa, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que JOSÉ ARTHUR NICÁCIO DA SILVA, e Fabiana Franquelino da Silva ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Fernando Dias Pais, nº 684, Jardim Ester, São Paulo/SP, CEP: 08330-320, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |25,26|

14ªVARA CÍVEL-FORO CENTRAL CÍVEL - DECISÃO–EDITAL - Processo nº:**1134316-89.2021.8.26.0100** Classe-Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais Exequente: Condomínio Capital Brás Executado: José Luis Gutierrez Mateo Vistos.Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeispara a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 559, servindo apresente decisão como edital.Este Juízo FAZ SABER a JOSÉ LUIS GUTIERREZMATEO, CPF 22746171805, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foimovida Ação EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por Condomínio CapitalBrás, alegando em síntese: a parte ré lhe deve R$ 8.074,01 (valor em dezembro de 2021).Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, quefluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nostermos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, porextrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. |25,26|

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

BROMÉLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ nº 10.551.324/0001-71 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2023.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.336	1.013
Contas a receber	5	682	804
Demais contas a receber	6	344	351
Total do ativo circulante		4.362	2.168
Não Circulante			
Contas a receber	5	1.247	1.737
Impostos a compensar		20	5
Demais contas a receber	6	1.486	1.758
Propriedades para investimento	7	82.219	83.252
Total do ativo não circulante		84.972	86.752
Total do Ativo		**89.334**	**88.920**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		3	79
Impostos e contribuições a recolher		154	147
Adiantamentos de clientes		601	112
Dividendos a pagar	8.c.	62	54
Total do passivo não circulante		820	392
Não Circulante			
Impostos e contribuições diferidos	13	105	146
Total do passivo não circulante		105	146
Patrimônio Líquido			
Capital social	8 a.	84.393	84.393
Reserva Legal	8.c.	2.273	2.271
Reserva de lucros	8.b.	1.743	1.718
Total do patrimônio líquido		88.409	88.382
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**89.334**	**88.920**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		84.393	2.256	1.556	-	88.205
Lucro do exercício	8.b	-	-	-	231	231
Reserva legal	8.c	-	15	-	(15)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	(54)	(54)
Reserva de lucros		-	-	162	(162)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		84.393	2.271	1.718	-	88.382
Lucro do exercício	8.b	-	-	-	35	35
Reserva legal	8.c	-	2	-	(2)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	(8)	(8)
Reserva de lucros		-	-	25	(25)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		84.393	2.273	1.743	-	88.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	9	3.331	4.789
Custos	10	(4.244)	(3.701)
Lucro Bruto		(913)	1.088
Receitas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	10	(434)	(306)
Gerais e administrativas	10	(53)	(178)
Outras receitas operacionais		37	-
		(450)	(484)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		(1.363)	604
Receitas Financeiras	11	1.963	176
Despesas financeiras	11	(105)	(8)
Resultado financeiro		1.858	168
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		495	772
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	12	(479)	(529)
Diferidos		19	(12)
		(460)	(541)
Lucro Líquido do Exercício		35	231
Lucro Básico por Mil Ações - R$	14	0,00041	0,0030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	35	231
Resultado Abrangente Total do Exercício	35	231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	495	772
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais:		
Depreciação das propriedades para investimento	1.033	1.033
Linearização de Receita	613	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos:		
Contas a receber	(1)	(433)
Impostos e contribuições a compensar	(15)	34
Demais contas a receber	279	196
(Decréscimo) acréscimo em passivos:		
Fornecedores	(76)	(20)
Impostos e contribuições a recolher	17	(90)
Impostos e contribuições diferidos	(41)	26
Adiantamento de clientes	489	112
Demais contas a pagar	-	61
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.793	1.691
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) Pagos	(470)	(602)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	2.323	1.089
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Redução de capital	-	(1.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(1.500)
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.323	(411)
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.013	1.424
No final do exercício	3.336	1.013
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.323	(411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais (R$), exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Bromélia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 21 de novembro de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e possui como atividades preponderantes o desenvolvimento, a venda e a locação de propriedades comerciais e outros correlatos. A Syn Prop e Tech S.A. ("SYN") é a companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão.

2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional:** Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeirass foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: a) Vida útil das propriedades para investimentos: As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos preparados pela Companhia, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. b) Provisões para contigências fiscais, civeis e trabalhistas: As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo como o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. c) Perdas relacionadas a contas a receber: Adotamos como política a provisão para perda quando identificada uma incerteza significativa, usualmente parcelas vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. A Companhia faz análise do contas a receber em conjunto com a análise do cenário macroeconomico para definir percentual utilizado para o cálculo da perda esperada do contas a receber. d) Instrumentos financeiros: Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a qual, é influênciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 15. e) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento: Utilizamos como método renda de fluxo de caixa descontadopara definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 7. **2.3.2 Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.3.3. Apuração e apropriação do resultado de locação de imóveis:** As receitas de locação de unidades imobiliárias comerciais são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Compondo as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o pronunciamento técnico CPC 6 - Arrendamentos (R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações. **2.3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivalente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR" **2.3.5. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa:** Incluem aluguéis a receber por locação de imóveis. A linearização da receita consiste em reconhecer a receita de forma linear, devido à diferença entre os períodos de pagamentos e os períodos de carência aplicados de acordo com cada contrato. Caso necessário é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.3.6. Propriedades para investimento:** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7. As taxas de depreciação levam em consideração os prazos de vida útil-econômica dos ativos, os quais são revisados anualmente. Em 31 de dezembro de 2023, a vida útil remanescente do ativo é de 53 anos. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável destes ativos e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. **2.3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Companhia é optante pelo lucro presumido por regime de caixa. Este regime é aplicável às sociedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R$78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 8% e 12% respectivamente, sobre as receitas brutas recebidas de incorporação imobiliária (32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos impostos e contribuição. **2.3.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.11. Instrumentos financeiros:** a) Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia compreende os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, entre outros. A Companhia reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b) Ativos financeiros. Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o contas a receber e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Contemplam caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. c) Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem, fornecedores, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.3.12. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponíveis no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria).

3. Pronunciamentos Contábeis: 3.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2	Divulgação de Politicas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

3.2. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Companhia não identificou nenhum impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam em 100% em 31 de dezembro de 2022 e de 2021) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria valor justo por meio do resultado - VJR

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	5	6
Aplicações Financeiras	3.331	1.007
Total caixa e equivalentes de caixa	3.336	1.013

5. Contas a Receber: Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Locação	370	369
Linearização de Receita (a)	1.559	2.172
Total saldo a receber	1.929	2.541
Circulante	682	804
Não Circulante	1.247	1.737

(a) Método contábil conforme o pronunciamento técnico CPC 6 - Arrendamentos (R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. A Companhia avaliou o seu aging de contas a receber e não houve necessidade de provisao para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adota como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando identifica uma certeza significativa, usualmente parcelas vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

2025	312
2026	312
2027	312
2028	311
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.247

6. Demais Contas a Receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Allowance (a)	1.652	1.819
Comissões	178	290
Total saldo a receber	1.830	2.109
Circulante	344	351
Não Circulante	1.486	1.758

(a) Contas a receber de gastos referentes às adequações das salas alugadas, e amortizados com base no contrato de locação.

7. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são assim representados:

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2022	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2023
Edifícios	2,0% a 2,7%	50.750	-	(958)	49.792
Terrenos		28.496	-	-	28.496
Benfeitorias	2,00%	4.006	-	(75)	3.931
Total		83.252	-	(1.033)	82.219

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2021	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2022
Edifícios	1,85%	51.708	-	(958)	50.750
Terrenos		28.496	-	-	28.496
Benfeitorias	1,74%	4.081		(75)	4.006
Total		84.285	-	(1.033)	83.252

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento, calculado anualmente, para fins de análise de recuperabilidade.

Propriedades	Valor Justo em 31/12/2023	Valor Contábil em 31/12/2023	Mais valia bruta não registrada
CEO	113.065	82.219	30.846

A avaliação para o edifício CEO foi efetuada internamente em 31 de dezembro de 2023, utilizou-se o método de renda para a determinação de valor de mercado, apontado a seguir: Método da renda - fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel atual, com base nos contratos de locação vigentes, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. Para a determinação do valor de mercado do empreendimento foi criado um fluxo de caixa considerando o período de apuração, totalizando uma projeçao de 10 anos. A mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos "inputs" utilizados. Para a avaliação do ativo, foi utilizado como premissas as seguintes taxas:

Indicadores	Taxas 2023
Crescimento da Receita	13,27%
Inadimplência	0,00%
Desconto sobre locação	-1,20%
Vacância Financeira	3,51%
Taxa de Adm./Receita total	2,81%
Taxa de desconto	9,20%
Cap. Rate médio	9,20%

8. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social é de R$84.393 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, representado por 84.391.821 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Reserva de lucros: Nesta conta são registrados os resultados acumulados desde o início das atividades, totalizando R$1.741 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.718 em 31 de dezembro de 2022). c) Destinação do lucro líquido do exercício: O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 25% para dividendos mínimos obrigatórios.

	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	35
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(2)
Resultado do exercício após constituição de reserva legal	33
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(8)
Retenção de lucros após dividendos mínimos 2023	25

9. Receita Líquida: Abaixo segue conciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas demonstrações dos resultados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Locação de imóveis	4.087	4.986
Linearização de receitas	(613)	393
Receita Bruta	3.474	5.379
Impostos incidentes sobre vendas, locação e serviços	(143)	(590)
Receita liquida	3.331	4.789

10. Custos e Despesas por Natureza: A seguir as despesas e os custos classificados de acordo com a natureza, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Custos Diretos		
Área Vagas	(3.144)	(2.653)
Manutenção	(67)	(15)
Depreciação e Amortização	(1.033)	(1.033)
Total Custos	(4.244)	(3.701)
Despesas Comerciais		
Comissões	(267)	(139)
Allowance	(167)	(167)
Despesas Gerais e Administrativas		
Serviços Profissionais e Contratados	(53)	(61)
Outras Despesas	-	(117)
Total despesas comerciais e administrativas	(487)	(484)
Despesas Comerciais	(434)	(306)
Gerais e administrativas	(53)	(178)
Total Custos e Despesas	(4.731)	(4.185)

11. Resultado Financeiro: O resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim constituídos:

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	(5)	(5)
Multas e Juros diversos	-	(3)
Demais despesas bancárias	(100)	-
Total despesas financeiras	(105)	(8)
Receitas Financeiras		
Renda de aplicação financeira	330	176
Demais receitas financeiras (a)	1.633	-
Total receitas financeiras	1.963	176
Resultado Financeiro	1.857	168

(a) Refere-se a multa e juros de rescisão antecipada de locatário.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com os valores calculados pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como se segue:

	Imposto Corrente 2023 Imposto de renda	Imposto Corrente 2023 Contribuição Social	Imposto Corrente 2022 Imposto de renda	Imposto Corrente 2022 Contribuição Social
Recebimentos de locação	3.474	3.474	5.379	5.379
Receitas financeiras operacionais	1.633	1.633	-	-
Presunção (32%)	1.634	1.144	1.721	1.721
Receitas financeiras	330	330	176	176
Base de cálculo	1.964	1.964	1.897	1.897
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	15%	9%	15%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	295	133	284	171
Adicional de imposto de renda (10%)	51	-	74	-
Imposto de renda e contribuição social	346	133	358	171

13. Impostos e Contribuições Diferidos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo da Linearização	1.559	2.172
PIS	10	15
COFINS	47	65
IRPJ	31	43
CSLL	17	23
Total dos Impostos Diferidos	105	146

14. Lucro por Ação: O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do lucro, portanto o lucro diluído é equivalente ao lucro básico.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	35	230
Média ponderada de ações	84.391.821	84.391.821
Lucro básico por ação - em R$	0,0004	0,003

15. Instrumentos Financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderencia dos limites definidos. a. Riscos de crédito: As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda, sejam em shopping centers, edifícios comerciais ou galpões, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. Como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Companhia considera as parcelas vencidas acima de 360 dias. Esse critério foi definido após análise detalhada do histórico de comportamento do contas a receber dos clientes, no qual foram avaliados as perdas efetivas de acordo com o aging do contas a receber nos últimos 5 anos. A partir de 2018, também adotamos um critério para determinar o percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. Esse percentual também foi definido através da análise do comportamento do contas a receber dos clientes associado a análise das projeções de indicadores econômicos relacionados ao nosso segmento de mercado. A Companhia não viu necessidade de constituição em 2023 e 2022, visto que possui seguro fiança como garantias. b. Riscos de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia garante a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia. Os vencimentos dos instrumentos financeiros de fornecedores são conforme segue:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3	-	-	-	3
	3	-	-	-	3

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	79	-	-	-	79
	79	-	-	-	79

c. Riscos de mercado: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa 4.

• Risco de taxa de juros

Ativo

Índice	Risco	Base 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível - stress 25%	Cenário remoto - stress 50%
			11,75%	8,81%	5,88%
CDI	Decréscimo do Índice	3.336	392	294	196

Ativo: Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,75% ao ano com base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central. d. Valorização dos instrumentos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença significativa para o valor de mercado.

e. Categoria dos instrumentos financeiros

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Classificação CPC 48
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.336	1.013	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	1.929	2.541	Custo Amortizado
Passivos financeiros			
Fornecedores	3	79	Custo Amortizado

f. Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía operações de derivativos.

16. Gestão de Capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A dívida líquida é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa:

Dívida bruta	31/12/2023	31/12/2022
Total do Passivo	926	537
Total da dívida bruta	926	537
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.336)	(1.013)
Dívida líquida	(2.411)	(476)
Patrimônio líquido	88.409	88.382
Dívida líquida/PL	(2,73%)	(0,54%)

17. Contingência: A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A companhia possui processos julgados com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2023 em R$114 (R$101 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo segregação dos saldos por natureza:

Possíveis	31/12/2023	31/12/2022
Cível	114	101
Total	114	101

18. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são: (a) Estrutura e incêndio, Edifício CEO: R$470.919.

19. Partes Relacionadas: Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Não houve qualquer pagamento para os administradores em 2023 e 2022.

20. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de abril de 2024.

Hector Bruno Franco de Carvalho Leitão - Diretor Financeiro

Contador: **Arthur Ricardo Araujo Jordão de Magalhães**

CRC SP - 291608/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas e Administradores da

Bromélia Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Bromélia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bromélia Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1 SP 289690/O-0

Deloitte.

Teto de juros do consignado do INSS cairá para 1,68% ao mês

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou na quarta-feira (28) o novo limite de juros de 1,68% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o limite atual, de 1,72% ao mês, nível que vigorava desde fevereiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,55% para 2,49% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no *Diário Oficial da União*, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de março, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 11,25% para 10,75% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse que a pasta acompanha o movimento a fim de propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Assim como nas últimas reuniões, os bancos têm votado contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro. Em fevereiro, as instituições financeiras conseguiram aprovar um dispositivo que insere, como referência para o crédito consignado, a taxa do Depósito Interbancário (DI) no prazo médio de dois anos. Esse indicador é tradicionalmente usado para calcular os rendimentos das aplicações em renda fixa.

Com o novo teto, os bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do INSS para continuarem a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), o Banco do Nordeste cobra 1,76% ao mês; e o Banco do Brasil, 1,74% ao mês. O Banco da Amazônia cobra 1,77% ao mês.

Como estão acima do teto atual, essas taxas na prática significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. Entre os bancos federais, apenas a Caixa cobra menos que o limite atual de 1,72% ao mês, com taxa de 1,71% ao mês, mas a instituição terá de reduzir a taxa para enquadrar-se no novo teto.

O limite dos juros do crédito consignado do INSS foi objeto de embates no ano passado. Em março de 2023, o CNPS reduziu o teto para 1,7% ao ano. A decisão opôs os ministérios da Previdência Social e da Fazenda.

Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras. Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

A decisão coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse e, no fim de março do ano passado, decidiu pelo teto de 1,97% ao mês. O Ministério da Previdência defendia teto de 1,87% ao mês, equivalente ao cobrado pela Caixa Econômica Federal antes da suspensão do crédito consignado para os aposentados e pensionistas. A Fazenda defendia um limite de 1,99% ao mês, que permitia ao Banco do Brasil, que cobrava taxa de 1,95% ao mês, retomar a concessão de empréstimos. (Agência Brasil)

CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A.

CNPJ n. 03.999.246/0001-07 | Rua Iubatinga, 258 – Vila Andrade – SP

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por solicitação da Sra. Presidente e de acordo com o estatuto social da CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A., ficam convocados os Srs. Diretores, a comparecerem em reunião que se realizará no dia 02 de maio de 2024, às 9h30 min em primeira convocação, nas dependências da CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A. a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte: **ORDEM DO DIA** 1. Eleição da Diretoria. 2. Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia. A reunião instalar-se-á em primeira chamada, às 9h30 min com o quórum previsto no estatuto social, ou em segunda chamada às 10h00, com qualquer número de diretores presentes. São Paulo, 19 de abril de 2024. Ana Paula Chagas Arruda - Diretora Presidente. CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1092456-74.2022.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ricardo Augusto Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SALESOLUTION TRADE MARKETING SERVICOS LTDA, CNPJ nº12.611.618/0001-77 que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por parte de Fator X Cosmeticos Eirelli, CNPJ 21.089.113/0001-85 em face de Wilson Celitti Junior, CPF 153.309.998-71; José Flavio de Campos Vergal Júnior, CPF277.265.528-83; Quest Indústria de Perfumes e Cosméticos Ltda. – Epp, CNPJ22.948.702/0001-34, com fundamento em Instrumento de Confissão de Dívida, foi realizada a PENHORA de quotas sociais das quais o executado WILSON CELITTIJUNIOR é titular na empresa "Salesolution Trade Marketing Serviços Ltda". Encontrando-se a terceira interessada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, a fim de que, no prazo de 03 meses, nos termos do artigo 861 da lei13.105/15, promova os atos necessários à aquisição ou liquidação das quotas, depositando em conta judicial o valor correspondente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

CERRADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 13.619.137/0001-70 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2023.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	578	440
Contas a receber	5	1.692	2.203
Adiantamento a fornecedores		284	284
Mútuos a receber	7	1.836	519
Demais contas a receber	6	2.052	3.850
Total do ativo circulante		**6.442**	**7.296**
Não Circulante			
Contas a receber	5	3.233	3.701
Créditos com parceiros nos empreendimentos		728	1.813
Mútuo a receber	6	2.535	2.077
Impostos a compensar		43	36
Demais contas a receber	7	3.776	2.632
Propriedades para investimento	8	227.029	230.295
Imobilizado		4	2
Total do ativo não circulante		**237.348**	**240.556**
Total do Ativo		**243.790**	**247.852**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	9	1.209	829
Impostos e contribuições a recolher		110	91
Débitos com parceiros nos empreendimentos		200	200
Receita res-sperata (cessão de direito de uso) a apropriar	10	3	-
Demais contas a pagar		324	1.265
Total do passivo circulante		**1.846**	**2.385**
Não Circulante			
Impostos e contribuições diferidos		1	3
Receita res-sperata (cessão de direito de uso) a apropriar	10	3	16
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	847	443
Total do passivo não circulante		**851**	**462**
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	338.971	327.846
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.826	11.541
Prejuízos acumulados	11	(102.704)	(94.382)
Total do patrimônio líquido		**241.093**	**245.005**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**243.790**	**247.852**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**313.816**	**(83.247)**	**-**	**230.569**
Prejuízo do exercício	11	-	(11.135)	-	(11.135)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	25.571	25.571
Aumento de capital	11	14.030	-	(14.030)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**327.846**	**(94.382)**	**11.541**	**245.005**
Aumento de Capital	11	11.125	-	(11.125)	-
Prejuízo do exercício	11	-	(8.322)	-	(8.322)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	4.410	4.410
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		**338.971**	**(102.704)**	**4.826**	**241.093**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	12	**7.937**	**3.851**
Custos	13	**(14.100)**	**(13.058)**
Prejuízo Bruto		**(6.163)**	**(9.207)**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	13	(1.609)	(1.437)
Gerais e administrativas	13	(1.255)	(1.213)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(94)
		(2.864)	**(2.744)**
Prejuízo antes do Resultado Financeiro		**(9.027)**	**(11.951)**
Receitas financeiras	14	708	828
Despesas financeiras	14	(3)	(12)
Resultado financeiro		705	816
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(8.322)**	**(11.135)**
Prejuízo Líquido do Exercício		**(8.322)**	**(11.135)**
Prejuízo Básico por Ações - R$	15	**(0,02264)**	**(0,0303)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo Líquido do Exercício	**(8.322)**	**(11.135)**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(8.322)**	**(11.135)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.322)	(11.135)
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação das propriedades para investimento	4.118	4.095
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(469)	(1.043)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	404	169
Linearização dos descontos COVID-19	(174)	(29)
Linearização de receita	200	507
Decréscimo (acréscimo) em ativos:		
Contas a receber	1.422	(739)
Impostos e contribuições a compensar	(7)	(5)
Mútuos a receber	(1.775)	238
Créditos com parceiros nos empreendimentos	1.085	(783)
Demais contas a receber	654	(1.805)
(Decréscimo) acréscimo em passivos:		
Fornecedores	380	(365)
Impostos e contribuições a recolher	19	15
Impostos e contribuições diferidos	(2)	(4)
Res-sperata a apropriar	(10)	5
Demais contas a pagar	(941)	1.265
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	**(3.418)**	**(9.614)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Acréscimo das propriedades para investimento	(852)	(1.410)
Acréscimo do imobilizado	(2)	(1)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(854)**	**(1.411)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.410	11.126
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	**4.410**	**11.126**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**138**	**101**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	440	339
No final do exercício	578	440
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**138**	**101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 11 de março de 2011 sob o nome de CCP Jamaris Empreendimentos Imobiliários Ltda., e foi transformada em sociedade anônima de capital fechado em 11 de junho de 2013, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia possui como atividade preponderante o desenvolvimento e locação de shopping Center. A Syn Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão. Em 31 de dezembro de 2023 não houve pagamentos referentes a remuneração da administração. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional:** Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Principais práticas contábeis: 2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a) Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas de nossos ativos montados em propriedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. **b) Provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **c) Perdas relacionadas a contas a receber:** A Companhia adota a perda esperada como política de perda para crédito de liquidação duvidosa. O contas a receber dos locatários com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contas a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica para cada Shopping, este percentual foi avaliado considerando também as considerações econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir:

Shopping	Percentual de perda histórica aplicada ao contas a receber em aberto e a vencer abaixo de 360 dias
Shopping Center Cerrado	0,7%

d) Instrumentos financeiros: Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a qual, é influênciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 15. **e) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:** Utilizamos como método renda de fluxo de caixa descontado para definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 7. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.3.2. Apuração e apropriação do resultado de locação de imóveis:** As receitas de locação de shopping centers são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Compondo as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o CPC 06 (R2) - Arrenda1mentos para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações. **2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivaente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR". **2.3.4. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa:** Incluem os aluguéis a receber, bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso dos lojistas dos Shoppings Centers, além dos valores correspondentes à venda de unidades imobiliárias. Foi constituída provisão, de acordo com a prática descrita no item 2.3.1.c, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.3.5. Propriedades para investimento:** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7. As taxas de depreciação levam em consideração os prazos de vida útil-econômica dos ativos, os quais são revisados anualmente. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável destes ativos e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023 a vida util remanescente do ativo é de 54 anos. **2.3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.3.7. Imobilizado:** Composto por bens tangíveis, destinados para fins administrativos e registrados ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada destes ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos ativos. **2.3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R$240), e a contribuição social pela alíquota de 9%. Conforme facultado pela legislação tributária, Companhias cujo faturamento anual do exercício anterior, tenha sido inferior a R$78.000, podem optar pelo regime de lucro presumido, a Companhia em questão é calculada pelo lucro real. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para as receitas brutas de locação é calculada à razão de 32% e para as receitas com vendas de imóveis as bases são 8% e 12% respectivamente (100% para ambos os tributos quando a receita for proveniente dos ganhos financeiros O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. **2.3.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.3.11. Instrumentos financeiros: a) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia compreende os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, financiamentos, entre outros. A Companhia reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o contas a receber, e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **c) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.3.12. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponíveis no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria).

3. Pronunciamentos Contábeis: 3.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No Exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

3.2. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Companhia não identificou nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam em 100% em 31 de dezembro de 2023 e 2022) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado - VJR.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	86	20
Aplicações Financeiras	492	420
Total caixa e equivalentes de caixa	**578**	**440**

5. Contas a Receber: Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Locação	7.231	6.797
Descontos a apropriar (b)	192	2.074
Subtotal saldo a receber	7.423	8.871
Provisão para créditos liquidação duvidosa (a)	(2.498)	(2.967)
Total saldo a receber	**4.925**	**5.904**
Circulante	1.692	2.203
Não Circulante	3.233	3.701

(a) A Companhia adota a perda esperada como política de perda para crédito de liquidação duvidosa. O contas a receber dos locatários com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contas a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica para cada Shopping, este percentual foi avaliado considerando também as considerações econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir:

Shopping	Percentual de perda histórica aplicada ao contas a receber em aberto e a vencer abaixo de 360 dias
Shopping Cerrado	0,7%

(b) Durante o período da pandemia de COVID-19, que trouxe impactos diretos nas operações da Companhia, a Administração optou por oferecer descontos de até 100% nos valores locatícios, vinculados ao pagamento adimplente das despesas de condomínio comum dos shoppings. Ainda em 2020 e em 2021, a Companhia ofereceu descontos individuais por lojas todos os meses. Dessa forma, essa condição foi tratada como uma modificação do fluxo do contrato de arrendamento e, consequentemente, resultará em um reconhecimento de seus efeitos de forma linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, como previsto pelo CPC 06(R2) /IFRS 16. O saldo de locação a receber em 31 de dezembro de 2023 tem a seguinte composição, por vencimento: A abertura do "aging" por vencimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	4.739	5.484
Vencido até 30 dias	44	22
Vencido até 60 dias	15	25
Vencido até 90 dias	66	15
Vencido até 180 dias	16	23
Vencido até 360 dias	115	763
Vencidos a mais de 360 dias	2.428	2.539
Total	**7.423**	**8.871**

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	662
2025	576	471
2026	428	484
2027	517	641
2028	1.712	1.443
Saldo de longo prazo	**3.233**	**3.701**

6. Demais Contas a Receber: Representadas por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
"Allowance" (a)	5.429	5.995
Comissões	399	487
Total saldo a receber	**5.828**	**6.482**
Circulante	2.052	3.850
Não Circulante	3.776	2.632

Contas a receber de gastos referentes às adequações das salas alugadas, são amortizados com base no contrato de locação.

7. Mútuos a Receber: Os contratos de mútuos são firmados com alguns locatários, com o objetivo de que eles utilizem o montante para efetuar reformas necessárias no bem locado. O valor emprestado deverá ser devolvido para a locadora conforme condições estabelecidas em cada contrato, sem correção monetária. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$4.371 (R$ 2.596 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Mútuos a Receber	4.371	2.596
Total mútuo a receber	**4.371**	**2.596**
Circulante	1.836	519
Não Circulante	2.535	2.077

8. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo e posteriormente depreciadas e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim representados:

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2022	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2023
Edifícios	1,85%	216.958	-	(4.018)	212.940
Terrenos		8.441	-	-	8.441
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,85%	4.896	852	(100)	5.648
Total		**230.295**	**852**	**(4.118)**	**227.029**

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento.

Propriedades	Valor Justo em 31/12/2023	Valor Contábil em 31/12/2023	Mais valia bruta não registrada
Shopping Cerrado	301.319	227.029	74.290

• A avaliação para o Shopping Cerrado foi refeita internamente em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 utilizou-se o método abaixo para a determinação de valor de mercado: • Método da renda - fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel atual, com base nos contratos de locação vigentes, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. • A mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos "inputs" utilizados. • Para nossa avaliação deste ativo, nós utilizamos como premissas as seguintes taxas:

Indicadores	Média Ponderada 2023
Crescimento da Receita	12,9%
Inadimplência	1,2%
Desconto médio sobre aluguel	13,5%
Vacância Financeira	4,2%
Taxa de desconto	9,2%

Utilizou-se como premissa para os shopping Cerrado a taxa de desconto real.

9. Fornecedores: Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores caução	871	785
Fornecedores de bens e serviços	338	44
Total	**1.209**	**829**

10. Res Sperata (Cessão de Direito de Uso) a Apropriar: O saldo de res-sperata a apropriar refere-se à cessão de direito de utilização do espaço imobiliário devido pelos lojistas a partir da assinatura do contrato de locação dos pontos comerciais. Esses valores são faturados de acordo com o prazo previsto em contrato, e são reconhecidos de forma linear no resultado obedecendo ao prazo do aluguel, a partir do momento em que o shopping entra em operação. Em 31 de dezembro de 2023 este saldo é de R$6 (R$16 em 31 de dezembro de 2022).

Receita res-sperata (cessão de direito de uso) a apropriar	6	16
Total saldo a receber	**6**	**16**
Circulante	3	-
Não Circulante	3	16

11. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social é de R$338.971 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 327.846 em 31 de dezembro de 2022) representado por 378.740.620 ações sendo, 321.929.527 ordinárias, e 56.811.093 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023 e (em 31 de dezembro de 2022 representado por 367.615.686 ações sendo, 312.473.078 ordinárias, e 55.142.308 ações preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas confere ao seu titular o poder de veto em relação a matérias relacionadas: • Alteração do objeto social da Companhia, bem como fusão, cisão parcial ou total, incorporação e extinção; • Alteração dos direitos das ações preferenciais previstos no estatuto social, e alteração das regras estatutárias relativas a distribuição de dividendos; • Alienação ou utilização de imóvel em operações diversas daquelas que consituem o objeto social da Companhia; • Emissão de debentures, de qualquer espécie, pela Companhia, bem como quaisquer outros títulos que constituam obrigações para a Companhia; Confere também ao seu titular prioridade no reembolso do capital quando da liquidação da Companhia, sem prêmio, de acordo com o inciso II, art. 17 da Lei nº 6.404/76. **b) Prejuízos acumulados:** Nesta conta são registrados os prejuízos acumulados desde o início das atividades, totalizando R$102.704 em 31 de dezembro de 2023 (R$94.382 em 31 de dezembro de 2022). **c) Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. • O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, será destinado para reserva de lucros, mediante orçamento de capital. Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d) Adiantamento para futuro aumento de capital:** O aumento de capital ocorrido em 2023, no montante de R$11.125, foi feito por meio de conversão de adiantamento para futuro aumento de capital.

12. Receita Líquida: Abaixo segue conciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas demonstrações dos resultados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	11.854	10.207
Locação de imóveis	11.840	10.178
Res sperata (cessão de direito de uso)	14	29
Deduções sobre a receita	(3.917)	(6.356)
Descontos Linearizados (Covid) (a)	(174)	(29)
Descontos Concedidos	(2.915)	(5.859)
Impostos incidentes sobre locação	(828)	(468)
Receita líquida	7.937	3.851

(a) Os descontos concedidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram impactados pelos descontos relacionados a Covid-19, que estão descritos na nota explicativa 5.b.

13. Custos e Despesas por Natureza: A seguir as despesas e os custos classificados de acordo com a natureza, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Custos de Locação	(14.100)	(13.058)
Custos Diretos:		
Área Vagas	(9.291)	(8.889)
Manutenção	(691)	(74)
Depreciação e Amortização	(4.118)	(4.095)
Total Custos	(14.100)	(13.058)
Despesas Comerciais	(1.609)	(1.437)
Comissões	(497)	(513)
"Allowance"	(1.581)	(1.967)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	469	1.043
Despesas Gerais e Administrativas	(1.255)	(1.213)
Serviços Profissionais e Contratados	(590)	(699)
Outras Despesas	(665)	(514)
Total Despesas	**(2.864)**	**(2.650)**
Total Custos e Despesas	**(16.964)**	**(15.708)**

14. Resultado Financeiro: O resultado financeiro para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim constituídos:

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras	708	828
Juros Ativos	4	16
Renda de aplicação financeira	56	37
Variação monetária e juros ativos	622	815
Demais receitas financeiras	26	(40)
Despesas Financeiras	(3)	(12)
Demais despesas bancárias	(3)	(12)
Resultado Financeiro	705	816

15. Prejuízo por Ação: O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do prejuízo, portanto o prejuízo diluído é equivalente ao prejuízo básico.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(8.322)	(11.135)
Quantidade média de ações em circulação	378.740.620	367.615.386
Prejuízo básico por ação - em R$	(0,02197)	(0,03030)

16. Instrumentos Financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderencia dos limites denifidos. **a) Riscos de crédito:** As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda, sejam em shopping centers, edifícios comerciais ou galpões, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. Como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Companhia considera as parcelas vencidas acima de 360 dias. Esse critério foi definido após análise detalhada do histórico de comportamento do contas a receber dos clientes, no qual foram avaliados as perdas efetivas de acordo com o "aging" do contas a receber nos últimos 5 anos. A partir de 2018 também adotamos um critério para determinar o percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. Esse percentual também foi definido através da análise do comportamento do contas a receber dos clientes associado a análise das projeções de indicadores econômicos relacionados ao nosso segmento de mercado. A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício, veja nota explicativa n° 5. **b) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	1.209	-	-	-	1.209
	1.209	**-**	**-**	**-**	**1.209**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	829	-	-	-	829
	829	**-**	**-**	**-**	**829**

c) Riscos de mercado: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

d) Risco de taxa de juros

Ativo

Índice	Risco	Base 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível - "stress" 25%	Cenário remoto - "stress" 50%
			11,75%	8,81%	5,88%
CDI	Decréscimo do Índice	578	68	51	34

Índice	Risco	Base 31/12/2022	Cenário provável	Cenário possível - "stress" 25%	Cenário remoto - "stress" 50%
			13,75%	10,31%	6,88%
CDI	Decréscimo do Índice	440	61	45	30

Em 31 de dezembro de 2023 definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,75% ao ano com base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central (13,75% em 31 de dezembro de 2022). **e) Valorização dos instrumentos financeiros**: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

f) Categoria dos instrumentos financeiros

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Tipo de Mensuração
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	578	440	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	4.925	4.343	Custo Amortizado
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.209	829	Custo Amortizado

g) Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía operações de derivativos.

17. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida o total do passivo menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa):

Dívida bruta	31/12/2023	31/12/2022
Total do Passivo	2.697	2.847
Total da dívida bruta	2.697	2.847
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(578)	(440)
Dívida líquida	2.119	2.407
Patrimônio líquido	241.093	245.005
Dívida líquida/PL	(0,88%)	(0,98%)

18. Provisão para Riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas: A Companhia em 31 de dezembro de 2023 apresenta provisões de natureza cível e trabalhistas, no total de R$847, com base na análise de riscos realizada pela administração e assessores jurídicos (R$443 em 31 de dezembro de 2022). Os processos julgados com probabilidade de perda possível de natureza tributária, trabalhista e cível, somam o montante de R$6.294 em 31 de dezembro de 2023 (R$4.255 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo segregação dos saldos por natureza:

Prováveis	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	847	306
Cível	-	137
Total	**847**	**443**

Possíveis	31/12/2023	31/12/2022
Tributário	5.610	3.363
Trabalhista	261	142
Cível	423	750
Total	**6.294**	**4.255**

19. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são: (a) Estrutura e incêndio, edifício Shopping Center Cerrado: R$323.850.

20. Eventos Subsequentes: a) Em 7 de fevereiro de 2024, a controladora SYN Prop e Tech S.A. assinou "Instrumento Particular de Compromisso de Permuta e Outras Avenças" e "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", segundo os quais, de um lado, (i) a SYN receberá ações representativas de 37,50% do capital social da Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. (CNPJ/MF nº 09.597.890/0001-35) ("Marfim"), a qual é detentora de 100% do Tietê Plaza Shopping e aproximadamente R$ 19 milhões de dívida bruta atrelada a esta participação – pelo que a Companhia passará a ser titular de 62,50% do capital social da Marfim, e, consequentemente, de 62,50% do Tietê Plaza Shopping; (ii) a SYN receberá ações representativas de 37,50% do capital social da Caliandra Empreendimentos Imobiliários S.A (CNPJ/MF n° 11.392.899/0001-51) ("Caliandra"), a qual, por sua vez, é indiretamente proprietária de 85% do Shopping Cerrado – pelo que a Companhia passará a ser titular de 100% do capital social da Caliandra, e, consequentemente, de 85% do Shopping Cerrado. E, de outro lado, (iii) a SYN transferirá cotas representativas de 20% do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário JK D (CNPJ/MF nº 23.533.796/0001-43) – o qual, direta ou indiretamente, é proprietário ou usufrutuário da Torre D do Condomínio WTorre JK, e de 20% do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário JK E (CNPJ/MF nº 23.532.837/0001-87) – o qual, direta ou indiretamente, é proprietário ou usufrutuário da Torre E do Condomínio WTorre JK e aproximadamente R$ 79 milhões de dívida bruta atrelada a estas participações – pelo que a Companhia passará a deter 10% das cotas de cada um dos referidos fundos; (iv) por fim, a SYN pagará, ao todo, em moeda corrente nacional o valor aproximado de R$57 milhões, sujeito a ajuste em decorrência de variação do saldo do endividamento líquido de tais fundos. A consumação dessa transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, como por exemplo uma reorganização societária prévia e a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **b) Transação shoppings:** A controladora SYN Prop e Tech S.A., assinou com o fundo imobiliário XP Malls (XPML11, na bolsa) um Memorando de Entendimentos, que é o primeiro passo no processo de venda de parte do nosso portfólio de shoppings, conforme abaixo: • 51% do Grand Plaza Shopping, localizado em Santo André/SP. • 32% do Shopping Cidade São Paulo, localizado em São Paulo/SP. • 70% do Shopping Metropolitano Barra, localizado no Rio de Janeiro/RJ. • 52,5% do Tietê Plaza Shopping, localizado em São Paulo/SP. • 85% do Shopping Cerrado, localizado em Goiânia/GO. • 23% do Shopping D, localizado em São Paulo/SP.

Empreendimento	Participação SYN atual	Participação SYN remanescente	Var. (p.p.)
Grand Plaza	61,41%	10,41%	-51,0
Shopping Cidade São Paulo	92,00%	60,00%	-32,0
Shopping Metropolitano Barra	80,00%	10,00%	-70,0
Tietê Plaza Shopping	62,50%	10,00%	-52,5
Shopping Cerrado	85,00%	0,00%	-85,0
Shopping D	31,59%	8,59%	-23,0

O valor total da transação é de R$1.850.000.000,00 a serem pagos da seguinte forma: • Sinal de R$300.000.000,00 já recebido em função da assinatura do MOU vinculante. • 1ª Parcela de R$630.000.000,00 na assinatura dos compromissos de compra e venda. • 2ª Parcela de R$370.000.000,00 em dez/24, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda. • 3ª Parcela de R$550.000.000,00 em dez/25, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda.

21. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 5 de abril de 2024.

Hector Bruno Franco de Carvalho Leitão - Diretor Financeiro

Contador: **Arthur Ricardo Araujo Jordão de Magalhães** - CRC SP - 291608/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas e Administradores da Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cerrado Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1 SP 289690/O-0

Deloitte.

Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios

O déficit habitacional do Brasil totalizou 6 milhões de domicílios em 2022, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Em termos absolutos, na comparação com 2019 (5.964.993), houve um aumento de cerca de 4,2% no total de déficit de domicílios.

Os dados foram divulgados na quarta-feira (24) pela Fundação João Pinheiro (FJP), instituição responsável pelo cálculo do déficit habitacional do Brasil em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

A predominância do déficit habitacional no país é em famílias com até dois salários-mínimos de renda domiciliar (R$ 2.640), prioritariamente aquelas da Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal (74,5%). No resultado geral do indicador, o componente ônus excessivo com o aluguel urbano (famílias com renda domiciliar de até três salários-mínimos que gastam mais de 30% de sua renda com aluguel) se destaca, com 3.242.780 de domicílios, o que representa 52,2% do déficit habitacional.

As mulheres aparecem como 62,6% do total de responsáveis pelos domicílios (3.892.995) e as pessoas negras (exceto na região Sul do Brasil) são maioria em praticamente todos os componentes, consequentemente, no próprio déficit habitacional.

O déficit habitacional absoluto por região é de 773.329 no Norte do Brasil; 1.761.032 no Nordeste; 499.685 no Centro-Oeste; 2.433.642 no Sudeste e 737.626 na região Sul.

Regionalmente, as habitações precárias (domicílios improvisados ou rústicos) são o principal componente responsável pelo déficit habitacional no Norte (42,8%) e Nordeste (39,9%), onde há maior relevância do déficit habitacional rural. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, o predomínio é do ônus excessivo com o aluguel urbano.

"A gente teve um período recente sem política pública de moradia, houve a crise sanitária e econômica, muitas famílias ficaram sem renda. O principal componente do déficit habitacional é o ônus excessivo por aluguel, as famílias que gastam mais de 30% da sua renda com aluguel. Essas famílias são a maioria das que integram esse déficit, têm necessidade de uma nova moradia", disse a diretora executiva da ONG Habitat para a Humanidade Brasil, Socorro Leite. "A gente precisa de política pública continuada com aumento de renda, além de ter investimento em infraestrutura das casas".

A atualização dos dados para o ano de 2022 teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Cadastro Único para Programas Sociais CadÚnico. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

SHOPPING METROPOLITANO BARRA S.A.

CNPJ nº 13.960.041/0001-71 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º Andar - CEP 04538-132 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2023 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.920	14.706
Contas a receber	5	8.041	10.093
Demais contas a receber	7	2.184	4.251
Total do ativo circulante		25.145	29.050
Não Circulante			
Contas a receber	5	2.559	2.263
Mútuo a receber	8	1.222	1.311
Impostos a compensar		261	141
Demais contas a receber	7	2.568	3.500
Propriedades para investimento	6	449.808	456.778
Imobilizado		77	96
Total do ativo não circulante		456.495	464.089
Total do Ativo		**481.640**	**493.139**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		145	685
Impostos e contribuições a recolher	9	1.517	1.091
Receita res-sperata (cessão de direito de uso) a apropriar	11	79	195
Partes relacionadas		-	7.000
Demais contas a pagar		1	-
Total do passivo não circulante		1.742	8.971
Não Circulante			
Impostos e contribuições diferidos	10	26	49
Receita res-sperata (cessão de direito de uso) a apropriar	11	102	91
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12	263	416
Total do passivo não circulante		391	556
Patrimônio Líquido			
Capital social	13.a	14.700	28.096
Reserva de Capital	13.b	453.515	453.515
Reserva Legal		2.085	1.319
Reserva de lucros	13.c	9.207	682
Total do patrimônio líquido		479.507	483.612
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**481.640**	**493.139**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**45.096**	**453.515**	**829**	**4.092**	**-**	**503.532**
Redução de capital	13.a	(17.000)	-	-	-	-	(17.000)
Lucro do exercício	13.d	-	-	-	-	9.812	9.812
Reserva legal	13.d	-	-	490	-	(490)	-
Reserva de lucros	13.c	-	-	-	9.322	(9.322)	-
Dividendos distribuídos	13.d	-	-	-	(12.732)	-	(12.732)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**28.096**	**453.515**	**1.319**	**682**	**-**	**483.612**
Redução de capital	13.a	(13.396)	-	-	-	-	(13.396)
Lucro do exercício	13.d	-	-	-	-	15.318	15.318
Reserva legal	13.d	-	-	766	-	(766)	-
Reserva de lucros	13.c	-	-	-	8.525	(8.525)	-
Dividendos distribuídos	13.d	-	-	-	-	(6.027)	(6.027)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		**14.700**	**453.515**	**2.085**	**9.207**	**-**	**479.507**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	14	32.860	30.528
Custos	15	**(14.051)**	**(15.120)**
Lucro Bruto		**18.809**	**15.408**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	15	(1.549)	(2.224)
Gerais e administrativas	15	(93)	(946)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	139
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**(1.642)**	**(3.031)**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	2.752	1.362
Despesas financeiras	16	(51)	(40)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**19.868**	**13.699**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	17	(4.550)	(3.887)
Lucro Líquido do Exercício		**15.318**	**9.812**
Lucro básico e diluído por ação - R$	18	0,0055	0,0035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	**15.318**	**9.812**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**15.318**	**9.812**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.868	13.699
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação de bens do ativo imobilizado	19	29
Depreciação das propriedades para investimento	8.707	8.674
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(673)	(162)
Provisão para riscos	153	243
Linearização de receita	209	(331)
Linearização dos descontos COVID-19	2.777	3.304
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	1.083	(159)
Impostos e contribuições a compensar	(120)	(71)
Demais contas a receber	4.858	4.388
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	(541)	(325)
Impostos e contribuições a recolher	(3.751)	(68)
Receita Res-sperata (cessão de direito de uso) a apropriar	(105)	49
Impostos e contribuições diferidos	(23)	(48)
Mútuo a receber	89	89
Demais contas a pagar	(1)	(69)
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL) pagos	(4.177)	(4.291)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**28.374**	**24.951**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Acréscimo das propriedades para investimento	(1.737)	(835)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(1.737)**	**(835)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos	6.027	(12.801)
Redução de capital	(20.396)	(10.000)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**(26.423)**	**(22.801)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**214**	**1.315**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	14.706	13.391
No final do exercício	14.920	14.706
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**214**	**1.315**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto Operacional: O Shopping Metropolitano Barra S.A. ("Companhia") foi constituído em 27 de maio de 2011 pela Carvalho Hosken S.A. sob o nome de CH 24 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e foi transformado em sociedade anônima de capital fechado em 2013, tendo a sede da matriz localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo e da filial localizada na Avenida N-S PAA 10.292/PAL 38.883, na cidade do Rio de Janeiro. Em 5 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia a entrada de uma nova sócia, Magnólia Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Magnólia"), que passou a deter 80% da Companhia e os 20% restantes permanecem com a Carvalho Hosken. O Shopping Metropolitano Barra S.A. possui como atividade preponderante o desenvolvimento e a locação de lojas e outros espaços de centros comerciais. A Syn Prop e Tech S.A. é a Companhia responsável pela gestão das operações da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada para a sua gestão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve pagamentos referente a remuneração da Administração.

2. Principais Práticas Contábeis - **a) Declaração de conformidade (com relação às normas às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível. A Administração efetuou avaliação quanto a capacidade da Companhia em manter sua continuidade operacional, e não identificou nenhuma incerteza significativa sobre o assunto. **b) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **c) Principais práticas contábeis (com relação às normas às normas do CPC) - 2.1.1. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: **a) Vida útil das propriedades para investimentos:** As estimativas de nossos ativos mantidos em propriedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. **b) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** As estimativas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos a interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados. **c) Perdas relacionadas a contas a receber**: A Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento dos contratos de locação, com saldos vencidos acima de 360 dias, considerando a totalidade do contas a receber em aberto do locatário, ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contas a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica do Shopping, este percentual foi avaliado considerando também as considerações econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir: **d) Instrumentos financeiros**: Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos principalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, a qual, é influênciada pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cada instrumento na nota explicativa nº 19. **e) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:** Utilizamos como método renda fluxo descontado para definir o valor justo da propriedade para investimento, detalhado na nota explicativa nº 6. **f) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). **2.1.2. Apuração e apropriação do resultado de locação de imóveis.** As receitas de locação de shopping centers são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Compondo as receitas temos a linearização das mesmas, o qual seguimos o pronunciamento técnico CPC 6 - Arrendamentos (R2) para registros das receitas de aluguel e contas a receber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de locações. **2.1.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivaente de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR". **2.1.4. Contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa.** Incluem os aluguéis a receber, bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso dos lojistas dos Shoppings Centers, além dos valores correspondentes à venda de unidades imobiliárias. Foi constituída provisão, de acordo com a prática descrita no item 2.3.1.c, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício. **2.1.5. Propriedades para investimento.** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6. As taxas de depreciação levam em consideração os prazos de vida útil-econômica dos ativos, os quais são revisados anualmente. Adicionalmente é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de mercado, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável destes ativos e divulgação, conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023 a vida util remanescente do ativo é de 51 anos. **2.1.6. Imobilizado.** Composto por bens tangíveis, destinados para fins administrativos e registrados ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada destes ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos ativos. **2.1.7. Intangível.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e por perdas ao valor recuperável, quando houver. **2.1.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment").** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante os exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperável dos ativos. **2.1.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.1.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.** A Companhia é optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável as sociedades cujo faturamento anual do do exercício anterior, tenha sido inferior a R$ 78.000. Neste contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas a razão de 32% quando a receita for proveniente de aluguéis e prestação de serviços e 100% quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam regulares dos respectivos impostos e contribuição. **2.1.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **2.1.12. Instrumentos financeiros e derivativos - a) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia compreende os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, entre outros. A Companhia reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **b) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam o contas a receber e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **c) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem fornecedores e demais contas a pagar são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. **2.1.13. Lucro básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponíveis no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria). Conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3. Pronunciamentos Contábeis - **3.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

3.2. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as IFRSs novas e abaixo relacionadas

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Companhia não identificou nenhum impacto material nas demonstrações financeiras sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam em 100% em 31 de dezembro de 2023 e de 2022) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado - VJR.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	11	6
Aplicações Financeiras	14.909	14.700
Total caixa e equivalentes de caixa	14.920	14.706

5. Contas a Receber - Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Locação	16.354	16.007
Descontos a apropriar (b)	3.129	5.906
Subtotal saldo a receber	19.483	21.913
Provisão para créditos liquidação duvidosa (a)	(8.883)	(9.557)
Total saldo a receber	10.600	12.356
Circulante	8.041	10.093
Não Circulante	2.559	2.263

(a) A Companhia adota a perda esperada como política de perda para crédito de liquidação duvidosa. O contas a receber dos locatários com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contas a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo com o percentual de perdas esperadas, levando em consideração uma análise individual e histórica para cada Shopping, este percentual foi avaliado considerando também as considerações econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir:

Shopping	Percentual de perda histórica aplicada ao contas a receber em aberto e a vencer abaixo de 360 dias.
Shopping Metropolitano Barra	1,3%

(b) Durante o período da pandemia de COVID-19, que trouxe impactos diretos nas operações da Companhia, a Administração optou por oferecer descontos de até 100% nos valores locatícios, vinculados ao pagamento adimplente das despesas de condomínio comum dos shoppings. Ainda em 2020 e em 2021, a Companhia ofereceu descontos individuais por lojas todos os meses. Dessa forma, essa condição foi tratada como uma modificação do fluxo do contrato de arrendamento e, consequentemente, resultará em um reconhecimento de seus efeitos de forma linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, como previsto pelo CPC 06(R2) /IFRS 16. O saldo de locação a receber em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem a seguinte composição, por vencimento: A abertura do aging por vencimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
A vencer:	9.460	9.878
Vencido até 30 dias	185	89
Vencido até 60 dias	119	55
Vencido até 90 dias	85	43
Vencido até 180 dias	81	42
Vencido até 360 dias	1.182	2.823
Vencidos a mais de 360 dias	8.371	8.983
Total	**19.483**	**21.913**

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	1.113
2025	745	341
2026	458	147
2027	825	485
2028	531	177
Saldo de longo prazo	2.559	2.263

6. Propriedades para Investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo e posteriormente depreciadas e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim representados:

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2022	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2023
Edifícios	1,92%	449.156	-	(8.638)	440.518
Terrenos		5.699	-	-	5.699
Benfeitorias	1,87%	1.923	1.737	(69)	3.591
Total		**456.778**	**1.737**	**(8.707)**	**449.808**

Descrição	% Depreciação	Saldo 31/12/2021	Adições	Depreciações	Saldo 31/12/2022
Edifícios	1,92%	457.794	-	(8.638)	449.156
Terrenos		5.699	-	-	5.699
Benfeitorias	1,16%	1.124	835	(36)	1.923
Total		**464.617**	**835**	**(8.674)**	**456.778**

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento.

Propriedades	Valor Justo em 31/12/2023	Valor Contábil em 31/12/2023	Mais valia bruta não registrada
Shopping Metropolitano	677.085	449.808	227.277

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 27 de fevereiro de 2024, divulgado pela SYN Prop & Tech S.A., a controladora da Companhia assinou um Memorando de Entendimentos vinculante com o objetivo de alienar parte do portfólio de shoppings, conforme nota explicativa nº 30. Tal negociação se baseou em um preço global, não havendo até a data da aprovação das demonstrações financeiras o indicativo de valor por propriedade para investimento. Em adição, a Companhia estima que a transação, se concluída em consonância com o MOU, gerará ganho nas Demonstrações Financeiras da Companhia e a Companhia entende, com base nas informações disponíveis na data da aprovação das demonstrações financeiras, que não há fatos que indiquem perda nas propriedades que serão vendidas. Pelos motivos expostos anteriormente, a Companhia não utilizou o valor da transação como base para a avaliação a valor justo das propriedades para investimento. A avaliação para o Shopping Metropolitano foi feita internamente em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, utilizou-se o método de renda para a determinação de valor de mercado, apontado a seguir: • Método da renda - fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de aluguel atual, com base nos contratos de locação vigentes, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação. • A mensuração do valor justo deste ativo foi classificada como Nível 3 com base nos "inputs" utilizados. • Para nossa avaliação deste ativo, nós utilizamos como premissas as seguintes taxas:

Indicadores	Taxa 2023	Taxa 2022
Crescimento da Receita	4,3%	5,29%
Inadimplência	1,9%	1,89%
Desconto médio sobre aluguel	5,2%	-12,76%
Vacância Financeira	3,8%	4,02%
Taxa de desconto	9,2%	9,0%

Utilizou-se como premissa para os shopping Metropolitano Barra a taxa de desconto real.

7. Demais Contas a Receber - Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
"Allowance" (a)	3.917	4.243
Comissões	835	1.109
Demais contas a receber	-	2.399
Total saldo a receber	**4.752**	**7.751**
Circulante	2.184	4.251
Não Circulante	2.568	3.500

(a) Contas a receber de gastos referentes às adequações das lojas alugadas, são amortizados com base no contrato de locação.

8. Mútuo a Receber: Os contratos de mútuos são firmados com alguns locatários, com o objetivo de que eles utilizem o montante para efetuar reformas necessárias no bem locado. O valor emprestado deverá ser devolvido para a locadora conforme condições estabelecidas em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$ 1.222 (R$ 1.311 em 31 de dezembro de 2022).

9. Impostos e Contribuições a Recolher - Representado por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
PIS	27	17
COFINS	124	80
IRPJ	983	709
CSLL	356	258
IRRF, PIS, COFINS, CSLL – Retidos	27	27
Total	**1.517**	**1.091**

10. Impostos e Contribuições Diferidos: A Companhia possui as seguintes diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
PIS	1	2
COFINS	5	10
IRPJ	15	27
CSLL	5	10
Total dos Impostos Diferidos	**26**	**49**

11. RES SPERATA (Cessão de Direito de Uso) a Apropriar: O saldo de res-sperata a apropriar refere-se à cessão de direito de utilização do espaço imobiliário devido pelos lojistas a partir da assinatura do contrato de locação dos pontos comerciais. Esses valores são faturados de acordo com o prazo previsto em contrato, em média em até 36 meses, e são reconhecidos de forma linear no resultado obedecendo ao prazo do aluguel, que normalmente são 60 meses, a partir do momento em que o shopping entra em operação. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 este saldo é de R$ 181 e R$ 286, respectivamente.

12. Provisões para Riscos Fiscais e Trabalhistas: A Companhia em 31 de dezembro de 2023 apresenta provisões de natureza cível, no total de R$ 263, com base na análise de riscos realizada pela administração e assessores jurídicos (R$ 416 em 31 de dezembro de 2022). Os processos julgados com probabilidade de perda possível todos de natureza cível e trabalhista, somam o montante de R$10.383 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 3.278 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo segregação dos saldos por natureza:

Prováveis	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	20	-
Cível	243	416
Total	**263**	**416**

Possíveis	31/12/2023	31/12/2022
Tributário	1	-
Trabalhista	931	711
Cível	9.451	3.017
Total	**10.383**	**3.728**

13. Patrimônio Líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R$ 14.700 (R$ 28.096 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 2.214.634.204 (dois bilhões, duzentos quatorze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e duzentos e quatro) ações ordinárias de classe A, e 553.658.551 (quinhentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e uma) ações ordinárias classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Em 20 de outubro de 2023, após decorrido o prazo legal estabelecido no Art.74 da Lei nº 6.404/76, a Companhia, através de ata da Assembleia Geral Extraordinária, reduziu o capital social em R$ 13.396, mediante o cancelamento de 10.716.800 (dez milhões, setecentas e dezesseis mil e oitocentas) ações ordinárias de classe A, e 2.679.200 (dois milhões, seiscentos e setenta e nove mil e duzentas) ações ordinárias classe B, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva de capital**: O saldo de reserva de capital é representado por ágio na subscrição de ações, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o saldo é R$ 453.515. **c) Reserva de Lucros:** Nesta conta são registrados os resultados acumulados desde o início das atividades, totalizando R$ 9.208 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 682 em 31 de dezembro 2022). **d) Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório à todos os acionistas. O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, será destinado para reserva de lucros, mediante orçamento de capital. Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No decorrer do exercício de 2023 foram distribuídos aos acionistas o total de R$6.027 a título de dividendos antecipados aos lucros do exercício. Abaixo segue as datas das distribuições ocorridas no exercício:

Data da distribuição aos Sócios Quotistas	Valor
09/10/2023	6.027
Total	**6.027**
Lucro líquido do exercício	15.318
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(766)
Base da cálculo para dividendos	14.552
(-) Dividendos Distribuídos 2023	(6.027)
Constituição de reserva de lucros 2023	8.525

14. Receita Líquida: Representa aluguéis de shopping centers, registrados por competência em relação aos contratos firmados entre a Companhia e os locatários, e a receita de Cessão de Direito de Uso - CDU apropriada durante o exercício. A composição das receitas é conforme segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	45.196	50.496
Locação de imóveis	44.987	50.165
Res sperata (cessão de direito de uso)	209	331
Deduções sobre a receita	(12.336)	(19.968)
Descontos Concedidos (a)	(11.079)	(18.804)
Impostos incidentes sobre locação	(1.257)	(1.164)
Receita líquida	32.860	30.528

a) Os descontos concedidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram impactados pelos descontos relacionados a COVID-19, que estão descritos na nota explicativa nº 5.b.

15. Custos e Despesas por Natureza: A seguir as despesas e os custos classificados de acordo com a natureza, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Custos Diretos:		
Área Vagas	(2.915)	(4.265)
Manutenção	(1.084)	(1.067)
Depreciação e Amortização	(8.707)	(8.674)
Custos de Vendas	(1.345)	(1.114)
Total Custos	**(14.051)**	**(15.120)**
Despesas Comerciais:		
Comissões	(975)	(961)
"Allowance"	(1.241)	(1.417)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	673	162
Demais Despesas Comerciais	(6)	(8)
Total Despesas Comerciais	(1.549)	(2.224)
Despesas Gerais e Administrativas:		
Depreciação e Amortização	(19)	(29)
Serviços Profissionais e Contratados	(38)	(88)
Outras Despesas	(36)	(829)
Total Despesas Gerais e Administrativas	(93)	(946)
Total despesas	(1.642)	(3.170)
Total Custos e Despesas	(15.693)	(18.290)

16. Resultado Financeiro: O resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim constituídos:

Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras	2.752	1.362
Juros Ativos	240	57
Renda de aplicação financeira	2.426	1.251
Variação monetária e juros ativos	86	54
Despesas Financeiras	(51)	(40)
Imposto sobre operações financeiras	(48)	(29)
Multas e Juros diversos	(1)	(3)
Demais despesas bancárias	(2)	(8)
Resultado Financeiro	2.701	1.322

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro (9%) são calculados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou pela sistemática de lucro presumido.

	Imposto Corrente 2023 - Imposto de renda	Imposto Corrente 2023 - Contribuição Social	Imposto Corrente 2022 - Imposto de renda	Imposto Corrente 2022 - Contribuição Social
Receita Bruta	45.196	45.196	50.496	50.496
Descontos concedidos	(11.079)	(11.079)	(18.804)	(18.804)
Variações monetárias ativas	87	87	54	54
Presunção (32%)	10.945	10.945	10.159	10.159
Receitas financeiras	2.666	2.666	1.347	1.347
Base de cálculo	13.611	13.611	11.507	11.507
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	15%	9%	15%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.042	1.225	1.726	1.035
Adicional de imposto de renda (10%)	1.283	-	1.126	-
Imposto de renda e contribuição social	3.325	1.225	2.852	1.035
Total imposto de renda e contribuição social	4.550		3.887	

18. Resultado por Ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do lucro, portanto o lucro diluído é equivalente ao lucro básico.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	15.318	9.812
Quantidade média de ações em circulação	2.768.292	2.811.688
Prejuízo básico por ação - em R$	0,0055	0,0035

19. Instrumentos Financeiros - Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderencia dos limites definidos. **a) Riscos de crédito:** As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda, sejam em shopping centers, edifícios comerciais ou galpões, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. Como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Companhia considera as parcelas vencidas acima de 360 dias. Esse critério foi definido após análise detalhada do histórico de comportamento do contas a receber dos clientes, no qual foram avaliados as perdas efetivas de acordo com o aging do contas a receber nos últimos 5 anos. A partir de 2018 também adotamos um critério para determinar o percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. Esse percentual também foi definido através da análise do comportamento do contas a receber dos clientes associado a análise das projeções de indicadores econômicos relacionados ao nosso segmento de mercado. A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir prováveis perdas), com registro ao resultado do exercício, veja nota explicativa nº 5.a. **b) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia garante a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia. Os vencimentos dos instrumentos financeiros de fornecedores são conforme segue:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	145	-	-	-	145
	145	-	-	-	145

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	685	-	-	-	685
	685	-	-	-	685

c) Riscos de mercado: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia buscar diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. **d) Valorização dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. **e) Categoria dos instrumentos financeiros**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Tipo de Mensuração
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	14.920	14.706	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	10.600	12.356	Custo Amortizado
Mútuo a receber	1.222	1.311	Custo Amortizado
Demais contas a receber	4.752	7.751	Custo Amortizado
Total	**31.494**	**36.124**	
Passivos financeiros			
Fornecedores	145	685	Custo Amortizado
Total	**145**	**685**	

f) Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía operações de derivativos. **g) Demonstrativo de análise de sensibilidade**

Índice	Risco	Base 31/12/2023	Cenário provável	Cenário possível - stress 25%	Cenário remoto - stress 50%
			11,75%	8,81%	5,88%
CDI	Decréscimo do Índice	14.920	1.753	1.314	877

Índice	Risco	Base 31/12/2022	Cenário provável	Cenário possível - stress 25%	Cenário remoto - stress 50%
			13,75%	10,31%	6,88%
CDI	Decréscimo do Índice	14.706	2.022	1.517	1.011

Em 31 de dezembro de 2023 definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 11,75 % ao ano com base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central (13,75 % em 31 de dezembro de 2022).

20. Gestão do Capital Social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida o total do passivo menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa):

Dívida bruta	31/12/2023	31/12/2022
Total do Passivo	2.133	9.527
Total da dívida bruta	2.133	9.527
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(14.920)	(14.706)
Dívida líquida	(12.787)	(5.179)
Patrimônio líquido	479.506	483.612
Dívida líquida/PL	-2,67%	-1,07%

21. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são: (a) Estrutura e incêndio, shopping centers: R$ 558.640.

22. Eventos Subsequentes: A controladora SYN Prop e Tech S.A., assinou com o fundo imobiliário XP Malls (XPML11, na bolsa) um Memorando de Entendimentos, que é o primeiro passo no processo de venda de parte do nosso portfólio de shoppings, conforme abaixo: • 51% do Grand Plaza Shopping, localizado em Santo André/SP. • 32% do Shopping Cidade São Paulo, localizado em São Paulo/SP. • 70% do Shopping Metropolitano Barra, localizado no Rio de Janeiro/RJ. • 52,5% do Tietê Plaza Shopping, localizado em São Paulo/SP. • 85% do Shopping Cerrado, localizado em Goiânia/GO. • 23% do Shopping D, localizado em São Paulo/SP.

Empreendimento	Participação SYN atual	Participação SYN remanescente	Var. (p.p.)
Grand Plaza	61,41%	10,41%	-51,0
Shopping Cidade São Paulo	92,00%	60,00%	-32,0
Shopping Metropolitano Barra	80,00%	10,00%	-70,0
Tietê Plaza Shopping	62,50%	10,00%	-52,5
Shopping Cerrado	85,00%	0,00%	-85,0
Shopping D	31,59%	8,59%	-23,0

O valor total da transação é de R$1.850.000.000,00 a serem pagos da seguinte forma: • Sinal de R$300.000.000,00 já recebido em função da assinatura do MOU vinculante. • 1ª Parcela de R$630.000.000,00 na assinatura dos compromissos de compra e venda. • 2ª Parcela de R$370.000.000,00 em dez/24, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda. • 3ª Parcela de R$550.000.000,00 em dez/25, corrigida pelo CDI a partir da data de assinatura dos compromissos de compra e venda.

23. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 8 de abril de 2024.

Hector Bruno Franco de Carvalho Leitão - Diretor Financeiro

Contador: **Arthur Ricardo Araujo Jordão de Magalhães** - CRC SP - 291608/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas e Administradores da **Shopping Metropolitano Barra S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Shopping Metropolitano Barra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Shopping Metropolitano Barra S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1 SP 289690/O-0

Deloitte.

REVITA ENGENHARIA S.A.

C.N.P.J. nº 08.623.970/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Revita Engenharia S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no C6digo de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve sobre o acordo para a continuidade da prestação dos serviços da controlada direta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. ("Guamá") até 31 de agosto de 2023, o qual foi prorrogado via decisão judicial até fevereiro de 2025. A Guamá possui ativos de R$106.620 mil e passivos de R$58.081 mil registrados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, as operações da Guamá vêm sendo financiadas, basicamente, através de recursos fornecidos pela Companhia conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia e responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento e posterior a data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria e responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria e responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável e um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distor9ao relevante nas demonstra96es financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec9ao de distor9ao relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representa96es falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequa9ao das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga96es feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela9ao a eventos ou condi96es que possam levantar dúvida significativa em rela9ao a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten9ao em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga96es nas demonstra96es financeiras individuais e consolidadas ou incluir modifica9ao em nossa opinião, se as divulga96es forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi96es futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstra96es financeiras, inclusive as divulga96es, e se as demonstra96es financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatac;6es significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & **YOUNG**
Auditores independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Wallace Weberling Pereira
Contador
CRC SP-230870/O

Balanços Patrimoniais para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	17.935	39.080	149.845	195.573
Títulos e valores mobiliários	-	-	318	372
Contas a receber de clientes	40.026	22.830	313.299	194.861
Ativos financeiros de concessão	-	-	7.898	5.824
Estoques	6.050	6.502	33.256	38.348
Dividendos a receber	56.499	41.679	2.931	2.801
Impostos a recuperar	24.265	10.784	57.104	25.497
Outras contas a receber	1.850	2.297	6.827	6.964
Adiantamento a fornecedores	1.625	-	5.558	931
Ativos mantidos para venda	-	-	1.470	1.470
Total do ativo circulante	**148.250**	**123.172**	**578.506**	**472.641**
Não Circulante				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	4.989
Impostos a recuperar	34	9.166	35.067	48.380
Contas a receber de clientes	287	14.591	127.237	161.979
Mútuos a receber de partes relacionadas	4.258	4.777	12.671	637
Ativo financeiro de concessão	-	-	-	9.927
Dividendos a receber	36.637	33.464	-	-
Ativo fiscal diferido	13.417	14.686	42.766	47.428
Outras contas a receber	6.057	9.164	6.058	6.577
Depósitos judiciais	12.470	12.724	40.109	42.840
	73.160	**98.572**	**263.908**	**322.757**
Investimentos	596.781	557.942	126.496	118.244
Imobilizado	124.655	121.068	582.568	524.938
Direito de uso - Arrendamento	2.238	2.177	23.915	29.087
Intangível	16.709	16.726	206.718	198.400
	740.383	**697.913**	**939.697**	**870.669**
Total do ativo não circulante	**813.543**	**796.485**	**1.203.605**	**1.193.426**
Total do Ativo	**961.793**	**919.657**	**1.782.111**	**1.666.067**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	29.157	22.075	171.693	120.843
Empréstimos e financiamentos	14.742	21.445	62.012	72.819
Debêntures	-	-	8.428	801
Passivo de arrendamento	230	291	9.424	11.326
Salários, benefícios e encargos sociais	22.225	20.954	66.950	63.508
Impostos, taxas e contribuições	7.751	7.491	48.967	47.901
Dividendos a pagar	783	24.232	29.715	52.930
Adiantamentos de clientes	-	-	1.705	2.092
Outras contas a pagar	12.324	790	8.361	5.517
Total do passivo circulante	**87.212**	**97.278**	**407.255**	**377.737**
Não Circulante				
Fornecedores	3.841	11.385	3.862	11.892
Mútuos a pagar a partes relacionadas	31.569	14.588	-	687
Dividendos a pagar	39.933	-	50.012	-
Empréstimos e financiamentos	30.666	28.719	113.015	131.956
Debêntures	-	-	126.990	72.960
Passivo de arrendamento	2.264	2.101	16.231	19.847
Impostos, taxas e contribuições	62	106	347	106
Passivo fiscal diferido	-	-	16.782	12.141
Provisões	22.490	24.217	191.207	195.350
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.999	-	6.999
Capital SCP	2.730	2.730	-	-
Total do passivo não circulante	**133.555**	**90.845**	**518.446**	**451.938**
Patrimônio Líquido				
Capital social	665.878	543.878	665.878	543.878
Capital social a integralizar	(24.109)	-	(24.109)	-
Reserva de capital	3.442	3.442	3.442	3.442
Reservas de lucros	96.184	99.280	96.184	99.280
Ajustes de avaliação patrimonial	(369)	(66)	(369)	(66)
Total do patrimônio líquido dos controladores	**741.026**	**646.534**	**741.026**	**646.534**
Recursos para aumento de capital	-	85.000	-	85.000
Participação dos não controladores	-	-	115.384	104.858
Total do patrimônio líquido	**741.026**	**731.534**	**856.410**	**836.392**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**961.793**	**919.657**	**1.782.111**	**1.666.067**

Demonstrações dos resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	**308.256**	**273.953**	**1.614.400**	**1.457.035**
Custo dos serviços prestados	(254.274)	(222.096)	(1.236.159)	(1.149.033)
Lucro bruto	**53.982**	**51.857**	**378.241**	**308.002**
Receitas e despesas operacionais				
Despesas comerciais	(858)	(1.056)	(15.992)	(11.236)
Despesas administrativas	(40.442)	(34.326)	(86.778)	(81.881)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.381)	(34.013)	(24.172)	(48.838)
Resultado de equivalência patrimonial	87.365	66.440	4.486	8.404
Receitas e despesas operacionais líquidas	**43.684**	**(2.955)**	**(122.456)**	**(133.551)**
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**97.666**	**48.902**	**255.785**	**174.451**
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	7.701	14.564	30.979	37.196
Despesas financeiras	(15.726)	(11.841)	(59.597)	(44.971)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(8.025)**	**2.723**	**(28.618)**	**(7.775)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**89.641**	**51.625**	**227.167**	**166.676**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	386	(2.838)	(83.791)	(86.316)
Diferido	(1.269)	(17.239)	(9.303)	(13.911)
Incentivo lucro da exploração	-	-	2.535	5.206
Lucro líquido do exercício	**88.758**	**31.548**	**136.608**	**71.655**
Atribuível à:				
Acionista da controladora	88.758	31.548	88.758	31.548
Participação de não controladores	-	-	47.850	40.107
	88.758	**31.548**	**136.608**	**71.655**

Demontrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	88.758	31.548	136.608	71.655
Remensuração do passivo de benefício definido	(303)	(234)	(363)	(299)
Total do resultado abrangente da Companhia	**88.455**	**31.314**	**136.245**	**71.356**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			88.455	31.314
Acionistas não controladores			47.790	40.042
Resultado abrangente total			**136.245**	**71.356**

Demontrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**88.758**	31.548	**136.608**	71.655
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações, amortizações e redução ao valor recuperável do imobilizado e ativo do direito de uso	**15.466**	15.007	**100.350**	90.688
Baixa de imobilizado e intangível	**5.247**	34	**6.393**	549
Resultado de equivalência patrimonial	**(87.365)**	(66.440)	**(4.486)**	(8.404)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamento	**7.643**	6.412	**50.099**	33.663
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	**(1.926)**	(10.954)	**(1.737)**	(10.978)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	**4.410**	2.191	**-**	321
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	**640**	756	**3.677**	13.321
Reversão / Provisão para transporte, tratamento e destinação de chorume	**(16)**	39	**(2.540)**	(5.861)
Provisão / Reversão para crédito liquidação duvidosa	**71**	(3.638)	**1.726**	(527)
Reversão (provisão) para perda de mútuos a receber	**-**	(53.007)	**-**	(53.007)
Ajuste ao valor recuperável de ágio	**-**	61.630	**-**	61.630
Provisão / Reversão para contingências	**(2.601)**	2.515	**(6.589)**	7.783
Provisão de imposto de renda e contribuição social	**(386)**	2.838	**81.256**	81.110
Imposto de renda e contribuição social diferido	**1.269**	17.239	**9.303**	13.911
Provisão para obrigações contratuais futuras	**250**	614	**1.309**	1.377
Reversão de ativo financeiro de concessão	**-**	-	**7.853**	5.536
Aumento / Redução nos ativos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	**-**	-	**5.043**	369
Contas a receber de clientes	**(16.035)**	13.360	**(90.973)**	(1.627)
Partes relacionadas	**13.072**	5.768	**5.551**	3.688
Impostos a recuperar	**427**	519	**(48.101)**	(14.525)
Estoques	**452**	1.008	**5.092**	(1.185)
Dividendos recebidos	**50.793**	81.229	**448**	473
Outras contas a receber	**(5.927)**	12.895	**14.469**	28.886
Adiantamento a fornecedores	**(1.625)**	2.325	**(4.627)**	6.010
Depósitos judiciais	**254**	922	**2.731**	(3.299)
Aumento / Redução nos passivos operacionais				
Fornecedores	**(2.509)**	104.739	**30.345**	34.575
Partes relacionadas	**2.047**	(4.538)	**12.475**	9.039
Salários benefícios e encargos sociais	**1.271**	(3.638)	**3.442**	(6.918)
Impostos taxas e contribuições	**266**	(3.373)	**7.351**	(4.042)
Adiantamento de clientes	**-**	(1.470)	**(387)**	(4.316)
Outras contas a pagar	**11.231**	5.686	**32.928**	(334)
Caixa proveniente das operações	**85.177**	**222.216**	**359.009**	**349.561**
Pagamento de impostos sobre o lucro	**(4.440)**	(1.338)	**(57.493)**	(71.050)
Mútuos ativos - recebimento de juros	**648**	1.302	**192**	610
Mútuos passivos - juros pagos	**(267)**	(1.998)	**-**	-
Debêntures - juros pagos	**-**	-	**(19.318)**	-
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	**(7.266)**	(5.526)	**(17.212)**	(20.049)
Passivo de arrendamento - juros pagos	**(199)**	(210)	**(2.027)**	(2.764)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**73.653**	**214.446**	**263.151**	**256.308**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos ativos – concedidos	**(81.683)**	(86.753)	**(82.232)**	(52.863)
Mútuos ativos - recebimento principal	**48.533**	27.220	**36.796**	4.098
Adiantamento para futuro aumento de capital	**(32.359)**	(89.500)	**-**	-
Aquisição de ativo imobilizado	**(23.879)**	(29.439)	**(145.279)**	(127.379)
Aquisição de intangível	**(5)**	(69)	**(15.541)**	(9.186)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(89.393)**	**(178.541)**	**(206.256)**	**(185.330)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuos passivos – captação	**93.518**	7.775	**-**	-
Mútuos passivos – pagamento de principal	**(49.658)**	(4.864)	**-**	-
Notas promissórias - pagamento de principal	**-**	(756)	**-**	(756)
Emissão de debêntures	**-**	-	**60.000**	75.000
Gastos com captação de debêntures	**-**	-	**-**	(2.071)
Empréstimos e financiamentos – captação	**16.541**	18.612	**24.957**	40.053
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	**(21.475)**	(18.455)	**(64.590)**	(85.851)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	**(358)**	(378)	**(12.217)**	(10.984)
Dividendos pagos	**(43.973)**	(26.600)	**(110.773)**	(26.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(5.405)**	**(24.666)**	**(102.623)**	**(11.209)**
Aumento / (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(21.145)**	**11.239**	**(45.728)**	**59.769**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**39.080**	27.841	**195.573**	135.804
No final do exercício	**17.935**	39.080	**149.845**	195.573
Aumento / Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(21.145)**	11.239	**(45.728)**	59.769

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Capital social à integralizar	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos para aumento de capital	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**527.503**		**3.442**	**18.000**	**86.553**	**-**	**168**	**-**	**635.666**	**95.415**	**731.081**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.548	-	-	31.548	40.107	71.655
Aumento do capital social – nota explicativa 23	16.375	-	-	-	-	-	-	-	16.375	2.473	18.848
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	85.000	85.000	-	85.000
Reserva legal – nota explicativa 23	-	-	-	1.577	-	(1.577)	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	22.478	(22.478)	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 23	-	-	-	-	(29.328)	-	-	-	(29.328)	(12.885)	(42.213)
Dividendos mínimos obrigatórios – nota explicativa 23	-	-	-	-	-	(7.493)	-	-	(7.493)	(20.187)	(27.680)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(234)	-	(234)	(65)	(299)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**543.878**	**-**	**3.442**	**19.577**	**79.703**	**-**	**(66)**	**85.000**	**731.534**	**104.858**	**836.392**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	88.758	-	-	88.758	47.850	136.608
Aumento do capital social – nota explicativa 23	85.000	-	-	-	-	-	-	(85.000)	-	4.337	4.337
Aumento do capital social – nota explicativa 23	37.000	(24.109)	-	-	-	-	-	-	12.891	-	12.891
Vide Reserva legal – nota explicativa 23	-	-	-	4.438	-	(4.438)	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	84.320	(84.320)	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 23	-	-	-	-	(70.774)	-	-	-	(70.774)	(31.915)	(102.689)
Dividendos mínimos obrigatórios – nota explicativa 23	-	-	-	-	(21.080)	-	-	-	(21.080)	(9.686)	(30.766)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(303)	-	(303)	(60)	(363)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**665.878**	**(24.109)**	**3.442**	**24.015**	**72.169**	**-**	**(369)**	**-**	**741.026**	**115.384**	**856.410**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Revita Engenharia S.A. ("Companhia") foi constituída em 9 de janeiro de 2007 sob a forma de Sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Térreo - Jaguaré - São Paulo/SP. As demonstrações financeiras do Grupo Revita abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo Revita' e individualmente como 'entidades do Grupo'). A Revita é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a controladora Sovi Essencis S.A. ("Solvi Essencis"), detentora de 100% das ações. A controladora final da Solvi Essencis é a Solví Participações S.A. A atividade operacional do Grupo Revita é desenvolvida basicamente em três frentes de negócios:

Frente de negócio	Descrição
Manejo de Resíduos Sólidos	Tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, públicos e privados, e resíduos industriais. Também, faz operações de aterros com classificação I (perigosos), IIA e IIB (nãoperigosos, reciclagem, incineração, coprocessamento, remediação de áreas contaminadas, logística reversa e limpeza pública e coleta.
Valorização Energética	Geração de energia a partir de fontes renováveis, como Biogás, produção de crédito de carbono por meio de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterro.
Outros	Receitas de menor valor que não se enquadram diretamente nos grupos acima, mas são acessórios a eles, ou são intermitentes oueventuais em termos de frequência.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas (conjuntamente referidas como "Grupo Revita" ou "Grupo" e individualmente como "Companhia"). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia e estão sendo divulgadas de forma completa neste jornal. no site https://

A DIRETORIA

Carlos Alberto Vieira - **Contador -** CRC 1SP206556/O-0

"AS NOTAS EXPLICATIVAS EM SUA ÍNTEGRA, ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO NA SEDE DA COMPANHIA E PUBLICADA NA VERSÃO DIGITAL NO ENDEREÇO (https://www.jornalodiasp.com.br)
Esta publicação não torna sem efeito e não substitui o relatório de auditoria emitido em 17 de abril de 2024.

Cresce número de pré-candidatos LGBTI+ nas eleições municipais

O primeiro boletim do Programa Voto Com Orgulho, que mapeia pré-candidaturas LGBTI+ nas eleições municipais deste ano, divulgado nesta semana pela Aliança Nacional LGBTI+, cadastrou 150 pré-candidaturas em todo o país, sendo 132 de pessoas LGBTI+ e 18 de pessoas ligadas à causa. Dos 150 pré-candidatos, 147 são para vereadores e três para prefeito.

O diretor de Políticas Públicas da Aliança Nacional LGBTI+ e coordenador geral do Programa Voto Com Orgulho, Cláudio Nascimento, informou na quarta-feira (24) à **Agência Brasil** que pessoas que pretendem concorrer à vereança e à prefeitura nessas eleições podem se cadastrar no Programa Voto Com Orgulho, existente desde 2016.

Nascimento afirmou que, no programa, o objetivo é estimular maior representatividade de pré-candidaturas LGBTI+ nas eleições, de caráter suprapartidário. "Não temos preferência por nenhum partido, porque é um trabalho não governamental, e entende que cada um se organiza do jeito que achar melhor".

Crescimento

O diretor da Aliança Nacional LGBTI+ celebrou o resultado da primeira parcial do programa este ano, tendo em vista que, em abril de 2020, o número de pré-candidaturas não chegava a 30. "É um indicador interessante de que possamos ter, este ano, uma representatividade maior da comunidade LGBTI+ na disputa eleitoral. Isso, para nós, é muito importante, porque é o debate que fica dos direitos, da cidadania, que é feito no Legislativo e nas câmaras municipais. Então, é fundamental que tenhamos mais pessoas aliadas à pauta da cidadania LGBTI+, trazendo uma visão específica, própria, da realidade da comunidade".

Nova parcial deverá ser divulgada a cada uma ou duas semanas, disse Cláudio Nascimento. O cadastramento no Programa Voto Com Orgulho é voluntário e individual e pode ser feito neste endereço. Os resultados finais devem sair até julho. As convenções dos partidos serão realizadas entre junho e agosto, quando serão confirmadas as candidaturas, dando visibilidade ao movimento.

Nascimento afirmou que o foco central é o estímulo a candidaturas LGBTI+ para as eleições municipais, mas é preciso também ter pessoas aliadas à causa nas câmaras municipais.

"É fundamental valorizar e lutar por uma maior representatividade da comunidade LGBTI+ nas câmaras legislativas municipais, mas também reconhecer a importância de ter mais aliados nesses espaços, para ter mais condições de ver sendo viabilizados projetos de lei e propostas legislativas, porque é preciso ter sempre um número mínimo de votos para os projetos de lei".

O presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis, destacou que a organização vai apoiar todas as candidaturas e aliadas à causa, oferecendo suporte em relação à violência política, notícias falsas ('fake news') e discursos de ódio contra cada candidatura. Segundo ele, o programa é pluripartidário e se constitui como uma rede de cooperação e solidariedade ao pleito eleitoral. Somos cidadãs que devem ter representação nos espaços públicos de poder", afirmou.

Concentração

O boletim parcial revela a existência ainda de grande concentração das pré-candidaturas desta população nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, enquanto o Centro-Oeste e o Norte do país apresentam menores números. Até agora, o estado de São Paulo tem o maior número de pré-candidatos à vereança e prefeitura (34), seguido do Rio de Janeiro, com 22, e do Paraná, com 14.

Os estados de Minas Gerais e Pernambuco aparecem, cada um, com nove pré-candidatos, enquanto o Rio Grande do Sul mostra dez pré-candidaturas e, a Paraíba, seis. Os estados da Bahia, Ceará e Santa Catarina têm cinco pré-candidaturas, cada. Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte registram quatro pré-candidaturas, cada um, e o Maranhão aparece com três. Já os estados do Pará, Goiás e Sergipe contam, cada um, com duas pessoas pré-candidatas e Amazonas e Tocantins com apenas uma pré-candidatura, cada um.

"Há uma distribuição também de pré-candidaturas por vários partidos políticos, mas ainda uma concentração naqueles considerados mais progressistas. Esse também é um dado interessante", disse Nascimento.

Das pré-candidaturas cadastradas, 46 são filiadas ao PT, 25 ao PSOL, 18 ao PDT, 13 à Rede Sustentabilidade e 13 ao PSB. Dos demais partidos, cinco pré-candidatos são filiados ao PV, seis ao Podemos, quatro ao Cidadania, quatro ao Progressistas, cinco ao MDB, três ao PCdoB, dois ao PSD e ao Solidariedade.

Com apenas uma pré-candidatura estão os partidos Republicanos, AGIR, União Brasil e Partido da Mulher Brasileira (PMB). Do ponto de vista político-ideológico, 94 se identificam como de esquerda, 33 centro-esquerda, 12 centro, sete da extrema-esquerda, dois de direita e dois de centro-direita.

Outro dado do primeiro levantamento é que 52,7% dos pré-candidatos são pessoas negras (pretas e pardas), com 79 pré-candidaturas.

"Esse é um dado muito interessante, porque a maioria das candidaturas LGBTI+ sempre foi de pessoas brancas, em sondagens anteriores". Já pessoas brancas possuem neste boletim parcial 66 pré-candidaturas, com duas pessoas indígenas, duas amarelas e uma pessoa cigana.

Identidade

Em relação à identidade de gênero das pessoas cadastradas, 44% são mulheres, entre as 66 pré-candidatas, sendo 28 mulheres cis e 38 mulheres trans e travestis. Os homens cis totalizam 69 pré-candidatos. Há ainda um homem trans pré-candidato e 14 pessoas não binárias. Das mulheres trans, três se declaram pessoas intersexo. Entre as pessoas não binárias, duas também se declararam intersexo.

Quanto à identidade sexual das pré-candidaturas, foram identificados 63 gays, 16 bissexuais, 17 lésbicas, seis pansexuais, duas assexuais, além de 46 pessoas heterossexuais, sendo 29 mulheres trans, 15 pessoas cis aliadas, um homem trans e uma pessoa não binária.

Em termos de escolaridade, o primeiro boletim parcial apurou que 94 pessoas têm curso superior completo, 27 superior incompleto, 22 ensino médio completo, cinco ensino médio incompleto, uma ensino fundamental completo e uma fundamental incompleto. Das pessoas cadastradas com curso superior, 28 têm especialização, 14 mestrado e cinco doutorado.

Programa

O Programa Voto Com Orgulho é coordenado pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+, do Rio de Janeiro, e o Grupo Dignidade, de Curitiba. O programa conta ainda com apoio institucional do Sinergia Instituto de Diversidade Sexual de Minas Gerais, da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, da União Nacional LGBT, Rede Trans, Sleeping Giants Brasil, Associação de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) e Global Equality Caucus. (Agência Brasil)

Prefeitura de SP vai distribuir prêmios para vencedores de concurso de artesanato

Com o objetivo de fomentar e desenvolver o setor de artesanato e manualidades da capital, a Prefeitura promove o Prêmio Mãos e Mentes – Identidade de Artesanato Paulistano. Os participantes deverão confeccionar uma peça que represente, de maneira emblemática, a cidade de São Paulo. No total, serão distribuídos R$100 mil para até 20 artesãos ou manualistas, com prêmio máximo de R$ 5 mil para cada vencedor. As inscrições estão abertas até 5 de maio e podem ser feitas por este link.

A lista de vencedores será divulgada em 30 de maio. Os ganhadores serão contemplados com o valor do prêmio mediante a entrega da quantidade acordada do produto inscrito no concurso, que deverá ser realizada no prazo máximo de dois meses após o anúncio oficial dos resultados. Cada vencedor receberá uma remuneração de até R$ 200 por unidade, totalizando um montante de até R$ 5 mil pela aquisição total.

Durante a fase de habilitação do concurso serão analisados os documentos necessários para a inscrição. Para a fase seguinte, os critérios de avaliação serão a utilização de elementos culturais, sociais ou físicos da cidade, além de originalidade e inovação no acabamento das peças. Os participantes pré-selecionados nesta etapa serão divulgados em 10 de maio no site da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Na fase final serão priorizados os critérios como sustentabilidade, habilidade técnica e qualidade do acabamento das peças.

22º Itaú BBA IRONMAN Brasil é atração no mês de maio em Florianópolis

Após a abertura da temporada com a o Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, em abril, a capital catarinense se prepara para a mais tradicional e importante prova endurance do país. O Itaú BBA IRONMAN Brasil terá sua 22ª edição no dia 19 de maio, no Clube 12 de Agosto, em Jurerê Internacional. Triatletas profissionais e amadores de diversos países estarão reunidos em busca de pontos para o ranking (Elite) e as vagas da Faixa Etária para o IRONMAN World Championship 2024. Os inscritos terão pela frente 3,8 km de natação, 180 km de ciclismo e 42,2 km de corrida de um percurso bastante técnico e exigente.

Foto/ Fábio Falconi

22º *Itaú BBA IRONMAN Brasil*

Pioneiro nas provas do Circuito IRONMAN no país, o Itaú BBA IRONMAN Brasil já está consagrado no cenário internacional. No Athletes Choice Awards de 2023, premiação que reconhece os eventos com maior pontuação global entre as mais de 170 provas da franquia, o evento em Florianópolis conquistou os títulos de Melhor Prova, Melhor Natação, Melhor Ciclismo, Melhor Corrida e Prova Mais Recomendada da América Latina.

Além disso, a prova tendo atraído alguns dos grandes atletas profissionais da modalidade ao longos do anos. Um momento de destaque foi o recorde mundial obtido pelo britânico Tim Don na edição de 2017, feito que colocou a etapa, o país e Santa Catarina em evidência no cenário internacional. No ano passado, o Brasil brilhou com o bicampeonato de Pâmella Oliveira e o vice de Reinaldo Colucci, que havia vencido no ano anterior. Ambos são esperados ao lado de outros destaques nacionais para essa edição.

Já para os triatletas amadores, o grande motivador é conseguir uma das vagas para o Mundial. Nesta edição, estarão em jogo 35 para o feminino, programado para a cidade de Nice, na França, e 25 no masculino, que ocorrerá em Kona/Havaí (EUA).

A programação em Jurerê Internacional ainda terá como atração a segunda etapa do Itaú BBA IRONKIDS Brasil, evento para crianças de 2 a 12 anos, que visa a inclusão no esporte e propagar a tolerância, o respeito, a união e os valores que giram em torno do espírito esportivo. O evento está marcado para o sábado, dia 18, a partir das 8h, no Clube 12 de Agosto. A abertura oficial da etapa será no dia 15, com o início das atividades do IRONMAN Village e da entrega de kits.

O Itaú BBA IRONMAN Brasil é organizado pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track & Field, Panasonic, SOS Cardio, Omint e Heineken 0.0 e Avenue, com copatrocínio de Dux, Felt, Pacco, Oakberry, Technogym, Doozy, Boali, Sococo, Governo de Santa Catarina e Prefeitura de Florianópolis e apoio da Paçoquita. Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br

Kartismo: Nasce mais uma estrelinha no esporte a motor

Foto/ Sandro Silveira

Manu *Clauset distribui simpatia nos kartódromos*

As mulheres estão cada vez mais encontrando espaço em esportes individuais e coletivos, inclusive em alguns tratados como 'masculinos' até o final do século passado. O que vemos ultimamente é a grande participação delas no futebol e no automobilismo.

Hoje temos uma constelação de pilotas em diversas categorias, inclusive com representatividade nos principais órgãos nacionais e internacionais do esporte a motor. É o caso de Bia Figueiredo, a primeira mulher a vencer uma corrida de Fórmula Renault no mundo, a primeira a correr na Stock Car, e que chegou até a Fórmula Indy. Hoje ela pilota nos grandes caminhões da Copa Truck, e ainda exerce um importante papel de conscientização e incentivo às mulheres que querem competir e trabalhar no automobilismo.

"Nosso objetivo continua sendo fomentar a base para ampliar a presença de mulheres nos grids de corridas de todas as modalidades do automobilismo", diz Bia Figueiredo, presidente da Comissão Feminina de Automobilismo da CBA (Confederação Brasileira de Automobilismo) e coordenadora do FIA Girls on Track Brasil.

Podemos citar muitas mulheres que exercem importante papel no automobilismo, como Aurélia Nobels, que corre na Europa apoiada pela Ferrari Driver Academy; Bruna Tomaselli, que já correu nos Estados Unidos, Europa e agora está na Stock Series, última categoria antes da Stock Car Pro; Débora Rodrigues, também pilota da Copa Truck; Cecília Rabelo, pole position na F4 na preliminar do GP São Paulo de Fórmula 1; Rafaela Ferreira, vice-líder do campeonato brasileiro de F4; a off-roader Helena Deyama, vencedora do Rally dos Sertões; e Suzane Carvalho, instrutora de pilotagem de moto, carro e kart, e que já foi campeã brasileira de kart, moto e Fórmula 3.

Agora, surge mais uma estrelinha nesta formosa constelação de mulheres vencedoras no automobilismo. Estreando no kartismo nesta temporada, Manu Clauset (Praga/TSO/RaceVille Speed Club) participou de três etapas da V11 Aldeia Cup, subiu no pódio em todas elas, ocupa a terceira posição entre os Rookies da F4 Júnior, e no último encontro ainda estabeleceu a volta mais rápida.

"Estou aprendendo ainda, mas estou me aplicando bastante para alcançar resultados cada vez melhores. Sou apaixonada pelo kart", comenta a jovem de 14 anos de idade. E todo o seu esforço neste início de carreira já rendeu frutos logo após a sua estreia, quando terminou em segundo lugar.

A fabricante de kart Praga resolveu apostar em seu talento, fornecendo para a sua equipe HRA Petrukio Racing Team um chassi Praga Dragon Evo 3 Blue, e agora Manu é pilota de fábrica. "É com muito prazer que anunciamos o apoio à piloto Manu Clauset. Acreditamos no seu potencial, determinação e carisma para seguirmos rumo ao degrau mais alto do pódio", anunciou Fábio Santos, da Praga Kart Brasil. "Foi muito esforço para alcançar algo muito importante, e que não posso desperdiçar", constata a filha do jornalista e empresário Cacá Clauset.

O que faz de Manu Clauset uma jovem diferenciada, é que ela também pensa no fomento ao kartismo, para trazer mais meninas para experimentarem o esporte. Ela e sua amiga Gabriela Manzato, também residente em Campinas, criaram o campeonato de rental kart Meninas na Pista, que tem suas provas realizadas no Kartódromo San Marino, em Paulínia. "Os pais incentivam, mas elas que tem que batalhar para deixar tudo em ordem. Isso é muito legal, pois além de gostar de correr, elas tem a preocupação e a vontade de trazer mais garotas para o kart. Afinal, lugar de mulher é onde ela quiser", encerra Cacá, que nunca correu de kart, mas já pilotou muito em Rally.

Manu Clauset compete com chassi Praga Dragon Evo 3 Blue pela equipe HRA Petrukio Racing Team, com apoio de Praga Kart Brasil, TSO Brasil e RaceVille Speed Club.

Otimista com melhora do carro, Di Grassi disputa e Prix de Mônaco

Carro da ABT Cupra correspondeu às expectativas de evolução na etapa anterior, Misano, com Lucas pontuando pela primeira vez

A oitava etapa do Campeonato Mundial de Fórmula E 2024, em Mônaco, é considerada por Lucas Di Grassi como sua segunda corrida "em casa". Residente no principado há mais de dez anos, o piloto da equipe ABT Cupra está pronto para acelerar nas ruas de Monte Carlo neste sábado (27) em busca de mais pontos para o time baseado na Alemanha.

O brasileiro, que já subiu ao pódio duas vezes no circuito monegasco, chega com fôlego renovado para a prova após conquistar seu primeiro ponto no ano na rodada dupla em Misano, na Itália. "Agora estamos em posição de lutar por pontos regularmente. Esse era o nosso objetivo no início da temporada. Se continuarmos assim, podemos pensar no próximo estágio, que é lutar pelo pódio. Mas o carro ainda precisa melhorar", disse Lucas.

Pista familiar — O traçado de 3.337 km, o mesmo utilizado pela Fórmula 1, é muito conhecido por Lucas Di Grassi, que faz o trajeto frequentemente para se locomover pelo principado.

"Mônaco é minha segunda corrida em casa, logo atrás de São Paulo. É um fim de semana especial com a família, amigos e parceiros presentes. É uma sensação curiosa pilotar nas ruas em que eu normalmente dirijo com a minha família, com meus filhos no banco de trás. De qualquer forma, estou confiante, nossa meta é conquistar pontos em todas as rodadas daqui para frente", complementou Di Grassi.

Destoando do restante do calendário, Mônaco é a única pista em que as atividades da Fórmula E acontecem somente no sábado. O primeiro treino está marcado para a madrugada brasileira, às 02h25. Já o segundo será realizado às 04h00. Logo depois, às 05h40, se inicia a classificação. A prova acontece ainda pela manhã, às 10h00, sempre no horário de Brasília. Lucas Di Grassi é o 20° colocado no campeonato, com um ponto.

Foto/ ABT

Lucas *vai competir nas ruas em que rotineiramente trafeta com a família*

Sábado, 27/04

02h25 – Treinos Livres; 04h25 – Treinos Livres; 05h40 – Classificatório para o grid; 10h00 – ePrix de Mônaco.

Após problema em reabastecimento, Pietro Fittipaldi tem ritmo prejudicado em Long Beach

Foto/ IndyCar

Pietro *Fittipaldi*

Vivendo sua primeira temporada completa na Indy, Pietro Fittipaldi teve um Grande Prêmio de Long Beach dos mais desafiadores. O piloto da equipe RLL teve uma estratégia de economia de combustível, mas um problema no reabastecimento de seu carro o obrigou a andar em ritmo mais lento para não perder uma volta no box com uma parada extra.

Em um primeiro momento, o único brasileiro correndo em tempo integral na temporada 2024 da categoria chegou a figurar entre os dez melhores. Porém, um problema técnico no reabastecimento, que colocou apenas parte do combustível necessário no carro para seguir nesta estratégia, forçou um ritmo de prova mais lento e provocou uma parada extra, minando as chances de um bom resultado.

"Foi uma pena enfrentar este problema no abastecimento do carro. Estávamos em uma estratégia de economizar combustível para fazer uma parada a menos. Infelizmente, esse problema técnico no reabastecimento estragou a estratégia e a nossa corrida. Agora vamos para Barber para a próxima etapa, e buscaremos com a equipe sanar esse problema", disse Pietro Fittipaldi, que tem os patrocínios de Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, PneuStore, Baterias Moura, Stake e Localiza.

A temporada da Indy terá sequência já neste final de semana, quando a categoria visitará o Barber Motorsport Park para a disputa do Grande Prêmio do Alabama, terceira etapa do campeonato. A corrida será disputada no domingo (28), a partir das 14h, e contará com transmissão de TV Cultura, ESPN e Star+.

Kartismo: Miguel Silva quer outro pódio na Rotax no Kartódromo Granja Viana

Após estreia na etapa passada, o paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) participará neste sábado (27) da terceira rodada dupla da Copa São Paulo KGV de Kart, no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). Este evento tem uma importância maior, pois dá início à disputa por vaga no Mundial da Rotax Junior Max.

"Estou bem animado para esta etapa da Rotax. Acho que a gente até consegue brigar pela vitória, dá pra juntar bastante pontos", avisa o líder da Copa São Paulo Light e da V11 Aldeia Cup na categoria F4 Júnior.

"As expectativas são boas para esta etapa. Na estreia na Rotax Junior Max tivemos diversos problemas no motor que falhava e o máximo que conseguimos foi a quarta posição. Aprendemos bastante e agora estamos mais bem preparados. Vamos pra cima e queremos disputar os lugares mais altos do pódio", espera Odair 'Dai' Brito, chefe da equipe Dai Motorsport/Nikima Racing.

O objetivo de Miguel Silva é a conquista de uma vaga para o Rotax Max Challenge Grand Finals, que neste ano será realizado de 19 a 26 de outubro, no Circuito Internazionale di Napoli, em Sarno. "Vou andar na categoria pra tentar a vaga para representar o Brasil na categoria Junior no Campeonato Mundial de Kart Rotax", explicou Miguelito. Os pilotos inscritos na classe Rotax Junior Max, assim como já acontece em outras classes da Rotax, vão disputar a vaga entre 3ª e a 6ª etapas da Copa São Paulo KGV para a definição desta vaga. O piloto que somar mais pontos durante essas quatro etapas, considerando os descartes previstos, será o representante brasileiro na Itália.

Para se ter uma ideia da importância da modalidade, composta pelas categorias Micro MAX, Mini MAX, Junior MAX, Senior MAX, DD2, DD2 Masters, E20 Senior e E20 Senior Masters, 60 países destacam seus melhores pilotos para o Mundial. Inclusive o ex-piloto de Fórmula 1 e campeão da Stock Car Rubens Barrichello vem disputando anualmente o Mundial, que tem o brasileiro João Gonçalves como atual campeão da categoria E20 Senior Master.